



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA**

TESE DE DOUTORADO

**A Clínica Psicanalítica do Ato Infracional
- Os impasses da sexuação na adolescência -**

Christiane da Mota Zeitoune

Rio de Janeiro
Agosto/2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA**

**A Clínica Psicanalítica do Ato Infracional
- Os impasses da sexuação na adolescência -**

Christiane da Mota Zeitoune

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Orientador: PROFA. DRA. TANIA COELHO DOS SANTOS

Rio de Janeiro
Agosto/2010

**A Clínica Psicanalítica do Ato Infracional
- Os impasses da sexuação na adolescência -**

Christiane da Mota Zeitoune
Orientador: Profa. Dra. Tania Coelho Dos Santos

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

Presidente - Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos (UFRJ)
Orientadora

Profa. Dra. Fernanda Theophilo da Costa Moura (UFRJ)

Prof. Dr. Sérgio Augusto Chagas de Laia (FUMEC)

Profa. Dra. Heloisa Fernandes Caldas Ribeiro (UERJ)

Profa. Dra. Rita Manso Barros (UERJ)

Rio de Janeiro
Agosto/2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Zeitoune, Christiane da Mota.

A Clínica Psicanalítica do ato infracional - Os impasses da sexualização Na adolescência / Christiane da Mota Zeitoune. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
170f

Orientador: Tânia Coelho dos Santos.

Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia/Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 160-169.

1. Psicanálise 2. Adolescência 3. Ato infracional 4. Sexualização.
I. Santos, Tânia Coelho dos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

**Ao Marcelo, meu marido, pelo amor, compreensão,
apoio incondicional e ajuda diária,
que me permitiu dedicar as intensas horas
de estudo na elaboração desse trabalho.**

**Aos meus filhos, Fernanda e Bruno, hoje
adolescentes, em pleno despertar da primavera...**

AGRADECIMENTOS

À Professora *Tânia Coelho dos Santos*, pela rigorosa orientação, apoio e incentivo. Sem dúvida esse percurso foi um divisor de águas na minha vida.

Ao meu irmão e amigo, *Murilo Mota*, pelas importantes contribuições e a minha irmã, *Mônica Mota Gomes*, com quem sempre pude contar, apesar da distância.

A minha amiga de todas as horas, *Gilda Pitombo*, com quem compartilhei as angústias de uma escrita e a *Edna Barroso Sarmiento*, pelos anos de amizade e a forte transferência com a psicanálise.

Aos amigos *Winnfried e Vera Jordan* por compreenderem as nossas ausências e pelas maravilhosas estadias em Angra. Uma pausa para respirar...

À *Denise Maurano*, por sustentar o lugar do analista.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica pelo desafio de manterem com eficiência a teoria psicanalítica na Universidade.

Aos Professores *Fernanda Costa-Moura e Sergio Laia*, pelas importantes contribuições no exame de qualificação.

Aos professores que gentilmente aceitaram fazer parte da banca examinadora.

Ao *George Alexander S. Fox*, por sua competência e profissionalismo. Como gestor do CRIAAD - Ilha do Governador conseguiu transformar o pior no melhor. Agradeço, especialmente, por acreditar no meu trabalho e ter me dado autonomia para desenvolvê-lo.

A *Tânia Mara Menezes de Vieira*, pedagoga, que esteve do meu lado no desenvolvimento dos projetos no CRIAAD-Ilha, pela forma especial com que conduz o trabalho com o adolescente e suas famílias.

A *Roseli Araújo*, assistente social, que, também, esteve comigo no desenvolvimento dos projetos pelas valiosas críticas e, por se deixar contagiar pelo desejo de realizar.

Aos Agentes de Disciplina, que participaram desse trabalho, pela receptividade com que acolheram a proposta e pelo desafio que aceitaram em desenvolvê-lo.

Aos colegas do Núcleo Sephora de Pesquisa com quem aprendi muito e, em particular as amigas *Lucia Helena Cunha, Valéria Wanda, Fabiana Mendes, Kátia Danenberg* pelos debates calorosos na hora do 'cafezinho' e *Ana Paula Sartori*, pela acolhida na visita à Université de Paris.

À CAPES pelo fomento de parte da pesquisa.

Um **agradecimento especial** aos meus pais, *Heraldo e Tereza Manhães da Mota*, que me transmitiram o desejo e a importância do trabalho na vida. E a minha tia *Keliene de Fátima Peixoto*, pelo carinho e incentivo mesmo estando tão distante.

RESUMO

A Clínica Psicanalítica do Ato Infracional - Os impasses da sexuação na adolescência -

Christiane da Mota Zeitoune

Orientador: Profa. Dra. Tania Coelho Dos Santos

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Esta tese discute, a partir do atendimento a adolescentes autores de ato infracional e em cumprimento de medida socioeducativa, a possibilidade de fazer operar o discurso psicanalítico nesse campo onde predomina o discurso jurídico, correcional e repressivo. Como promover uma mudança subjetiva nesses jovens capturados pela pobreza e pela fragilidade dos laços sociais? A que esse ato infracional vem responder? Os atendimentos ao adolescente e às suas famílias demonstram que o envolvimento desses jovens com os atos infracionais não se deve à pobreza, ao desemprego ou à necessidade de dinheiro, mas apontam para o impasse do sujeito com a castração. O afrouxamento dos laços familiares e o empuxo ao consumo, que caracteriza a nossa civilização contemporânea, fazem com que os adolescentes tenham mais dificuldades de subjetivar a lei, inscrever a castração e, conseqüentemente, se embarquem ao ter que assumir uma posição sexuada. Percorremos os textos de Freud e Lacan para demonstrar que o envolvimento do adolescente no ato infracional evidencia o embaraço que o sujeito experimenta ao ter que tomar posse do atributo fálico. Na relação com o Outro, no lugar de fazer um sintoma, o adolescente faz um ato. Não pensa, atua. O ato é uma resposta que exclui o sujeito, mas que produz conseqüências. É a partir da conseqüência do ato que o analista irá operar, buscando produzir uma resposta subjetiva. Para isto, é necessário elevar o ato, tipificado como crime, à categoria da responsabilidade e da verdade do sujeito. Através do atendimento individual ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e da prática da “Conversação” com as famílias, com os profissionais e com os adolescentes encontramos formas de dar tratamento ao gozo e estratégias para dar conta do mal-estar que se apresenta neste trabalho.

Palavras-chaves: Psicanálise, adolescência, ato infracional, sexuação, responsabilidade.

Agosto
2010

ABSTRACT

The Psychoanalytic Clinic of the Infractional act - The impasses of the sexuation in adolescence -

Christiane da Mota Zeitoune

Advisor: Prof. Dr. Tania Coelho Dos Santos

Abstract of the Doctorate Thesis submitted to the Post Graduation Program in Psychoanalysis Theory, Institute of Psychology of the Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, as part of the requirements to achieve the title of Doctor in Psychoanalysis Theory.

This thesis discusses, from the attending of teenagers who did infractional acts and who are under social educational penalty, the possibility to operate the psychoanalytic discourse in this field dominated by the legal, correctional and repressive discourse. How to promote a subjective change on those youth captured by poverty and weak social ties? What does this act mean? The attending of adolescents and their families show that the involvement of these youths in infractional acts are not related with poverty, unemployment or the need for money, but by the impasse of the subject with castration. The loss of the family ties and the compulsion to consumption, which characterizes our contemporary civilization, mean that teenagers have more difficulties on subjective the law, to inscribe the castration and then, they have problem to assume a sexual position. We have followed the texts of Freud and Lacan to show that the involvement of adolescent in infractional act, confirm the embarrassment that the subject experiences when having to take possession of phallic attribute. On relation with the Other, instead of making a symptom, the teen makes an act. He does not think, he acts. The act is an answer that excludes the subject, but it produces consequences. From the consequence of the act, is that the analyst will operate a subjective answer. So, it is necessary to elevate the act, considered a crime, to the category of responsibility and the truth of the subject. Through the individual attending of adolescents under social educational penalty and the practice of "Conversation" among the family, professionals and teenagers, we have found the way to give treatment to the enjoyment and to deal with its discontents that is present in this work.

Keywords: psychoanalysis, adolescence, infraction act, sexuation, responsibility.

August
2010

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 11 |
| Capítulo I: A VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL | 20 |
| 1. Nem Líderes, Nem Heróis: Juventude e Tráfico de Drogas | 21 |
| 2. O Percurso da Pesquisa | 26 |
| 2.1 - A primeira fase: Os dados da pesquisa | 27 |
| 2.1.1 - Faixa etária e número de entradas no DEGASE | 27 |
| 2.1.2 - O ato infracional praticado | 28 |
| 2.1.3 - Motivos do ato infracional | 28 |
| 2.1.4 - Sobre a escolaridade | 29 |
| 2.1.5 - Configuração familiar | 31 |
| 2.2 - A segunda fase da pesquisa: O atendimento clínico | 33 |
| 2.2.1 - O Centro de Recursos Integrados de Atendimento do Adolescente (CRIAAD) da Ilha do Governador | 34 |
| Capítulo II: FREUD E A TEORIA DA SEXUAÇÃO MASCULINA: O COMPLEXO DE ÉDIPO, O COMPLEXO DE CASTRAÇÃO E A FORMAÇÃO DO SUPEREU | 38 |
| 1. A Sexuação Masculina e a Formação do Supereu | 40 |
| 2. O Supereu: O mal-estar na civilização | 45 |
| 3. O Sentimento de Culpa e a Necessidade de Punição | 49 |
| Capítulo III: LACAN E A LÓGICA DA SEXUAÇÃO MASCULINA | 56 |
| 1. A lógica fálica: sujeito do significante, objeto <i>a</i> e fantasia | 57 |
| 1.1 - Além da angústia de castração | 63 |
| 1.2 - O estatuto do objeto <i>a</i>, o desejo e o gozo | 66 |
| 1.3 - O objeto <i>a</i>: causa de desejo | 71 |
| 1.4 - A detumescência e o desejo masculino: A castração do lado do homem | 73 |
| 2. Do automatismo de repetição à presentificação da realidade sexual do inconsciente | 75 |
| 3. O campo do gozo e seus discursos | 81 |
| 3.1 - Repetição e gozo | 83 |
| 3.2 - Sintoma, discurso e laço social | 86 |
| 4. Entre gozo e semblante | 91 |

| | |
|---|------------|
| 5. Afinal, o que é um pai? | 97 |
| 6. A relação sexual, impossível de escrever | 100 |
| Capítulo IV: A ADOLESCÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A SEXUALIDADE E A LEI | 106 |
| 1. Adolescência: Identificação, Sexuação e Escolha de objeto | 106 |
| 1.1 - O despertar do mal-estar sexual | 110 |
| 1.2 - O caso do pequeno Hans: Do engodo fálico ao pênis que agita | 113 |
| 2. A estrutura do <i>acting out</i> e da passagem ao ato | 116 |
| Capítulo V: O SUPEREU, O DESEJO, A CULPA, RESPONSABILIDADE E GOZO | 122 |
| 1. Psicanálise e violência | 123 |
| 2. O paradoxo do gozo do supereu | 126 |
| 3. Supereu, culpa e gozo | 130 |
| 4. Responsabilidade | 133 |
| Capítulo VI: OS IMPASSES E OS AVANÇOS NA EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA | 137 |
| 1. A posição do ato infracional na relação do sujeito com o real da castração e a escolha de objeto: Fragmentos clínicos | 139 |
| 2. Os impasses na execução de medidas sócio-educativas | 146 |
| 3. A implementação dos projetos: Os avanços | 148 |
| 3.1 - A ‘Conversação’ como metodologia de intervenção | 148 |
| 3.1.1 - A ‘Conversação’ com os adolescentes - Projeto “Adolescentes em debate” | 149 |
| 3.1.2 - A ‘Conversação’ com as famílias - Projeto “Educar: a importância de uma transmissão” | 151 |
| 3.1.3 - A ‘Conversação’ com os profissionais - Projeto “Diálogos - Trabalhando com aqueles que trabalham” | 153 |
| Conclusão | 156 |
| Referências Bibliográficas | 160 |
| Anexo | 170 |

INTRODUÇÃO

Toda produção parte de uma certa inquietação, que promove uma busca pelo saber. Inquietação que, segundo Freud, é da ordem do inconsciente. Colocando outra relação entre saber e verdade, o dispositivo analítico compreende a descoberta de um saber que nos afeta, que engaja a nossa subjetividade.

Com Lacan essa questão tornou-se ainda mais inquietante: “o inconsciente estruturado como linguagem”, o “inconsciente como real” e é o encontro com esse real que nos impede de recuar. Não recuei. Trabalhando em uma instituição para adolescentes infratores desde 1998, sempre procurei enfrentar o imobilismo que as instituições promovem e fiz da elaboração dessa pesquisa, uma forma de avançar, buscando um saber que contorne o real da adolescência, da violência, da morte, da própria vida.

Os psicanalistas, hoje, com sua intervenção no âmbito da saúde, do jurídico ou da educação participam e afetam a construção de políticas públicas em diversos campos. Contudo, como tomar um saber inconsciente como um vetor possível em uma instituição onde predomina o discurso jurídico, correcional e repressivo? Como promover uma mudança subjetiva nesses jovens capturados pela pobreza e pela fragilidade dos laços sociais? A que seus atos infracionais vêm responder?

No Rio de Janeiro, o DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas – é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade aplicadas pela Vara da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro. Possui seis Unidades de Internação e dezessete Unidades de Semiliberdade, que são os CRIAADs - Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente - distribuídos pelo Rio de Janeiro, Grande Rio e Interior. (Anexo 1)

Desde a sua criação, prevalecia no DEGASE, nos moldes do sistema penitenciário, a repressão, a intimidação e a violência, em detrimento das ações socioeducativas. Apesar dos esforços dos diversos profissionais envolvidos no atendimento ao adolescente – médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e educadores – em fazer valer a doutrina de proteção integral ao adolescente em conflito com a lei, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, foi somente a partir de 2006 que uma série de reformulações políticas no âmbito Federal, Estadual e Municipal fez deflagrar dentro do próprio sistema socioeducativo a necessidade de reformulação da política de atendimento. Esta mudança teve o objetivo de atender às diretrizes preconizadas no Sistema Nacional de Atendimento

Socioeducativo - SINASE, visando promover a inclusão e a responsabilização do adolescente que comete ato infracional.

Somente depois de dezesseis anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil conseguiu definir parâmetros para o atendimento socioeducativo com bases éticas e pedagógicas, instituindo uma referência para a estruturação do Sistema de Atendimento Socioeducativo nos Estados e Municípios, através da articulação das várias áreas das políticas públicas, de forma que o atendimento ocorra fundamentado no princípio da incompletude institucional e na perspectiva da inclusão social dos adolescentes.

Contudo, a reestruturação do sistema socioeducativo é lenta e enfrenta dificuldades. O desafio desse trabalho, enquanto educadores, psicólogos, assistentes sociais, autoridades públicas e jurídicas, confrontados com a complexidade e gravidade do problema, é compartilhar a responsabilidade ética de encaminhar e elucidar os impasses, e encontrar possíveis soluções, para além da assistência e das ações calcadas em modelos adaptativos-repressivos. Quando ofertamos a esses sujeitos considerados “carentes” aquilo que consideramos ideal para suturar suas carências, sem levar em conta a forma particularizada do desejo de cada um, o resultado é a própria ineficácia dos programas sociais. (SANTIAGO, 2009)

O atual modelo de atendimento ao adolescente em conflito com a lei nos impulsiona a repensar a nossa prática. É necessário construir uma política de atendimento onde, além do acesso aos direitos e às políticas públicas, faça surgir o sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas, retirando-o da posição de vítima. A questão de uma “ressocialização” seria, assim, deslocada para se introduzir uma reflexão eminentemente ética.

Estamos no campo do sujeito. Rompendo com as éticas da tradição filosófica no âmbito da moral, a psicanálise vai revelar a impossibilidade original do homem de distinguir o bem do mal e como o amor e o ódio podem ser encontrados juntos na mesma pessoa. Como um abnegado membro da comunidade pode se revelar um egoísta e como a exacerbação do sentimento de culpa pode levar ao crime.

A descoberta das determinações inconscientes da ação humana abalou a relação do homem com o “Bem”. Para Freud (1930 [1929], p. 170) os “juízos de valor do homem acompanham diretamente os seus desejos de felicidade”. Contudo, a questão da felicidade, para Freud, está relacionada à economia da libido e não a regras éticas que assegurem, pelo seu exercício, o advento do “Supremo Bem”.

Assim, dada a complexidade da relação do homem ao que se apresenta para ele como felicidade e prazer, um campo ético se coloca para a Psicanálise, ética que responde à

descoberta freudiana do inconsciente, e do desejo indestrutível que exige satisfação. A satisfação que falta será marcada no campo da psicanálise como uma fenda impossível de ser suturada.

Por essa via, a experiência analítica, não é orientada por valores ideais, onde haveria um “Bem” a ser atingido. O processo analítico é dirigido por pressupostos, que não se limitam pelo discurso da ciência, delineado pelo ideal do saber absoluto, e nem se confunde com a religião, orientada por uma doutrina ou um corpo de preceitos morais. Como afirma Lacan no seu retorno a Freud, o ato analítico deve fazer advir um sujeito responsável pela singularidade do seu desejo.

O que a psicanálise propõe para reger as ações do sujeito é o desejo, cuja falta é estrutural e constituinte, que faz objeção a qualquer tipo de universalidade, pois é o que o sujeito tem de mais particular.

O sujeito nasce dividido, por um lado tomado pelas exigências pulsionais, por outro pela linguagem, pelo significante. Ao entrar na ordem da linguagem, algo ficou para sempre perdido – o encontro perfeito com o objeto do desejo. A dimensão do desejo está vinculada à incidência da linguagem que deixa o sujeito, o saber e o sexo numa certa relação onde a impossibilidade se instaura como condição do inconsciente. Por razões de estrutura, a satisfação esperada e a que é encontrada não são proporcionais. O gozo da pulsão não é o mesmo que o bem-estar do sujeito.

O que o sujeito quer é a felicidade. É isso que ele busca, incessantemente, na vida. E o que ele se depara é com a impossibilidade dessa satisfação plena. É o preço que se tem que pagar para viver em sociedade. A castração, a interdição do incesto, a instauração da Lei, a sublimação da pulsão são marcas fundamentais da cultura e, como tal, deixaram dívidas. Entrar na cultura equivale a se dividir, se deparar com o impossível, com a falta. A incidência da Lei sobre os sujeitos rouba-lhes uma parcela de gozo, que é tributada à linguagem e à vida em sociedade.

Como assinala Lacan (1964, p. 38): “O pai, o Nome-do-Pai, sustenta a estrutura do desejo com a lei [...]”.

Contudo, a montagem “nome do pai e significante fálico”, que articula desejo e gozo, atravessa uma dura prova em todos os níveis da civilização contemporânea (MILLER, 2004, p. 18). Com a ascensão do objeto mais-de-gozar ao zênite social, as normas que regulamentam os laços sociais mostram sua insuficiência em fixar o gozo e a obediência à lei vacila. O gozo não encontrando mais sua regulação pelo recurso da identificação ao pai, ao

Direito e às tradições, marca a entrada numa nova era, na qual “a perseguição ao gozo é, doravante, uma idéia nova em política.” (Ibidem)

Esse apelo contemporâneo ao gozo dificulta o reconhecimento da lei por falta de uma base discursiva que confira apoio e significado à impossibilidade do gozo. Se não há lugar onde ancorar a lei e a interdição, não há como o sujeito se deparar com a falta e com o impossível. O resultado disso é que, não sendo possível para o sujeito localizar a falta em si mesmo e no outro, perde-se a dimensão do impossível, do proibido e a violência passa a ser um puro ato sem a intermediação da simbolização, que a metáfora paterna introduz.

Como efeito, o mal estar retorna simbolicamente através dos sintomas e, também, em atuações. Vemos isto nas toxicomanias, nos atos infracionais, nas violências, no uso abusivo do álcool pelos jovens. Há, nesses casos, a indicação de uma falha na função paterna como representante da Lei.

O declínio da função paterna repercute na transmissão da significação fálica, deixando de produzir o efeito desejado em termos de referência simbólica, que organiza a subjetividade. O ato infracional aparece, então, como um modo de resposta aos impasses do sujeito frente à castração. Ele não responde ao impossível através dos sintomas e dos sonhos, mas pela ação.

Percorrendo os textos de Freud e Lacan e de alguns autores do Campo Freudiano, pretendemos demonstrar nessa tese, que o afrouxamento dos laços familiares e o empuxo ao excesso e ao consumo, que caracteriza a nossa cultura atual, fazem com que os adolescentes tenham mais dificuldades frente às questões em jogo na sexuação: a identificação sexual e a escolha de objeto. A hipótese desenvolvida nessa pesquisa é que o ato infracional surge, então, como uma forma de solucionar os impasses com os quais o adolescente se vê confrontado nesse momento de sua vida: o real do gozo e da sexualidade, encenando em seus atos uma tentativa de encontrar uma saída, uma forma de se manterem no laço social. Daí a importância de elevar o ato à categoria da responsabilidade e da verdade do sujeito.

Mas, por que a via da sexuação é a mais relevante? Por que, num dado momento, o adolescente não consegue fazer de outra forma, senão expressar através de um ato, a angústia que não consegue traduzir em palavras? Por que ao entrar na adolescência ele vai buscar essas referências no crime e não no universo de trabalho? Que tipo de resposta oferecer a estes jovens, que utilizam esta encenação para dizerem alguma coisa? É possível retificar algo dessa posição, no âmbito do cumprimento da medida socioeducativa?

O que se coloca aqui é o impasse com a castração. A pesquisa em psicanálise está intimamente ligada à clínica. E foi, justamente, no atendimento aos adolescentes envolvidos

com atos infracionais, que construímos a hipótese desenvolvida nesta pesquisa e nos dará a resposta a essas questões.

No primeiro capítulo, intitulado “A violência urbana no Brasil”, irei considerar os estudos sociais e antropológicos realizados por Alba Zaluar sobre violência urbana, pobreza e tráfico de drogas no Brasil, procurando desconstruir a idéia disseminada socialmente, de que o envolvimento dos jovens nos atos infracionais se deve à pobreza, ao desemprego ou à necessidade de dinheiro. Há aspectos subjetivos que devem ser considerados. Pela via da psicanálise, esses comportamentos de risco - as toxicomanias, os atos infracionais, as violências – portam uma significação simbólica, que exigem um trabalho de deciframento. A que esse ato infracional vem responder? É a questão que permeará essa pesquisa.

Apresentarei, ainda neste capítulo, o percurso da pesquisa. Na primeira fase da pesquisa procurei traçar o perfil dos adolescentes. Através de 200 atendimentos, realizados no período de Agosto a Dezembro de 2007, coletei dados referente à idade, número de entradas no Sistema Socioeducativo, tipo de ato infracional praticado, o que motivou a prática do ato infracional, vida familiar, escolaridade e uso de drogas, buscando construir os laços sociais desses adolescentes e, para além das carências materiais, familiares e sociais, sua posição subjetiva e implicação frente ao ato infracional praticado.

A segunda fase da pesquisa contemplou o atendimento individual aos adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida e semiliberdade, objetivando discutir se é possível retificar algo dessa relação conflitiva com a lei pela via da sexuação e como operar com o discurso psicanalítico nesse campo onde predomina o discurso jurídico, correccional e repressivo.

No segundo capítulo, intitulado “Freud e a teoria da sexuação masculina: O complexo de Édipo, o complexo de castração e a formação do supereu”, seguirei os passos de Freud. Freud sempre salientou a importância do papel da sexualidade na organização psíquica e na estruturação do sujeito. Dando outra dimensão a natureza da sexualidade humana, Freud vai mostrar que nascemos biologicamente homem ou mulher, mas isso não é suficiente para que cada sujeito se localize quanto ao seu sexo. A constituição da identificação sexuada e do objeto do desejo depende da passagem pelo complexo de castração e pelo complexo de Édipo.

Partindo, então, da análise do complexo de Édipo, e do seu enlace com o complexo de castração, esse encontro com o real da diferença sexual, analisarei a incidência da lógica fálica na sexuação masculina.

Irei considerar, ainda, as formulações freudianas sobre o supereu, essa instância psíquica paradoxal, porque é, simultaneamente, herdeiro do complexo de Édipo e do Isso

(pulsão de morte) para pensar a relação com o mal-estar na cultura hoje, quando as leis vacilam e os ideais já não são referências para orientar o sujeito.

Nessa via do supereu, acompanharei as formulações freudianas sobre a culpa e a necessidade de punição. O sujeito pode responder ao supereu de várias maneiras: Ele pode obedecer às suas ordens e cada renúncia pulsional aumentar sua severidade e intolerância, nesse caso, a culpa não tem fim; ou desafiar-las, passando ao ato e às transgressões, caso em que o castigo também está assegurado.

No capítulo três, intitulado “Lacan e a lógica da sexuação masculina”, percorrerei a releitura lacaniana da sexualidade. Lacan retoma a descoberta freudiana das relações entre a sexualidade e o inconsciente, revelando sua dependência da linguagem. Da primazia do simbólico à última teoria do real, condensada na formulação, no final do seu ensino, articulada graças a toda a construção do discurso analítico, de que “não há relação sexual”, que faz da castração o axioma fundamental na sua teoria.

Acompanharei as principais formulações lacanianas desde o início do seu ensino, marcado pela primazia do significante. Percorrerei o Seminário 10, “A Angústia”, onde Lacan (1962-63) faz uma releitura do complexo de castração, a formalização do objeto *a* e como essa mudança de coordenadas, pelo viés da angústia, refletirá sobre a questão da sexuação masculina.

O ensino de Lacan avançará no sentido de estabelecer uma nova aliança entre o simbólico e o gozo, de conceber a castração como um dado de estrutura, porque está situada na própria linguagem, de demonstrar a inconsistência do Outro e da construção do objeto *a* como uma consistência lógica.

Isso se verificará na passagem do Seminário 11 (1964), aos Seminários 16 (1968-69) e 17 (1969-70). Veremos como Lacan formalizará esse deslocamento conceitual, como isso incidirá na relação entre os sexos e culminará na pluralização dos gozos (o gozo do Outro, o gozo fálico e o gozo do sentido) e na fórmula da sexuação.

Na continuação do seu ensino, Lacan fará, então, a passagem do significante aos discursos. Ao axioma “o significante é o que representa o sujeito para um outro significante”, Lacan introduzirá a definição de que o significante é aparelho de gozo. O que foi abordado, até então, sob a forma de que “o que se veicula na cadeia significante é o sujeito barrado, a verdade, a morte, o desejo”, será retraduzido nos termos de “o que se veicula na cadeia significante é o gozo.” (MILLER, 1999, p. 98)

Neste estudo sobre as principais formalizações lacanianas, iremos nos valer, também, dos ensinamentos de Jacques-Alain Miller. Essa clínica nos orientará numa direção

possível ao tratamento dos adolescentes autores de ato infracional, pois é uma clínica que inclui o ato, a repetição, o supereu e o para além do princípio do prazer, onde reina a pulsão de morte.

No capítulo quatro, intitulado “A adolescência e sua relação com a sexualidade e a lei”, pontuarei alguns aspectos, salientados por Freud e Lacan, sobre esse tempo lógico da constituição do sujeito.

É importante considerar que a adolescência não é um conceito para a psicanálise, pois o sujeito do inconsciente é atemporal. Não podemos nos deter em um relativismo sociológico ou discursivo, se levarmos em conta a ênfase de Freud sobre a emergência do real do sexo nesse momento, que ele chama de puberdade, e que não pode ser reduzido a uma mera subida hormonal. Momento de despertar para o mal-estar do desejo, para o desencontro entre o sujeito dividido, submetido à castração, e a pulsão. Contudo, mantereí o termo ‘adolescência’, porque ele expressa bem esse momento de agitação pulsional, que se opera no sujeito, diante do encontro do real do sexo na puberdade.

O que Freud demarca como sexualidade, faz furo no real. Real que irrompe de forma particular na adolescência e coloca o sujeito frente ao enigma que representa as mulheres, obrigando-o a se ressituar em relação à diferença sexual, à assunção de seu próprio sexo e em relação ao seu desejo.

Lacan (1968-69) exemplificará com o caso freudiano do pequeno Hans para mostrar o que acontece, quando o “jovem sujeito” precisa responder aos “efeitos que se produzem pela intromissão da função sexual em seu campo subjetivo”.

O pequeno Hans (FREUD, 1909), a partir dos quatro anos e meio, fez uma fobia. Veremos como a precipitação da angústia provocou a eclosão da doença neurótica, expressa pelo sintoma fóbico, para debatermos o porquê, no mundo contemporâneo, o sintoma neurótico se revela uma saída insuficiente para as dificuldades do sujeito diante do mal-estar do desejo. Por que no lugar do sintoma surge o ato infracional?

Para responder a essa pergunta, discutirei, ainda nesse capítulo, sobre a estrutura do *acting out* e da passagem ao ato, tal como considerado por Lacan (1962-1963) no Seminário 10, “A Angústia”.

No capítulo cinco, intitulado “O supereu, o desejo, a culpa, responsabilidade e gozo” retomarei a teoria pulsional freudiana, para tratar das relações entre o supereu, o desejo, a culpa, a responsabilidade e o gozo.

Ao colocar em jogo a concepção de estrutura, Lacan fará uma mudança de perspectiva, passando da proibição ao impossível. Não é a repressão da família ou da

civilização, que produz o recalque. É exatamente o contrário. O recalque, mecanismo psíquico que funda o inconsciente, é a pedra angular da psicanálise e, como salienta Coelho dos Santos (2008b) o que nos humaniza, nos transmite a diferença sexual e nos faz homens ou mulheres.

Essa mudança de perspectiva incidirá sobre a forma de abordar o supereu. Para esclarecermos esse ponto, seguiremos as formulações lacanianas sobre o supereu, e os estudos apresentados Jacques-Alain Miller (1981) e Gerez-Ambertini (2009).

A proposição lacianiana do supereu, como “correlato da castração”, recupera os paradoxos freudianos desta instância cruel na constelação edípica de incesto e parricídio. Édipo, que de um lado, articula desejo e lei e, do outro, revela um resíduo - o supereu - que escapa a essa articulação.

Por outro lado, o supereu, coordenado ao gozo e não ao desejo, é um chamado à não castração, a um mandato impossível de gozo. Este, segundo Jacques-Alain Miller (1998, p. 11), é o supereu da nossa civilização.

O declínio da função paterna no mundo contemporâneo e a oferta de objetos de consumo, que nos empurram imperativamente ao gozo, apontam o predomínio do gozo pulsional sobre os ideais da civilização, expresso por Miller (1998) no matema a/I .

O imperativo de gozo no mundo contemporâneo e a tentativa de anulação do sujeito do inconsciente pela oferta dos objetos feitos para gozar, também, incidem sobre o que retorna ao sujeito como culpa.

Assim, ao longo dessa tese, procurarei demonstrar que o envolvimento do adolescente em atos infracionais evidencia as vacilações e o embaraço que o sujeito experimenta ao ter que tomar posse do atributo fálico. Na relação com o Outro, no lugar de fazer um sintoma, o adolescente faz um ato. Não pensa, atua. O ato é uma resposta que exclui o sujeito, mas que produz conseqüências, mesmo que esse ato não lhe retorne como culpa, nem como remorso. É a partir da conseqüência do ato, que o analista irá operar buscando produzir, a partir desse ato, uma resposta subjetiva. Para isto é necessário elevar o ato, tipificado como crime, à categoria da responsabilidade e da verdade do sujeito.

Esse ato, que deverá ter como conseqüência uma resposta jurídica, desempenha uma função em sua vida e na relação com o Outro, sendo importante recuperar a sua participação nesse ato, a fim de tornar possível para ele responsabilizar-se por isso e retificar a sua posição subjetiva.

O que a psicanálise lacianiana nos ensina é que, conduzir um trabalho nessas instituições, é encontrar formas de dar um tratamento ao gozo e isso se dá pela

responsabilidade e pelo assentimento. É promover o aparecimento do sujeito implicado no seu ato.

No capítulo seis, intitulado “Os impasses e os avanços na execução de medidas socioeducativas - Relato de uma experiência” apresentarei, então, a segunda fase da pesquisa, que foi realizada no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) da Ilha do Governador, onde os adolescentes cumprem a medida socioeducativa de semiliberdade. Essa fase contemplou o atendimento individual ao adolescente e a prática da “Conversação¹” com as famílias, os agentes de disciplina e os adolescentes.

Através da apresentação do caso de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e, outro, em cumprimento de medida de semiliberdade no CRIAAD da Ilha do Governador, discutirei sobre a posição do ato infracional na relação do sujeito com o real da castração e a escolha de objeto, revelando seus impasses no campo das identificações sexuais.

Depois apresentarei a prática da “Conversação” com os adolescentes, as famílias e os profissionais, como uma estratégia de intervenção, a partir da psicanálise aplicada, para dar conta daquilo que se apresenta como mal-estar no serviço ou na relação e se apresentam como sintomas, que insistem em se inscrever.

É importante considerar que, nessas instituições, muitas vezes, o tumulto é a única possibilidade do jovem tomar a palavra e fazer sua entrada como sujeito. Na prática, ao tolerar esse tumulto, colocando limites claros, evitando o confronto e a punição por si só é uma forma de mostrar ao jovem que ele pode ser ouvido, que ele tem outras formas de expressar o que sente.

Não devemos recuar no dia-a-dia desse serviço onde algo de um real se apresenta, mas, sim, avançar.

¹ A “Conversação” é um dispositivo sugerido por Jacques-Alain Miller para os encontros clínicos do Campo Freudiano. O Centre Interdisciplinaire sur l’Enfant (CIEN), fundado em 1996, propõe a prática da “Conversação” em seus laboratórios, no trabalho de aplicação da psicanálise no contexto social.

CAPITULO I:

A VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL

O mercado da droga e suas formas de afirmação produziram um aumento significativo da violência urbana no Brasil. A rede do tráfico de drogas entrou nos vácuos do poder público, cresceu e se fortaleceu nos idos anos 70-80. Anos efervescentes de grandes transformações políticas, econômicas e culturais.

Como salienta Coelho dos Santos (2006), no Brasil, também, sofremos os efeitos impostos pela globalização, do capitalismo avançado, da sociedade de informação, do consumismo, tudo isso existindo à maneira da segregação e não na inclusão de todos no Estado de direito. O ideal de liberdade, igualdade e fraternidade não reina entre nós. Há uma distância entre os direitos formais, escritos na lei e os realmente praticados. Como consequência, convivemos bem com a desigualdade, com a corrupção, com o “jeitinho” e com a idéia de “levar vantagem em tudo”.

O Brasil se destaca, assim, como um País de grandes contradições. Se, por um lado, houve no Brasil um avanço no campo da legislação para crianças e adolescentes com a Lei Federal no. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, por outro, não se conseguiu resolver os problemas sociais básicos de educação e saúde.

O Estatuto da Criança e do Adolescente representou um avanço do ponto de vista do marco legal. Rompeu com o paradigma da chamada “situação irregular”, que regia o Código de menores e passou a adotar a doutrina da “proteção integral” expressa na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança. Ao abandonar a antiga dicotomia entre menor (aquele que vive em situação irregular, carente, abandonado, infrator) e criança (aquele que teria uma família e seria portador de direitos), reconheceu a população infanto-juvenil brasileira como sujeito de direitos e ratificou a artigo 227 da Constituição Federal:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo 4º. - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Artigo 4º. Do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único - A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- e) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Contudo, o Brasil avançou pouco na implementação de políticas públicas eficazes de promoção da cidadania e ainda exhibe altas taxas de evasão escolar, prostituição infantil, maus-tratos e violência envolvendo crianças e adolescentes.

Esse debate não é novo. Vários cientistas sociais e antropólogos já retrataram a situação da criança pobre, marginalizada, abandonada e delinqüente, com a proposta de influenciar as políticas públicas. Dessa forma, para introduzir o tema sobre o envolvimento dos jovens com os atos infracionais e as formas atuais de manifestação da violência entre nós, irei considerar, brevemente, os estudos sociais e antropológicos realizados por Alba Zaluar sobre violência urbana, pobreza e tráfico de drogas no Brasil.

1 - Nem Líderes, Nem Heróis: Juventude e Tráfico de Drogas.

O tema da violência assumiu grande importância nos últimos anos. Estampada nos jornais, os atos de violência estão presentes no nosso dia-a-dia e fazem parte dos debates e estudos de pesquisadores e intelectuais, preocupados em produzir um sentido para esse fenômeno e encontrar formas de combatê-la.

Alba Zaluar traz importantes contribuições em suas pesquisas sobre a violência urbana no Brasil nos últimos anos. Para a autora (2002, p. 19), o grande desafio dos cientistas sociais foi explicar porque, no Brasil, o processo de democratização, que começou em 1978, foi acompanhado por um aumento significativo da criminalidade e da violência, seja a institucional, a doméstica ou a difusa violência urbana. Afirma que os efeitos combinados da pobreza, da urbanização acelerada e da falta de oferta de emprego para os migrantes e trabalhadores pobres não são suficientes para explicar a crescente onda de violência e o envolvimento dos jovens nos conflitos armados. É importante considerar, também, as

transformações econômicas, políticas e culturais sofridas pela sociedade do pós-guerra e como isso se traduziu no Brasil.

A sociedade do pós-guerra sofreu um processo acelerado de transformações econômicas, políticas e culturais, e essas transformações se traduziram na fragmentação social e na importância crescente dada às atividades de lazer e de consumo como meios de definir novas identidades sociais, em particular a dos jovens. Em termos de controle social, tais mudanças indicam que as restrições morais convencionais, que existem sem a lei, enfraqueceram e que o controle vem muito mais das funções policiais de vigiar e aplicar a lei. (ZALUAR, 2007, p. 33)

Essa onda de violência que se propagou nos centros urbanos do país está inserida dentro do panorama do crime organizado internacionalmente, globalizado, capitalista, da busca desenfreada do lucro a qualquer preço. (ZALUAR, 1996, p. 54)

A imagem do menino favelado que com uma AR-15 ou metralhadora UZI na mão, as quais considera como símbolos de sua virilidade e fonte de grande poder local, com um boné inspirado no movimento negro da América do Norte, ouvindo música *funk*, cheirando cocaína produzida na Colômbia, ansiando por um tênis Nike do último tipo e um carro do ano não pode ser explicada, para simplificar a questão, pelo nível do salário mínimo ou pelo desemprego crescente no Brasil, nem tampouco pela violência costumeira do sertão nordestino. Por outro lado, quem levou até eles esses instrumentos do seu poder e prazer, por outro, quem e como se estabeleceram e continuam sendo reforçados nele os valores que o impulsionam à ação na busca irrefreada do prazer e do poder, são obviamente questões que independem do salário mínimo local. Essas afirmações tem vários desdobramentos. (ZALUAR, 1996, p. 55).

Ressalta, ainda, que os valores individualistas e mercantis selvagens que se disseminaram durante os anos 1970 e 1980, no Brasil, foram traduzidos pelas expressões corriqueiras “fazer dinheiro fácil”, marca registrada do capitalismo brasileiro, e “tirar vantagem em tudo”, que tornou-se um dos símbolos da masculinidade bem-sucedida no país.

A adesão dos bandidos aos valores do individualismo moderno não pode, tampouco, ser entendida como oposta aos valores do cidadão brasileiro comum. É que, na sociedade brasileira, especialmente nas elites dirigentes, os valores culturais do individualismo e da moralidade rompem, de fato, com as lealdades pessoais e a dependência que constrangiam as ações individuais. Mas esse rompimento não se deu no contexto histórico da preocupação com o interesse público nem com a luta pela igualdade da cidadania, nem tampouco com a adesão das elites a uma ética do trabalho. Ao contrário, tudo indica que o individualismo pós-moderno, marcado pelo declínio do homem público e a privatização intimista do indivíduo, aqui deixou fortes marcas, onde os mais imediatos interesses individuais são sublimados. ‘Levar vantagem em tudo’ tornou-se um dos símbolos da masculinidade bem-sucedida no país. E ‘fazer dinheiro fácil’ a marca registrada do capitalismo brasileiro, em que as atividades produtivas cederam lugar à especulação e golpes financeiros. Isto aparece na mídia, na forma de anúncios, novelas ou notícias de jornais. (ZALUAR, 1992, p. 33-34)

Nesta perspectiva, Alba Zaluar (1992) aponta que o envolvimento progressivo no crime e a escolha da carreira criminosa, cuja marca é o uso da arma de fogo na cintura, não se explica exclusivamente pela pobreza ou pela “necessidade”, mas pela dinâmica própria do mundo do crime e pela atração que ele exerce em termos de valores de um *ethos* da masculinidade que seria alcançado pelo jovem na atividade criminosa e na ambição de “ganhar muito dinheiro fácil”.

No artigo (1992) em que apresenta o resultado de uma pesquisa de campo, desenvolvida entre 1980-1983 e 1986-1987, num conjunto habitacional da CEHAB no Rio de Janeiro, em que mapeou os principais aspectos da vida cotidiana da população trabalhadora pobre, depois que as quadrilhas de traficantes e assaltantes se instalaram no bairro, desmistifica a idéia de que haveria uma associação de apoio entre bandidos e trabalhadores e até mesmo heroização dos bandidos.

Os bandidos não são líderes nem heróis para os trabalhadores, são seus *outros*. Diferem em estilo de vida, valores, posses, relações com as mulheres, relações com o trabalho. Quando bem sucedidos, os bandidos são como os ricos. E alguns deles tornam-se verdadeiramente ricos. Mas vivem em guerra e morrem cedo. (ZALUAR, 1992, p. 28-29)

A categoria ‘bandido’ é usada pelos trabalhadores para designar os que usam arma na cintura e são criminosos permanentes e, entre os envolvidos no mundo do crime, ‘bandido’ corresponde a uma identidade social construída em torno da disposição para matar. Enquanto os trabalhadores primam pelo uso da palavra e valorizam o convencimento pelo diálogo, os bandidos se impõem pelo uso da arma de fogo e da violência. (ZALUAR, 1992, p. 22-23)

Bandidos e trabalhadores, também, se opõem em termos de orientação para o trabalho e da renda obtida para sobreviver; de padrões de consumo; de práticas de socialização e de valores relativos às posições de homens e mulheres.

O trabalhador, disciplinado na atividade do trabalho, é comedido no consumo, que é orientado para a família, cuja renda se junta para formar o fundo comum administrado pela mulher. Já os bandidos revelam um estilo de vida diferente voltado para o desperdício e para o prazer imediato, sem precauções com o futuro. Tudo o que conseguem na atividade criminosa gastam em festas, roupas, carros, orgias, etc.

Na ótica dos trabalhadores, a quadrilha é uma agência de socialização dos filhos que compete com a família e que encaminha os jovens para a violência e a morte prematura.

Contudo, segundo Zaluar (1992), como agência de socialização, a quadrilha cumpre uma função “sem par”. O “mundo do crime” é visto como marca de virilidade.

Numa subcultura criminosa que marca o espaço exclusivo da masculinidade - o campo da guerra - o uso da arma de fogo, o primeiro assalto, a primeira morte são como rituais de passagem que marcam a entrada do menino no mundo dos homens. De fato, essa criminalidade demarca também os limites de uma cultura viril exclusiva, sem matizes, sem a dialética do feminino como contraponto. (ZALUAR, 1992, p. 27)

O jovem que entra para o mundo do crime passa por um ritual de passagem, quando prova a sua audácia ou disposição para matar, desafia o medo da morte e da prisão e marca a sua entrada no mundo dos homens. Neste imaginário, o uso de armas, o dinheiro no bolso, as roupas são apenas sinais exteriores que atraem as mulheres, “muitas mulheres” para o homem que consegue adquirir esses sinais.

Armas são também símbolos fálicos, extensão do corpo masculino, instrumento do exercício de sua força. Por isso, são também chamadas de ‘ferro’, outro nome do órgão sexual masculino. A associação de significantes fica também clara no uso constante do verbo ‘deitar’ (como no ato sexual se faz com quem assume a posição de mulher) em lugar de matar (o que se faz com a arma). Vencer outros homens através de sua posse é fundamental para a afirmação do homem, que se torna respeitado na comunidade. (ZALUAR, 1993, p. 199)

A transformação do lugar do homem na sociedade, na virada do século XX, com a perda do poder e da autoridade na política, nos assuntos militares, religiosos e como ‘pai’ de família, gerou uma crise da masculinidade tradicional, por não ter mais em que se apoiar. Seguindo estudos realizados por Faludi (1999 [2004]), Zaluar salienta que o mundo do patriarcado glorificava a dominação masculina ao sublinhar os valores positivos da fidelidade, da dedicação e do dever. Nas últimas décadas, todos os campos da dominação e do cuidado desapareceram. Não há empregos seguros, nem fronteiras a defender, nem sacrifícios pela comunidade ou nação, o que explicaria o aumento contemporâneo da violência masculina na incidência de crimes violentos, sexuais e de agressões graves no esporte entre os *hooligans* na Inglaterra. (ZALUAR, 2004, p. 367-368)

Outros estudos apontam a importância dos meios de comunicação de massa na construção do modelo do macho norte-americano associado a dinheiro, capacidade agressiva, músculos bem delineados e jactância. Essa imagem cultural do homem provocaria violência, na medida em que ao homem, cada vez mais privado do domínio sobre um ofício, um emprego e um lar, restaria apenas a dominação pura. (Ibid, p. 369)

No Brasil, segundo Zaluar (2004, p. 385), pouco se sabe a respeito dos efeitos da masculinidade construída pela mídia com os filmes dos heróis-machos americanos e sobre essa diária exposição dos jovens em busca de modelos de masculinidades “à fama bandida”, a partir das notícias que conferem glória e glamour aos criminosos mais violentos. Por outro

lado, também, nunca houve, nas cidades do país, uma classe operária de emprego estável, visto que o mercado informal de trabalho sempre foi disseminado e importante.

Um aspecto importante a se considerar nessa análise é a crise de valores que se seguiu enfraquecendo os laços familiares. A maior participação da mãe no orçamento doméstico a afastou da educação dos filhos e, no Brasil, novas instituições, tais como a escola, os centros de assistência social e a polícia, não se mostraram eficazes no processo de socialização desses jovens.

Se as redes pessoais de controle e de socialização se desmantelaram definitivamente, as novas agências ainda não se mostraram eficazes nas suas funções, muito pelo contrário. A escola fracassa tanto como socializadora, como transmissora de instrução. (ZALUAR, 1993, p. 208)

Neste vazio de sociabilidade e de mau funcionamento das instituições encarregadas de fazer valer a lei, os jovens mais desvinculados de suas famílias, abandonam cedo a escola, e tendem a se agregar em grupos que criam seus próprios valores, pautados na violência, à margem da lei.

Assim, na análise, apresentada em seu livro “Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de drogas” (2004), que reúne textos escritos ao longo dos últimos dez anos sobre esse tema, a autora vai mostrar que o envolvimento dos jovens em “atos desviantes” se deve ao efeito combinado de vários fatores: novas formas de organização familiar, novos padrões de consumo, do novo ethos do trabalho, do hedonismo, do sistema escolar, das políticas públicas para o menor e para o usuário de drogas, da crise institucional e da presença de uma organização criminosa que se fortaleceu ao longo de toda a década dos anos 80. (ZALUAR, 2004, p. 29)

Com base nesses estudos sobre violência urbana no Brasil, efetuados por Alba Zaluar, procurei desconstruir a idéia disseminada socialmente de que o envolvimento dos jovens nos atos infracionais se deve à pobreza, ao desemprego, ou da necessidade de dinheiro. Há aspectos subjetivos que devem ser considerados. Pela via da psicanálise, esses comportamentos de risco - as toxicomanias, os atos infracionais, as violências – portam uma significação simbólica, que exigem um trabalho de deciframento. A que esse ato infracional vem responder? É a questão que permeia essa pesquisa.

Apresento, a seguir, o percurso da pesquisa.

2 - O Percurso da Pesquisa

Na primeira fase da pesquisa, procurei traçar o perfil dos adolescentes que entram no Sistema Socioeducativo. Através de 200 atendimentos, realizados no período de Agosto a Dezembro de 2007, coletei dados referente à idade, número de entradas no Sistema Socioeducativo, tipo de ato infracional praticado, o que motivou a prática do ato infracional, vida familiar, escolaridade e uso de drogas, buscando construir os laços sociais desses adolescentes e, para além das carências materiais, familiares e sociais, sua posição subjetiva e implicação frente ao ato infracional praticado.

Os atendimentos foram realizados no Núcleo Biopsicossocial Anita Heloisa Mantuano, Unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. Por este Núcleo passam todos os adolescentes que são encaminhados ao Centro de Triagem e Recepção (CTR), pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente ou pela Vara da Infância e da Juventude, de modo que o atendimento nessa unidade permite visualizar um universo representativo dos adolescentes que entram no DEGASE.

No Núcleo Biopsicossocial, o adolescente é atendido por uma equipe multidisciplinar composta por médico psiquiatra, psicólogo, assistente social, médico clínico e dentista. Neste atendimento, busca-se realizar um levantamento singular das condições em que o adolescente se apresenta ao chegar ao DEGASE, oferecendo, a partir de então, subsídios para os futuros procedimentos junto ao adolescente, enquanto este permanecer no sistema socioeducativo. Conta-se ainda com a atuação de auxiliares e técnicos de enfermagem no atendimento ambulatorial.

É importante ressaltar que, embora lugar de passagem, o ato de recepção é pleno de implicações em termos clínicos, seja pelos efeitos mais imediatos que promove – diminuição da ansiedade, do medo, do mal-estar decorrente da apreensão, etc. – seja pelas suas implicações em termos de um trabalho subjetivo de longo prazo, de modo que, devemos criar condições, mesmo nesse primeiro momento para que o sujeito apareça implicado em suas ações e responsabilizado por elas.

2.1 - A primeira fase: Os dados da pesquisa²

2.1.1 - Faixa Etária e Número de entradas no DEGASE

Esses jovens chegam ao DEGASE com idade entre 14 e 17 anos. A maioria é do sexo masculino, morador de comunidade pobre do Rio de Janeiro ou do interior do Estado. Essas comunidades não dispõem de infra-estrutura nos serviços de atendimentos e são carentes das condições mínimas de urbanização, tais como saneamento, circulação, transporte, etc. São marcadas pela violência e dominadas pelos “comandos” do tráfico de drogas ou “milícias”, que impõem suas leis a “ferro e fogo”. Isso não significa que os jovens de classe média não tenham relação conflitiva com a lei, mas são poucos os que entram no sistema socioeducativo.

Apesar da maioria – 58% – estar ingressando no DEGASE pela primeira vez, é alto o número de reincidências – 42%. Isto aponta para fracasso do sistema socioeducativo em promover ações que visem uma intervenção comprometida com o acesso desses jovens ao processo de cidadania.

F. é um desses casos que aumenta os dados estatísticos das reincidências. Atualmente com 18 anos, afirma: “- Estou nessa vida desde os 12 anos. Entrei aqui várias vezes. Perdi até a conta, mas agora quero parar. Vou cumprir tudo direitinho, porque já sou ‘di maior’”. Contudo, o que constatamos em nossa prática é que nem sempre eles param.

O jornal *O Globo*³ publicou uma série de reportagens sobre este assunto no período de 02 a 10 de dezembro de 2007. Nelas, aponta que mais da metade - 52,6 % - dos adolescentes que se envolveram em atos infracionais no ano de 2000, morreu ou cometeu outros crimes após completar 18 anos.

Segundo o levantamento feito pelo mesmo jornal em processos tramitados durante o ano de 2000 na 2ª. Vara da Infância e da Juventude, ao chegar à maioridade, 34,3% dos jovens foram flagrados cometendo novos crimes e 18,5% foram assassinados.

Como salientamos, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha sido um avanço do ponto de vista da constituição de um marco legal, pouca coisa mudou no atendimento socioeducativo. Com uma política marcadamente voltada para a segurança,

² A primeira fase da pesquisa foi publicada na Revista eletrônica **asephallus**. Revista eletrônica do Núcleo Sefhora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Disponível em: <<http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero08/index.html>>

³ Pesquisas realizadas em 2001 e em 2006 pelo Núcleo de Violência e Direitos Humanos do Observatório de Favelas com adolescentes envolvidos com o tráfico em 34 favelas do Rio de Janeiro. Cf: reportagem do Jornal “O Globo” publicada em 08 de dezembro de 2007.

ainda prevalecem a correção, a repressão e a intimidação, com poucas ações socioeducativas.

2.1.2 - Ato Infracional praticado

Os dados da pesquisa mostram que é cada vez menor o número de adolescentes detidos por tráfico de drogas e que tem aumentado o número de adolescentes envolvidos com roubos e furtos. O cenário está mudando? Por quê?

Pesquisas⁴ anteriores, também, detectaram uma queda acentuada na participação desses adolescentes no tráfico de drogas, e apontaram alguns fatores determinantes, tais como: a alta taxa de homicídios entre os jovens envolvidos, e a queda dos rendimentos, o que tornou a atividade pouco atrativa. Eles começaram, então, a buscar opções em outras atividades ilícitas ou em trabalhos informais.

Os roubos e furtos são vistos pelos jovens como atos fortuitos e sem conseqüências, “aprontações”, formas de conseguirem dinheiro rápido.

Diferente do envolvimento com o tráfico de drogas, que é visto pelos adolescentes como um “trabalho”, dá status, dinheiro e “mulher”.

Essas falas nos remetem ao próximo item investigado na pesquisa: o que motivou a prática do ato infracional.

2.1.3 - Motivos do ato infracional

Chama a atenção o grande número de adolescentes que **negam envolvimento** na prática do ato infracional no qual se vêem envolvidos, são tomados de surpresa, culpam o colega ou o policial, afirmam que foram “forjados”, reclamam da violência policial, sentem-se injustiçados.

Contudo, qual é o valor desse ato que aparece totalmente incompreendido pelo sujeito sob a forma da negação?

Por mais que o adolescente negue seu envolvimento com o ato infracional, ele está na cena. Podemos tomar essa negativa como sendo da ordem do que não pode aparecer do seu desejo e que vem à luz sob a forma de um ato. Elucidaremos melhor essa questão no capítulo

⁴ Série de reportagens do Jornal O Globo sobre ‘Di menor – Os adultos de hoje’, publicadas no período de 02 a 10 de dezembro de 2007.

quatro, quando fizermos um estudo sobre a clínica do ato, tal como Lacan a explicita no seu seminário “A Angústia” (1962-63), onde distingue o *acting out* e a passagem ao ato, permitindo decifrar o que está em jogo nesse momento específico.

Outro motivo acentuado pelos jovens para a prática do ato infracional, que aparece com mais frequência, **comprar roupa de marca**, evidencia o quanto os adolescentes ficam identificados com o ideal publicitário do jovem hedonista, consumidor, difundido pela publicidade e buscam, através do consumo, uma inserção subjetiva no mundo.

Embora poucos adolescentes entrevistados pudessem ser considerados toxicômanos, muitos atribuíam o envolvimento com o ato infracional ao **uso de drogas**. A droga mais usada é a maconha. O solvente é mais utilizado entre os que vivem em situação de rua. A incidência do uso do álcool é maior entre os adolescentes que vivem no interior do Estado e o uso do *crack* tem crescido sensivelmente.

Também fazem da prática do ato infracional um **ganho fácil de dinheiro**, o que evidencia um imediatismo e a falta de planos futuros. Os adolescentes vivem “o aqui e o agora”.

Muitos estão em **situação de risco**, seja porque perderam a mãe em tenra idade, seja porque viviam em uma família totalmente desprovida da condição de gerir a educação dos filhos. Em qualquer das situações, eles são criados sem limites, acostumados a ficar pelas ruas ou na casa de parentes, sem vínculos afetivos. Atuam a situação de abandono nos seus laços sociais. Na rua, o uso de drogas ajuda a evitar a fome, a enfrentar o medo, o frio e a dura realidade do dia-a-dia.

Outros apontam a **influência de amigos** como motivador da prática do ato infracional. Uma forma de sentirem aceitos pelo grupo. Eles não querem ser vistos como “mulherzinha”, medrosos ou serem alvo de chacota.

O grupo tem uma particular importância para o adolescente, pois é uma forma de separação e substituição do grupo familiar pelo grupo social, ao mesmo tempo em que busca ter semelhança com o outro, aquele com quem imaginariamente se identifica.

2.1.4 - Sobre a Escolaridade

Um outro aspecto importante a ser considerado é o alto índice de evasão escolar entre os adolescentes que estão cumprindo alguma medida socioeducativa.

É indiscutível a importância da educação na promoção da cidadania. É a educação formal que possibilita modificar as situações de desigualdades e criar uma sociedade mais igualitária. Contudo, no Brasil acompanhamos o descaso e a ineficiência do poder público na formação de uma escola para todos, que forneça qualidade básica de inserção da criança e do jovem no processo de aprendizagem.

Dados do Instituto Ayrton Senna⁵, que atua com programas de alfabetização em 527 municípios, apontam que, apesar de apenas 3% das crianças estarem fora da escola, indicando a quase universalização do ensino, elas estão concluindo o ensino fundamental sem saber ler e mal sabem assinar o nome. Os alunos que conseguem chegar ao ensino médio têm dificuldade com a leitura e não sabem construir um texto escrito, de modo que, o ingresso da criança na escola não é “passaporte para o aprendizado” na rede pública de ensino do país. As estatísticas são mais dramáticas no Norte e Nordeste do Brasil. Recife aparece em quase todas as avaliações oficiais como um dos estados de pior qualidade na educação, seguido do estado de Pernambuco.

Nas entrevistas realizadas nessa pesquisa, constatamos que 73% desses jovens estavam fora da escola quando se envolveram com os atos infracionais; 30,4% interromperam os estudos na 5ª série do ensino fundamental (6o. ano do novo ciclo fundamental); muitos são analfabetos funcionais e são poucos, apenas 7,1%, os que chegaram ao ensino médio, o que indica que a escola pública tem sido incapaz de cumprir a sua função de educar e perdeu com o tempo a dimensão de formação humanista, de construção de valores éticos. A organização das disciplinas ainda se mantém como abstrações distantes da realidade desses jovens, dificultando o interesse e mesmo a compreensão dos conteúdos ministrados. Ao abandonar a escola, aumenta a falta de perspectivas, a possibilidade de se qualificarem para bons empregos e enfrentar um mercado competitivo. Diante disso, vêm no envolvimento com o tráfico de drogas, furtos e roubos a possibilidade de um ganho maior e mais rápido.

Ficamos, então, confrontados com a questão: como engajar esses jovens em uma educação formal se, com idade entre 14 e 17 anos, estão fora da série prevista para a sua idade e desconhecem a importância da educação para sua formação futura? Não conseguem aprender em uma escola que, também, não está preparada para ensiná-los. A desvalorização da escolaridade mantém esses jovens sem perspectivas e desprovidos da capacidade de transformar suas vidas.

⁵ Reportagem do Jornal “O Globo” sobre o “Apagão no Ensino” do dia 23 de dezembro de 2007.

Se por um lado, acompanhamos o descaso e a ineficiência do poder público na formação de uma escola para todos, que forneça qualidade básica de inserção da criança e do jovem no processo de aprendizagem, por outro acompanhamos a dificuldade das famílias na transmissão dos valores.

O princípio da educação é a transmissão de conhecimento, mas, também, a transmissão da cultura, dos ideais, de uma transmissão que revela os objetos mais valorizados e investidos de sublimação no mundo. É a educação que possibilita substituir os objetos pulsionais por objetos sublimados, socialmente valorizados.

A forma como os pais transmitem aos filhos a importância da escolaridade é determinante na relação da criança com a aprendizagem. Quando os pais valorizam a escolaridade, os filhos crescem mais conscientes da importância dos estudos para o seu futuro, são capazes de adiar suas satisfações, construir metas, projetos de vida e formas de alcançá-los. O problema surge quando constatamos que muitos pais não dão prioridade aos estudos de seus filhos.

Há pais, com bom nível de escolaridade, mas ausentes, que delegam à escola a função de educar, impor regras e limites. Com dificuldades de oferecer parâmetros mínimos para orientar o crescimento de seus filhos, os deixam sem referência, podendo fazer tudo, sem que lhes sejam cobrados qualquer responsabilidade; há, ainda, aqueles pais que, com baixa escolaridade, valorizam o trabalho, e não se empenham em manter seus filhos na escola, para que eles sejam logo absorvidos pelo mercado de trabalho. Contudo, sem qualificação, só conseguem sub-empregos, com baixos salários. Fora da escola, esses jovens ficam excluídos do exercício da cidadania por desconhecerem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa.

O que nos levou a investigar sobre a configuração familiar. Por quem foram criados e com quem estavam vivendo no momento em que se envolveram com o ato infracional?

2.1.5 - Configuração Familiar

Ao analisarmos a configuração familiar da maioria desses jovens que dão entrada no sistema socioeducativo, observamos que, do universo dos 200 adolescentes entrevistados, 37% deles foram criados pela mãe; 36%, pelos pais (pai e mãe) e 15% pelos avós. Contudo, isso muda. Em algum momento de suas vidas ocorrem rupturas e cisões nas relações familiares. No momento em que se envolvem com o ato infracional, estão vivendo com

madrastas, padrastos, avós, sozinhos ou com companheiras. Como a vida sexual é iniciada muito cedo, muitos jovens já são pais sem estarem preparados para exercerem esta função, evidenciando a fragilidade da família e sua impotência na condução da educação dos filhos.

A presença da mãe como responsável pelo sustento da família é marcante, principalmente pelo desemprego que afeta os homens. Com baixos salários, e sem possuir recursos adequados para cuidar dos filhos na sua ausência, fica evidente, na fala desses jovens, a instabilidade dos cuidados ainda na infância. Crescem sem limites e sujeitos às influências da comunidade, muitas vezes, violenta. Convivem com alcoolismo, violência doméstica e pouco ou nenhum diálogo intra-familiar.

Podemos perceber, ainda, que as posições discursivas dos pais evidenciam as suas próprias fragilidades simbólicas no exercício da transmissão da lei, sendo possível observar, muitas vezes, uma certa tolerância em relação aos delitos dos filhos, representado ora através da negação da gravidade do ato cometido, ora pela incapacidade de reconhecê-lo como autor e responsável pelo dano causado a si mesmo, enquanto sujeito, e à sociedade, o que contribui para os impasses da relação dos filhos com a lei. (ASSIS, 1999)

Diante da dificuldade de confrontarem seus filhos com limites e regras, os pais estão se subtraindo em suas tarefas e delegando a escola, ao conselho tutelar, ao Juiz, etc., o papel de solucionar os impasses com os quais se deparam na educação dos filhos. Os jovens mostram-se mais perdidos, sem referências e expressam, nos comportamentos agressivos e desafiadores, a angústia que não conseguem traduzir em palavras. Como veremos nos estudos que apresentaremos a seguir, ao considerarmos a contribuição da psicanálise, o ato surge diante do fracasso do sintoma em barrar a angústia, que é sempre de castração.

Para a psicanálise a família tem particular importância na transmissão da cultura, da língua, na educação e nos cuidados com a criança. Esses cuidados não se reduzem à satisfação das necessidades biológicas, pois trata-se de uma constituição subjetiva.

Em seu escrito “Notas sobre a criança”, Jacques Lacan (1969, p. 369) designa a implicação da família na “relação com um desejo que não seja anônimo” e articula o *não anônimo* com o que há de particular nas funções da mãe e do pai. A função da mãe é a de promover cuidados que portem a “marca de um interesse particularizado” (ibidem). É fundamental que uma mãe, ao se ocupar de seu filho, o faça de maneira particular, que veicule o significante de sua falta, de seu desejo, que transmita o Nome-do-Pai, para além da pura satisfação das necessidades biológicas. Por sua vez, a função do pai é também tomada pela dimensão do particular, pois “[...] seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo”,

ou seja, como agente da castração, limita a satisfação e opera a inclusão da Lei no desejo. Questões que desenvolveremos ao longo desse trabalho.

O que observamos, hoje, são as dificuldades das famílias em articularem Lei e desejo, de conterem o gozo e de transmitirem a castração. Isso repercute na transmissão da significação fálica e deixa o sujeito diante de um impasse frente à necessidade de se separar do Outro, da sexuação e da escolha de objeto, o que é atuado na adolescência.

Assim, embora configurações familiares marcadas pela ausência do pai e abandono da mãe sejam visíveis em estudos de casos relacionados à violência urbana, há que se considerar o particular de cada caso e a singularidade de cada sujeito. Esse ato, que teve como consequência uma resposta jurídica, desempenha uma função em sua vida e na relação com o Outro, sendo importante recuperar a sua participação nesse ato, a fim de tornar possível para ele responsabilizar-se por isso e retificar a sua posição subjetiva.

Na segunda fase da pesquisa consideramos, então, o atendimento individual ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e semiliberdade.

2.2 - A segunda fase da pesquisa: O atendimento individual.

O atendimento individual ao adolescente, no âmbito do cumprimento da medida socioeducativa, revelou os impasses que o adolescente estava vivendo naquele momento de sua vida. Sem projetos. Muitos já estavam fora da casa dos pais. Podendo fazer tudo, sem que lhes fossem cobrado qualquer responsabilidade, viviam intensamente as relações com as namoradas. Encontros marcados por ciúmes e brigas que sempre acabavam em agressão, marcando a tensão no campo da sexualidade. Em suas falas apareciam o fascínio pelo uso da arma de fogo, pelo dinheiro, pela fama e o sucesso com as mulheres, que o envolvimento no mundo do crime lhes proporcionava.

Como vimos, Alba Zaluar, em seus estudos sociológicos mostrou o quanto o “mundo do crime” é visto como uma marca de virilidade. Neste imaginário, o uso de armas, o dinheiro no bolso, as roupas são apenas sinais exteriores que atraem as mulheres, “muitas mulheres” para o homem que consegue adquirir esses sinais.

Freud sempre salientou a importância do papel da sexualidade na organização psíquica e na estruturação do sujeito e o momento da puberdade como o momento de encontro com o real do sexo, quando o jovem deverá responder a questão adiada da diferença sexual e da escolha de objeto.

Os adolescentes estão particularmente confrontados com as questões: da identidade, do corpo e da sexuação, e são sensíveis aos novos imperativos ordenadores da cultura, que impulsionam ao consumo, aos excessos e às satisfações excluídas do circuito da fala (COELHO DOS SANTOS, 2008a).

O trabalho com o adolescente autor de um ato infracional nos coloca diante dessas questões de forma radical. O adolescente questiona, desafia, joga com o seu próprio ser, se atira para alhures, dá visibilidade a sexualidade - é o despertar da primavera, segundo Lacan, quando o adolescente é confrontado com um excedente de sensações que ele não consegue traduzir em palavras, por isso, muitas vezes adotam uma postura agressiva e há passagem ao ato (LACADÉE, 2007). O ato infracional aparece, então, como um modo de resposta aos impasses do sujeito frente à castração.

O afrouxamento dos laços familiares e o empuxo ao excesso e ao consumo, que caracteriza a nossa cultura atual, fazem com que os adolescentes tenham mais dificuldades frente às questões em jogo na sexuação: a identificação sexual e a escolha de objeto.

A hipótese desenvolvida nessa pesquisa é que o ato infracional surge, então, como uma forma de solucionar os impasses com os quais se vê confrontado nesse momento de sua vida: o real do gozo e da sexualidade, encenando em seus atos uma tentativa de encontrar uma saída, uma forma de se manterem no laço social. Daí a importância de elevar o ato à categoria da responsabilidade e da verdade do sujeito.

É importante salientar que a psicanálise sustenta um caráter particular de responsabilidade que não tem a ver com responsabilidade jurídica ou moral. A responsabilidade do sujeito está relacionada à coragem de deixar falar o inconsciente, esse saber não sabido, que portamos em nós por sermos seres de linguagem.

Aqui nos deparamos com a outra questão que permeou essa pesquisa: Como operar com o discurso psicanalítico nesse campo onde predomina o discurso jurídico, correcional e repressivo?

Apresentamos a seguir a Unidade do DEGASE onde foi realizada a segunda fase da pesquisa.

2.2.1 - O Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) da Ilha do Governador

A segunda fase da pesquisa foi realizada no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) situado na Ilha do Governador, onde os adolescentes cumprem a medida socioeducativa de semiliberdade.

Nestas unidades os adolescentes saem pela manhã para estudarem e fazerem cursos e retornam à noite para dormir. A maioria vai para a casa dos responsáveis nos finais de semana. Todas suas saídas são reguladas, através de folha de frequência com o horário de saída e retorno à Unidade.

É comum alguns adolescentes descumprirem a medida socioeducativa, isto é, saírem para suas atividades e não retornarem, ou evadirem, isto é, pularem os muros, por não quererem cumprir a medida socioeducativa imposta. Esses casos são comunicados ao Juiz da 2ª. Vara da Infância e da Juventude. Se o adolescente não se apresentar em tempo hábil ao referido juizado, é expedido um mandado de busca e apreensão e o adolescente pode ter sua medida regredida para uma medida socioeducativa de internação por determinação judicial.

A equipe de profissionais envolvidos nesse trabalho é composta por: diretor da unidade, equipe administrativa, dois psicólogos, dois assistentes sociais, dois pedagogos, um professor de educação física e dezesseis agentes de disciplina. Em cada dia trabalham na unidade, além do administrativo, pelo menos três profissionais da chamada equipe técnica (psicólogo, assistente social e pedagogo) e quatro agentes de disciplina.

São muitas as dificuldades que se apresentam nesse serviço. O CRIAAD da Ilha do Governador é o que mais recebe adolescente, conseqüentemente é grande o número de evasões. Com fortes características de unidade de internação, mal conservado, sem espaço físico adequado para desenvolvimento das atividades, faltam recursos. Tudo é improvisado.

Os casos mais difíceis de serem manejados nessas instituições são os de toxicomania. Além da dificuldade diagnóstica, principalmente nos casos em que há comorbidade, em suas sucessivas atuações, a maioria desses jovens evade ou descumpre o que impossibilita qualquer tipo de intervenção.

Como vimos, são poucos os jovens que podem ser considerados toxicômanos, mas a maioria faz uso de drogas, de modo que um outro problema enfrentado no dia-a-dia na Unidade é a tentativa dos jovens de entrarem com drogas na instituição. Quando retornam à Unidade, eles são revistados, e se forem pegos portando alguma droga são levados para a delegacia, e voltam a ficar presos no Centro de Triagem e Recepção, enquanto aguardam serem apresentados ao Juiz em audiência especial. Isso, sem dúvida, interfere no cumprimento da medida socioeducativa, pois interrompe a frequência nos cursos, escola e tratamentos em que estão inseridos. Podemos perceber essa atuação do adolescente, como sendo da ordem de

um *acting out*, um apelo a que se faça algum tipo de intervenção. Contudo, qual é a intervenção possível nesses casos? Como salienta Lacan (1962-63) o *acting out* clama pela interpretação, mas a questão é saber se esta é possível. Questão que também procuramos elucidar ao longo dessa pesquisa.

Por outro lado, nessas instituições, a chegada de novos adolescentes muda a dinâmica da Unidade, principalmente quando são lideranças, seja na comunidade onde moram, seja nas instituições por onde passaram. Muitas vezes, o tumulto é inevitável. Esse tumulto pode ser “lido” como a única possibilidade do jovem poder tomar a palavra e fazer sua entrada como sujeito. Na prática, ao tolerar esse tumulto, colocando limites claros, evitando o confronto e a punição por si só, é uma forma de mostrar ao jovem, que ele pode ser ouvido, que ele tem outras formas de expressar o que sente.

Contudo, como vimos, sempre prevaleceu no DEGASE, nos moldes do sistema penitenciário, a repressão, a intimidação e a visão da medida como correcional e não socioeducativa. Diante disso, logo se evidenciou a importância de um trabalho subjetivo com os agentes de disciplina, porque é com eles que se dá o confronto.

É importante ressaltar que existe um mal-estar nessa relação entre os agentes de disciplina e adolescentes, que não será eliminado. Esses jovens estão cumprindo uma medida socioeducativa, porque praticaram um ato infracional e os agentes, no exercício de sua função, são aqueles que os farão cumprir a lei. Mas, é possível que os agentes não fiquem confundidos com a função que exercem, e que façam valer a lei, sem se confundir com ela, podendo, assim, ter uma intervenção que não precisa ser no registro da violência.

Um outro aspecto a ser considerado é a família. O atendimento familiar é feito quando o adolescente dá entrada no CRIAAD, mas é comum a família delegar aos profissionais do CRIAAD a responsabilidade de efetuar a matrícula escolar, providenciar documentação, enfim, todas as ações necessárias ao verdadeiro exercício da cidadania, das quais esses jovens estão excluídos. Entretanto, se a família não é envolvida em todo esse processo, se desresponsabiliza ou vitimiza o filho, impede que se possa localizar o que não vai bem nessa relação ou no processo de transmissão. É importante a implicação da família, para que, a partir daí, seja possível retificar a relação pais-filhos, fortalecer os vínculos familiares e envolve-los na educação de seus filhos de maneira responsável.

Foi através dessa pesquisa, que também se insere nas pesquisas do Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo, que encontrei estratégias de intervenção para dar conta das demandas subjetivas que estão associadas ao uso de drogas, a violência e ao mal-estar que se apresenta nesse serviço.

A atuação dos psicanalistas na interface com o jurídico, nas penitenciárias, na execução de medidas socioeducativas, com a clínica das toxicomanias tem dado provas de que a psicanálise tem muito a contribuir ao apostar no inconsciente e na emergência do sujeito.

Ao longo dessa tese vamos percorrer os textos de Freud e Lacan e de outros autores do Campo Freudiano para elucidar as questões apresentadas ao longo desse capítulo, discutir os impasses e os avanços na execução de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro e estratégias de intervenções.

Nos próximos capítulos trataremos da constituição do sujeito e da teoria da sexuação em Freud e em Lacan para tratarmos sobre o que está em jogo no momento da adolescência.

CAPITULO II:

FREUD E A TEORIA DA SEXUAÇÃO MASCULINA: O COMPLEXO DE ÉDIPO, O COMPLEXO DE CASTRAÇÃO E A FORMAÇÃO DO SUPEREU.

Estou convicto de que nenhuma criança - pelo menos nenhuma que seja mentalmente normal e menos ainda as bem dotadas intelectualmente - pode evitar o interesse pelos problemas do sexo nos anos *anteriores* à puberdade. (FREUD, 1908, p. 214, grifo no original)

Freud sempre salientou a importância do papel da sexualidade na organização psíquica e na estruturação do sujeito. Dando outra dimensão a natureza da sexualidade humana, Freud vai mostrar que nascemos biologicamente homem ou mulher, mas isso não é suficiente para que cada sujeito se localize quanto ao seu sexo. A constituição da identificação sexuada e do objeto do desejo depende da passagem pelo complexo de castração e pelo complexo de Édipo.

O recálque da sexualidade, mecanismo psíquico que funda o inconsciente, nasce da interdição do incesto. É a passagem pelo complexo de Édipo que, na teoria freudiana, institui o abandono do incesto, a consciência e a moralidade.

[...] a catástrofe que ocorre no complexo de Édipo (o abandono do incesto e a instituição da consciência e da moralidade) pode ser considerada uma vitória da raça sobre o indivíduo. (FREUD, 1925, p. 319)

Freud (1925) vai mostrar que a diferença de órgãos apresentada pela anatomia do corpo humano não se significa, ao nível inconsciente, como uma divisão entre dois sexos e explica a sexuação masculina e feminina com base nas conseqüências psíquicas advindas do encontro com a diferença sexual.

Em seu texto “Sobre as teorias sexuais das crianças”, Freud (1908) assinala que, as primeiras teorias sexuais infantis, derivam do desconhecimento das diferenças entre os sexos. Há, inicialmente, uma ignorância, “um não saber”. Só se reconhece um único órgão, aquele que ele designa nesse momento de sua obra, pelo termo pênis: a criança atribui “a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis” (FREUD, 1908, p. 219). Quando o menino vê as partes genitais de uma irmãzinha, ele não constata a ausência do pênis, “mas comenta invariavelmente, com intenção consoladora: ‘o dela ainda é muito pequeno, mas vai aumentar quando ela crescer’” (Ibidem). Enquanto se desenvolve um medo da castração por parte do menino, a menina cai vítima da inveja do pênis.

Quinze anos mais tarde, em 1923, no artigo “A organização genital infantil: Uma interpolação na teoria da sexualidade”, um deslizamento teórico se opera e a ‘universalidade do pênis’ de 1908 é, então, modificada. Freud afirma que a principal característica da ‘organização genital infantil’ não é uma primazia dos órgãos genitais, mas a primazia do falo.

Sabemos como as crianças reagem às suas primeiras impressões da ausência de um pênis. Rejeitam o fato e acreditam que elas realmente, ainda assim, vêem um pênis. Encobrem a contradição entre a observação e a preconceção dizendo-se que o pênis ainda é pequeno e ficará maior dentro em pouco, e depois lentamente chegam à conclusão emocionalmente significativa de que, afinal de contas, o pênis pelo menos estivera lá, antes, e fora retirado depois. A falta de um pênis é vista como resultado de uma castração e, agora, a criança se defronta com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria. (FREUD, 1923a, p. 182)

Não há senão um sexo, o falo, mas há dois modos de manifestação: ou a presença ou a ausência. O menino constata a falta de pênis na menina, mas vai encobri-la, fazendo da falta, um modo de existência do falo. A menina também está aprisionada nessa lógica. É através do significante fálico que ela toma conhecimento do seu sexo.

Mulheres a quem ela respeita como sua mãe, retêm o pênis por longo tempo. Para ela, ser mulher ainda não é sinônimo de não ter pênis. (FREUD, 1923a, p. 183)

Segundo Freud (1925), a diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos dos sexos masculino e feminino é uma consequência da distinção anatômica entre seus órgãos genitais e da situação psíquica aí envolvida. No caso da menina ‘uma castração foi executada’ e no caso do menino foi ameaçada (FREUD, 1925, p. 319), de modo que, o ingresso na problemática da castração ocorre para ambos, mas não no mesmo nível.

Há uma dissimetria entre o homem e a mulher caracterizada pela relação paradoxal que cada um estabelece com o falo. O primado do falo, que menino e menina descobrem no sexo anatomicamente oposto, se inscreve no registro da falta para o menino, e no registro do véu para a menina.

Assim, o encontro com a diferença sexual não suscita a mesma resposta no menino e na menina. Quando um menino vê a região genital de uma menina demonstra irresolução ou falta de interesse, dúvida, procura outras informações e quando conclui que a menina não o tem, acredita que ela o perdeu, pois antes estava lá. É a partir dessa resolução, que se introduz o complexo de castração no menino. A ameaça de castração, tão comum na infância, “ocasiona a destruição da organização genital fálica da criança” (FREUD, 1924a, p.219).

Com medo de perder o órgão tão apreciado, o menino abandona a catexia libidinal de seus objetos parentais e volta às costas ao complexo de Édipo. (Ibid., p. 221)

A menina, ao contrário, já compreendeu tudo à primeira vista: “Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo.” (FREUD, 1925, p. 314) Ao contrário do menino, é o complexo de castração que possibilitará à menina a entrada no complexo de Édipo.

Freud enlaça, assim, o complexo de castração, esse encontro com o real da diferença sexual, ao complexo de Édipo. Tal como Freud partiremos da análise da sexuação masculina, na qual nos deteremos nesse trabalho.

1 - A sexuação masculina e a formação do supereu⁶

A observação analítica capacita-nos a identificar ou adivinhar essas vinculações entre a organização fálica, o complexo de Édipo, a ameaça de castração, a formação do superego e o período de latência. Essas vinculações justificam a afirmação de que a destruição do complexo de Édipo é ocasionada pela ameaça de castração. (FREUD, 1924a, p. 222)

Freud (1924a) designa o Complexo de Édipo como um fenômeno central do período sexual da primeira infância. Após isso, se efetua sua dissolução, ele sucumbe ao recalque e é seguido pelo período de latência.

O complexo de Édipo é tão importante que, segundo Freud, o modo pelo qual o indivíduo nele se introduz e o abandona não pode deixar de ter seus efeitos.

Seguindo em suas investigações, Freud (1925) salienta que nos meninos a situação do complexo de Édipo é o “primeiro estágio possível de ser identificado com clareza” (Ibid., p. 310). É fácil de compreender, pois o menino retém o mesmo objeto, que previamente catexizou com a sua libido, enquanto estava sendo amamentado e cuidado - a mãe. Por outro lado, também é fácil de compreender que encare o pai como um rival, e queira tomar o seu lugar. Contudo, devido à disposição bissexual originalmente presente na criança, o complexo de Édipo tem uma orientação dupla, ativa e passiva, de modo que, o menino, também, deseja tomar o lugar de sua mãe como objeto de amor de seu pai - fato descrito como atitude tipicamente feminina. (Ibid., p. 311)

Para tratarmos da relação entre escolha objetal e identificação, vamos retomar a parte III do texto freudiano “O Ego e o Id” (1923).

⁶ Utilizaremos no corpo do texto supereu (uber-ich), eu (ich) e isso (es). Contudo, nas citações do texto freudiano seremos fieis à tradução da Edição Standard Brasileira: superego, ego e id.

Freud (1923) vai mostrar que, na ‘fase oral primitiva do indivíduo’, a catexia do objeto e a identificação são indistinguíveis uma da outra (Ibid., p. 43). Posteriormente, as catexias de objeto procedem do isso, o qual sente as tendências eróticas como necessidades. O eu, que inicialmente é fraco, se sujeita às catexias de objeto ou as desvia pelo processo de recalque. Freud supõe que o caráter do eu é um precipitado de catexias objetais abandonadas.

No texto “Sobre o narcisismo: Uma Introdução”, Freud (1914) apresentou como chegou à conclusão, através da observação clínica, de que no curso regular do desenvolvimento sexual humano, o próprio eu se achava catexizado pela libido - fase que denominou de narcisismo. O narcisismo seria uma fase intermediária necessária entre o auto-erotismo e o amor objetal.

[...] O auto-erotismo seria, pois, a atividade sexual do estágio narcísico da distribuição da libido. (FREUD, 1917, p. 486)

Há uma catexia libidinal original do eu, que é posteriormente dirigida a objetos, tornando-se libido objetal, mas que pode novamente transformar-se em libido narcísica. (FREUD, 1920, p. 140) O narcisismo, responsável pela constituição do eu, fundado na imagem corporal, é a primeira morada da libido, e constitui um fundamento necessário a uma posterior eleição de objeto.

Na seção III do seu artigo “Sobre o narcisismo: uma introdução”, Freud (1914) começou a sugerir que o narcisismo da primeira infância era substituído, no adulto, pela devoção a um ideal do eu erigido dentro de si próprio. Haveria uma ‘instância psíquica especial’, cuja tarefa seria vigiar o eu e medi-lo pelo eu ideal ou ideal do eu, termos que Freud parecia utilizar indiscriminadamente. (FREUD, 1923, p. 20)

É como equivalente ao ideal do eu, que o supereu faz seu primeiro aparecimento. Na descrição que faz no capítulo III do seu texto “O Ego e o Id”, Freud (1923) vai mostrar o supereu como derivado de uma transformação das primitivas catexias objetais da criança em identificações. Posteriormente, ele toma o lugar do complexo de Édipo.

[...] os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouros. Isso nos conduz de volta à origem do ideal do ego; por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal. (FREUD, 1923, p. 47)

Na 31ª. Conferência, Freud (1933 [1932], p. 84) ressalta a hipótese de que o supereu descreve uma relação estrutural, que inclui uma importante função a de ser o ‘veículo’ do ideal do eu, pelo qual, “o ego se avalia, que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir.”

O supereu é um exemplo bem sucedido de identificação com a instância parental e está intimamente ligada ao destino do complexo de Édipo. É o representante de todas as “restrições morais, o advogado de um esforço tendente à perfeição”. (Ibid., p. 86)

A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no eu e forma o núcleo do supereu, que assume a severidade do pai. O supereu pode segundo Freud (Ibid., p. 81), adquirir essa característica inflexível, mesmo que a criança tenha sido educada de forma branda e afetuosa e não tenha sofrido ameaças e punições por parte das figuras parentais, questão que retomaremos adiante, quando considerarmos as pulsões de vida e de morte e sua relação com o supereu.

Freud ressalta, ainda, a importância do supereu como “[...] veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitiram de geração a geração” (Ibid., p. 87), saldo da inscrição cultural, que divide o sujeito, pela incidência da linguagem e da pulsão.

Contudo, as formulações sobre o supereu em Freud são paradoxais. O supereu não é somente identificação ao pai e herdeiro do complexo de Édipo. É, também, causador de mal-estar na civilização e, pela sua estreita relação com o isso, é uma instância cruel, feroz, sem noção da realidade, que submete o eu a uma lei insensata, “sob a forma de um imperativo categórico”. (FREUD, 1923, p. 49). Não pretendemos eliminar esse paradoxo, mas acompanhar as formulações freudianas e buscar subsídios para pensarmos a relação com o mal-estar na cultura hoje, quando a lei vacila e os ideais já não são referência para orientar o sujeito. Questões que pretendemos discutir ao longo dessa tese. Nesse momento retornemos ao complexo de Édipo.

O complexo de Édipo positivo no menino é marcado por um investimento objetal pela mãe e por uma identificação com o pai. Essa identificação primitiva ao pai é direta e imediata, pois a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto.

Quando os desejos sexuais do menino em relação à mãe se tornam mais intensos, o pai é percebido como obstáculo e a identificação com o pai assume, então, uma colocação hostil. Segundo Freud, a identificação ao pai, que é ambivalente desde o início, nesse momento se torna manifesta.

Contudo, o pai também pode ser tomado como objeto. No artigo “Psicologia das massas e análise do ego”, Freud (1921) resalta a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto: O pai como identificação é o que gostaríamos de ser e o pai tomado como objeto é o que gostaríamos de ter.

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de ser; no segundo, o que gostaríamos de ter, ou seja, a distinção depende do laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. O primeiro laço, portanto, já é possível antes que qualquer escolha sexual de objeto tenha sido feita. É muito difícil fornecer a representação metapsicológica clara da distinção. Podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo. (FREUD, 1921, p. 134)

Um estudo mais aprofundado, segundo Freud, revela que, devido à disposição bissexual originalmente presente na criança, o complexo de Édipo é duplo, positivo e negativo. Um menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente para com o pai e uma escolha objetual afetuosa pela mãe, mas, ao mesmo tempo, adota uma posição feminina e apresenta uma atitude afetuosa para com o pai e uma hostilidade em relação à mãe.

Essas duas possibilidades de satisfação oferecidas pelo complexo de Édipo - uma ativa e uma passiva - estão vinculadas à atividade masturbatória da primeira infância. É ao se deparar com a possibilidade de castração, que o menino abre mão dessas duas posições e recalca o Édipo. As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. (FREUD, 1924a, p. 221)

A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal. As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (coisa que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo o processo, por um lado, preservou o órgão genital - afastou o perigo de sua perda - e, por outro, paralisou-o - removeu sua função. Esse processo introduz o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança. (FREUD, 1924a, p. 221)

Contudo, essa identificação ao pai comporta um paradoxo pelo fato do superego ser um resíduo das primitivas escolhas objetuais do mesmo e, também, ter a missão de recalcar o complexo de Édipo. A identificação do menino ao pai supõe que ele seja como o pai e, ao mesmo tempo, comporta uma proibição: ‘você não pode ser assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele’ (FREUD, 1923,

p. 49). Há, aí, uma dupla operação: a interdição da mãe como objeto de desejo e a instauração da possibilidade de eleger outra mulher como objeto de seu desejo tal como seu pai. Por essa via, a identificação ao pai como portador do falo, possibilita a assunção da posição sexuada pelo menino.

Freud (1925, p. 319) conclui que o Complexo de Édipo, no menino, não é simplesmente recalcado pela força da ameaça de castração, ele é “feito em pedaços pelo choque da castração ameaçada. Suas catexias libidinais são abandonadas, dessexualizadas e, em parte, sublimadas; seus objetos são incorporados ao eu, onde formam o núcleo do supereu.”

Freud (Ibidem) acrescenta que “em casos normais, ou melhor, em casos ideais, o complexo de Édipo não existe mais, nem mesmo no inconsciente; o supereu se tornou o seu herdeiro.” Em situações normais, a dissolução do complexo de Édipo constitui um supereu regulador, que viabiliza o laço social.

[...] Uma investigação atenta mostrou-nos, também, que o superego é tolhido em sua força e crescimento se a superação do complexo de Édipo tem êxito apenas parcial. (FREUD, 1933, p. 83)

Como comenta Serge André (1991, p. 175), esta tese freudiana de que o complexo de Édipo no menino seria completamente destruído pela ameaça de castração, dá a idéia do que seria a realização “ideal” em cuja direção se inclina a lógica inconsciente, se não fossem a neurose e o sintoma.

De qualquer forma, o “ideal” em questão não promete nada melhor do que a tirania do supereu, principalmente em tempos de declínios das ideologias e da falência do Édipo, como normatizador das relações sociais no mundo contemporâneo.

Pela sua estreita ligação com a pulsão de morte, o supereu vai assumir o lugar de representante da lei em sua face insensata, de puro imperativo, de simples tirania. Essa face severa do supereu se manifesta na clínica através de mandamentos insensatos, compulsões, obediências masoquistas, sonhos de punição, crime como consequência de um sentimento de culpa, covardia moral, sacrifícios e culpas infundadas.

A existência de uma instância crítica, herdeira do complexo de Édipo, que submete o eu a um imperativo categórico e constitui o maior obstáculo ao andamento de uma análise, forneceu a Freud uma nova concepção do aparelho psíquico e lançou luz a alguns impasses apresentados na clínica.

No seu texto “O mal-estar na civilização”, Freud (1930) vai mostrar que a coerção é necessária à civilização, onde a moral, sob a ordem do supereu, atua na contenção da agressividade mútua que caracteriza o relacionamento entre os homens. A agressividade é internalizada sob a forma do supereu e a tensão entre eu e supereu manifesta-se como sentimento de culpa, constituindo o mal-estar que caracteriza a cultura. Para ele, este é o preço que pagamos pelo avanço da civilização: a perda da felicidade pela intensificação do sentimento de culpa. (FREUD, 1930, p. 158).

Freud vai mostrar como a culpa se inscreve na economia libidinal e nos sintomas neuróticos, constituindo uma importante via pela qual analisa os atos criminosos e delinquentes.

Nesse momento vamos nos deter, então, no conceito de supereu, culpa e necessidade de punição.

2 - O supereu: O mal-estar na civilização

Freud lança mão do mito do pai primevo da horda primitiva para explicar o surgimento da lei, da cultura e da culpa, que está na origem do supereu.

A comida totêmica foi a reprodução de um ato criminoso e memorável, que constituiu o ponto de partida das organizações sociais, das restrições morais e da religião.

O Mito apresentado por Freud em “Totem e Tabu” (1913) nos conta a história do pai de uma horda primitiva, que é assassinado pelos filhos e comido em um banquete totêmico.

A princípio um pai violento e ciumento, dono de todas as fêmeas, expulsa os filhos assim que nascem para evitar competidores. Os filhos expulsos um dia se reúnem e matam o pai, comem seu cadáver e acabam assim com a horda paterna. Comer este pai tirânico e poderoso, que era um modelo invejado e temido, era um meio de identificar-se com ele e apropriar-se de sua força.

A comida totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a reprodução comemorativa deste ato criminoso e memorável que constitui o ponto de partida das organizações sociais, das restrições éticas e da religião. [...] Odiavam esse pai que tão grande obstáculo significava para a sua necessidade de poder e suas exigências sexuais, porém também o amavam e o admiravam. Depois de tê-lo eliminado e de ter satisfeito seu ódio e seu desejo de identificação com ele, forçosamente se abriram passo às moções ternas, antes dominadas. Isto se deu sob a forma de arrependimento, assim nasceu uma consciência de culpa. [...] o pai morto adquiriu um poder muito maior do que aquele que possuía em vida. (FREUD, 1913, p. 171)

A emergência do sentimento de culpa e do remorso impede que os filhos usufruam de todas as mulheres, instaurando a lei. Esta é uma lei, segundo a qual, nenhum deles terá acesso a gozar plenamente das mulheres e todos terão um acesso parcial ao gozo. O ato parricida dos filhos dá lugar à interdição, à castração e, posteriormente, ao supereu. Esta é a lei primordial, lei do desejo, que regula a satisfação e que cada um vai enfrentá-la de modo singular. É isto que funda a cultura e, para acessá-la, o sujeito passa por várias vicissitudes, que inclui o mito edípiano na sua estruturação psíquica, onde o papel do pai é essencial.

O lugar paterno está fadado a ser um pólo de amor e de ódio, sendo o sentimento de culpa a expressão desse conflito de ambivalência, da luta entre Eros e pulsão de morte. Conflito que é posto em ação tão logo os homens tenham a difícil tarefa de viverem juntos. O objetivo civilizatório de reunir os seres humanos em grupos só pode ser alcançado através do fortalecimento do sentimento de culpa. (FREUD, 1930, p. 156)

Visto que a civilização obedece a um impulso erótico interno que leva os seres humanos a se unirem num grupo estritamente ligado, ela só pode alcançar seu objetivo através de um crescente fortalecimento do sentimento de culpa. O que começou em relação ao pai é completado em relação ao grupo. (FREUD, 1930, p. 157)

No texto de 1930, “O mal-estar na civilização”, Freud vai expressar o que ocorre no ‘processo’ civilizatório e que se configura como mal-estar, porque se inscreve na lógica do inconsciente e da pulsão, e retorna como sentimento de culpa, sob o efeito do recalque. Neste texto, Freud vai demonstrar como os fenômenos da vida podem ser explicados pela ação concorrente, ou mutuamente oposta, da pulsão de vida e da pulsão de morte. Enquanto a pulsão de vida tem o propósito de unir libidinalmente os homens, a pulsão de morte opera silenciosamente dentro do organismo, no sentido de sua destruição e vem à luz como agressividade, competição, violência. (FREUD, 1930, p. 141)

Há uma tendência do homem à maldade, à agressão, à destruição e à crueldade e em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. (FREUD, 1930, p.134)

Freud se pergunta, então, quais os meios que a civilização utiliza para tornar essa agressividade originária no ser humano inócua. Conclui que, para tornar inofensivo o desejo de agressão, a agressividade é introjetada, dirigida ao próprio eu e aí assumida pelo supereu. Sendo o supereu herdeiro da autoridade, que antes estava fora e à qual o sujeito se submete por conta de sua situação de desamparo, este se torna um essencial aliado da cultura. Da

tensão entre a severidade do supereu e a subordinação do eu resulta o sentimento de culpa, que se expressa como uma necessidade de punição.

A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada. (FREUD, 1930, p. 147)

Ao investigar sobre a origem do sentimento de culpa e a necessidade de punição, Freud mostra que uma pessoa sente-se culpada quando fez algo considerado “mau” ou teve a intenção de fazê-lo. A intenção é considerada como equivalente ao ato.

Mas, o que é considerado “mau” não é necessariamente aquilo que é prejudicial ao eu, pode ser ao contrário, algo prazeroso e desejado por ele. Então, como se chega ao julgamento sobre o que é “bom” ou “mau”?

Segundo Freud, existe uma indiferenciação originária no ser humano para julgar o que é bom e o que é mau. De início, mau é tudo aquilo pelo qual a pessoa é ameaçada com a perda de amor. Atribui a origem da moralidade ao desamparo original, que marca a constituição do sujeito, e a sua dependência do outro para que suas necessidades básicas sejam satisfeitas. Perder o amor da pessoa de quem se é dependente, a deixa exposta a perigos, principalmente o de ser punida.

De início, portanto, mau é tudo aquilo que, com a perda do amor, nos faz sentir ameaçados. Por medo dessa perda, deve-se evitá-lo. Esta também é a razão por que faz tão pouca diferença que já se tenha feito a coisa má ou apenas se pretenda fazê-la. Em qualquer um dos casos, o perigo só se instaura, se e quando a autoridade descobri-lo, e, em ambos, a autoridade se comporta da mesma maneira. (FREUD, 1930, p. 147)

É quando a autoridade é internalizada através do supereu, que os fenômenos da consciência, segundo Freud, atingem um estágio mais elevado. O supereu substitui a severidade da autoridade externa. Como nada pode ser escondido do supereu, nem mesmo os pensamentos, as más intenções são igualadas às más ações e daí surge o sentimento de culpa e a necessidade de punição. (Freud, 1930, p. 152)

O sentimento de culpa tem, assim, duas origens: uma que surge do medo de uma autoridade externa, que exige renúncia às satisfações pulsionais e, outra, posterior, que surge do medo do supereu, essa autoridade interna, que exige não só a renúncia pulsional, mas, também, punição.

Freud (1930, p. 159) identifica o sentimento de culpa como uma variante da angústia, coincidindo com o medo do supereu. A angústia está presente por trás de todo sintoma e tal como o sentimento de culpa, muitas vezes, permanece inconsciente.

A formação de uma consciência, sob a forma do supereu, faz com que a renúncia pulsional não baste para se ter o efeito liberador, recompensada com a certeza do amor, pois o desejo que persiste, não pode ser escondido do supereu, e retorna como um sentimento de culpa.

Assim, a despeito da renúncia efetuada, ocorre um sentimento de culpa. Isso representa uma grande desvantagem econômica na construção de um supereu ou, como podemos dizer, na formação de uma consciência. Aqui, a renúncia instintiva não possui mais um efeito completamente liberador; a continência virtuosa não é mais recompensada com a certeza do amor. Uma ameaça de infelicidade externa - perda de amor e castigo por parte da autoridade externa - foi permutada por uma permanente infelicidade interna, pela tensão do sentimento de culpa. (FREUD, 1930, p. 151)

Ao rever a diferença entre sentimento de culpa e remorso, Freud afirma que, inicialmente, o sentimento de culpa coincidia com o remorso. Posteriormente, devido à onisciência do supereu, o sentimento de culpa podia ser produzido não só por um ato de violência executado, mas, também, por um ato pretendido. O sentimento de culpa é anterior ao ato e está ligado à pulsão de morte. Considerando a hipótese, já formulada desde a apresentação da segunda tópica, de que Eros e a pulsão de morte dificilmente aparecem isolados um do outro, Freud conclui que, quando uma pulsão é recalçada, seus elementos libidinais são transformados em sintomas e, seus componentes agressivos, em sentimento de culpa. A agressividade é transformada em sentimento de culpa, por ter sido recalçada e transmitida para o supereu. (FREUD, 1930, p. 163)

Toda neurose possui um sentimento de culpa subjacente, vinculada ao complexo de Édipo, que fortifica os sintomas e os utiliza como punição, de modo que, considerar a maneira pela qual o sentimento de culpa se manifesta na clínica, é de extrema importância. Os casos em que esse sentimento de culpa é consciente, segundo Freud (1923, p. 67), não apresentam dificuldade. Contudo, o sentimento de culpa pode permanecer inconsciente e aparecer como uma espécie de mal-estar, uma insatisfação, para a qual as pessoas buscam outras motivações. (FREUD, 1930, p. 160)

Em resumo: o supereu, como o herdeiro do complexo de Édipo e da lei do pai é uma instância psíquica relativa à consciência moral, à culpa e às interdições e, como representante do isso, de suas paixões, é uma instância cruel, feroz, sem noção da realidade,

que submete o eu a uma lei insensata, “sob a forma de um imperativo categórico”. (FREUD, 1923, p. 49)

Como vimos, na formação do supereu estão presentes as identificações mais arcaicas e primitivas, que formam o próprio núcleo do eu e é a condição de possibilidade fundamental para a operação de uma repetição nos caminhos da dor, que encontra no masoquismo primário, sua expressão.

O sujeito pode responder ao supereu de várias maneiras: Ele pode obedecer às suas ordens e cada renúncia pulsional aumentar sua severidade e intolerância, nesse caso, a culpa não tem fim; ou desafiá-las, passando ao ato e às transgressões, caso em que o castigo também está assegurado.

3 - O sentimento de culpa e a necessidade de punição

A culpa foi um dos primeiros antecedentes do supereu na obra freudiana. Segundo Gerez-Ambertin (2009), na complexa constelação do supereu podem-se detectar três diferentes registros da culpa: culpa consciente ou sentimento de culpa; culpa inconsciente e culpa muda.

A culpa consciente ou sentimento de culpa surge como percepção no eu de uma crítica que provém do supereu. A culpa inconsciente remete à posição do sujeito na estrutura da falta, onde a culpa se enoda à angústia de castração e de morte e foi delimitada por Freud como universal. Por fim, a culpa muda, que consiste em uma busca compulsiva e silenciosa da satisfação do castigo de padecer. A culpa muda não tem expressão no eu, e nem na angústia da consciência moral, que tenta escapar à submissão pela via das formações do inconsciente. (GEREZ-AMBERTÍN, 2009, p. 115)

Na parte V, do texto “O Ego e o Id”, Freud (1923, p. 71) examina os fenômenos clínicos em que a culpa atinge uma força extraordinária, pois são casos em que o ego se submete ao imperativo categórico do seu supereu, o seu ditatorial “farás”.

O superego surge, como sabemos, de uma identificação com o pai tomado como modelo. Toda identificação desse tipo tem a natureza de uma dessexualização ou mesmo de uma sublimação. Parece então que, quando uma transformação desse tipo se efetua, ocorre ao mesmo tempo uma des fusão instintual. Após a sublimação, o componente erótico não mais tem o poder de unir a totalidade da agressividade que com ele se achava combinada, e esta é liberada sob a forma de uma inclinação à agressão e à destruição. Essa des fusão seria a fonte do caráter geral de severidade e crueldade apresentado pelo ideal - o seu ditatorial “farás”. (FREUD, 1923, p. 71)

Quanto mais o homem controla a sua agressividade para o exterior, mais severo é o seu supereu. Explica esse fato a partir do enlaçamento da pulsão de morte com o supereu.

Nos casos de melancolia, um supereu forte dirige sua ira contra o eu, empobrecido e frágil, com uma violência impetuosa, como pura manifestação da pulsão de morte. O supereu “insulta, humilha e maltrata o pobre ego, ameaça-o com os mais duros castigos, recrimina-o por atos do passado mais remoto, que haviam sido considerados, à época, insignificantes.” (FREUD, 1933, p. 79) Muitas vezes, segundo Freud (1923, p. 71), o supereu, influenciado por uma cultura pura da pulsão de morte, obtém êxito em impulsionar o eu à morte, pois na melancolia, vemos, em primeiro plano, um conflito entre duas partes do eu, uma das quais trata a outra como objeto.

A melancolia é uma reação à perda de um objeto amado, onde a libido livre não foi deslocada para outro objeto, foi retirada para o eu, que estabelece uma identificação com o objeto abandonado. O objeto, a que a ira do supereu se aplica, foi incluído no eu mediante identificação. O eu admite sua culpa, que nesse caso é consciente, e submete-se ao castigo.

[...] Assim, a sombra do objeto caiu sobre o ego, e este pode, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como se fosse um objeto, o objeto abandonado. Dessa forma, uma perda objetal se transformou numa perda do ego, e o conflito entre o ego e a pessoa amada, numa separação entre a atividade crítica do ego e o ego enquanto alterado pela identificação. (FREUD, 1917, p. 281-282)

Na neurose obsessiva, culpa consciente e inconsciente são notórias e super-ruidosas, mas não podem se justificar para o eu. Por este motivo, embora o eu do obsessivo se acuse, ele também se rebela contra a imputação de culpa, o que a potencializa e não o livra da condenação iminente. As censuras da consciência são aflitivas e atormentadoras. Mandatos incompreensíveis, que levam a compulsão e o dever de cumprimento. Mas, diferentemente da melancolia, a situação é menos manifesta, pois na neurose obsessiva o objeto é retido.

Na neurose obsessiva, mediante uma regressão à organização pré-genital, os impulsos amorosos foram transformados em impulsos de agressividade contra o objeto, mas aqui, a defusão de amor em agressividade não foi efetuada por ação do eu, mas foi o resultado de uma regressão que ocorreu no isso. O supereu, contudo, se comporta como se o eu fosse o responsável por eles. O eu se defende tanto das instigações do isso assassino, quanto das censuras da consciência punitiva. O resultado é um auto-suplicio interminável.

Nos casos de “reação terapêutica negativa”, que tão frequentemente aparece na clínica, a culpa se expressa como uma resistência à cura. Segundo Gerez-Ambertín (2009), a satisfação na doença, e no castigo de padecer, encontra suas fontes na culpa muda, na qual o

paciente “[...] não se sente culpado, mas sim doente.” (FREUD, 1923, p. 66) Nesses casos a culpa, que encontra satisfação na doença, se recusa a abandonar a punição do sofrimento.

Mas, Freud já havia salientado em “Alguns tipos de caráter encontrados no decorrer do trabalho analítico” (1916), artigo anterior às suas formalizações finais da sua teoria pulsional, como na causalidade da culpa se revelava o nó edipiano de incesto e parricídio.

Os tipos de caráter se diferenciam dos tipos clínicos pelo seu aspecto imutável, de cicatriz no eu e tem suas raízes superegóicas na identificação primária por incorporação.

Na 32ª Conferência, Freud (1933 [1932], p. 114) afirma:

[...] aquilo que se conhece como ‘caráter’, coisa difícil de definir, deve ser atribuído inteiramente ao ego. Um pouco disso que cria o caráter já compreendemos. Primeiramente e acima de tudo, existe a incorporação, sob a forma de superego, da anterior instância parental, que é, indubitavelmente, a sua parte mais importante e decisiva; e, ademais, identificações com ambos os pais do período subsequente e com outras figuras de influência, e as identificações semelhantes formadas como remanescente de relações objetais e a que se renunciou. E podemos agora acrescentar como contribuições à construção do caráter, que nunca estão ausentes, as formações reativas que o ego adquire - no início, executando suas repressões e, depois, por um método mais normal, quando rejeita impulsos instituais indesejáveis. (FREUD, 1933 [1932], p. 114)

Nesse texto de 1916, “Alguns tipos de caráter encontrados no decorrer do trabalho analítico”, Freud liga o superego e o ‘traço de caráter’. Nos tipos apresentados aparece o desafio ao destino, em interseção com a figura do pai, sob a forma do desafio, culpa e crime.

No primeiro tipo de caráter “As exceções”, Freud faz referência aos tipos de pacientes que, durante o tratamento, se negam a fazer qualquer renúncia pulsional, pois acham que já renunciaram bastante e têm o direito de serem poupados de quaisquer outras exigências da vida. São pessoas que acreditam que tudo lhe deve ser permitido, como uma forma de reparar o sofrimento que julgam ter sofrido. Elas não se sentem culpadas. A culpa é do parceiro imaginário, autor da privação imperdoável.

Segundo Freud esse sentimento é universal, todos gostariam de ser uma “exceção” e reivindicar privilégios em relação aos outros, por isso ele se pergunta por que alguns não renunciam em se tomarem como exceção, se rebelam contra o desígnio da castração:

[...] deve haver uma razão específica, e não universalmente presente, para que alguém realmente se proclame uma exceção e se comporte como tal. Essa razão pode ser de mais de uma natureza; nos casos que investiguei, consegui descobrir uma peculiaridade comum às experiências mais antigas das vidas desses pacientes. Suas neuroses se ligavam a alguma experiência ou sofrimento a que estiveram sujeitos em sua primeira infância, e em relação aos quais eles próprios sabiam não

ter culpa, podendo encará-los como sendo uma desvantagem injusta a eles imposta. (FREUD, 1916, p. 353)

Assim, essas pessoas se consideram “exceções” por terem passado por algum sofrimento real na infância, como uma perda de amor.

Como Freud já havia salientado, a origem da moralidade está no desamparo original, que marca a constituição do sujeito. A criança depende do outro semelhante para que suas necessidades básicas sejam satisfeitas. Por amor aos que lhe são próximos, e por medo de perder o seu amor, o ser humano é levado a respeitar as regras impostas, para poupar dos castigos, que sobrevêm a infração das mesmas.

Freud exemplifica com o personagem Ricardo III, de Shakespeare, que nasceu desprovido de beleza. Como não podia desempenhar o papel do amante, por causa da sua “deformidade”, decidiu ser o vilão sentindo-se no direito, até mesmo, de conspirar e assassinar. (Ibid., p. 355). Segundo Freud, esse drama faz com que nos identifiquemos com o direito à reparação do personagem, por isso nos simpatizamos com ele e admiramos sua ousadia e desembaraço.

No segundo tipo de caráter “Os arruinados pelo êxito”, Freud analisa os casos das pessoas que, surpreendentemente, desenvolviam uma neurose após a realização de um desejo. É como se não suportassem a felicidade decorrente da realização daquilo que foi muito desejado.

Freud esclarece que a neurose é decorrente de um conflito entre os desejos libidinais e o eu. Nas pessoas que adoeceram após a realização de um desejo, inicialmente, não havia nenhum conflito, pois o eu podia tolerar o desejo, na medida em que ele só existia na fantasia e cuja realização parecia distante. Contudo, ao se tornar realidade, surge uma tendência julgadora e punitiva que proíbe o sujeito de obter vantagem com o desejo realizado.

Tomando como exemplo outras duas obras literárias: “Macbeth”, de Shakespeare e “Rosmersholm”, de Ibsen, Freud procura esclarecer a essência e a origem dessas forças julgadoras e punitivas.

Lady Macbeth não hesitou em instigar o marido a matar o rei para herdar-lhe o trono. Sem qualquer sinal de conflito convenceu o ambicioso, mas compassivo marido, à ação. Após o crime, ela é abatida pelo remorso e sente-se impedida de usufruir a condição de rainha que tanto desejou.

Ela ouve a pancada na porta, que apavorou o marido depois do feito. Mas ao mesmo tempo luta por ‘desfazer a ação que não pode ser desfeita’. Lava as mãos, manchadas de sangue e que cheiram a sangue, e fica cônica da futilidade da tentativa. Ela que parecia tão sem remorsos, parece ter sido abatida pelo remorso. (FREUD, 1916, p. 361)

Na peça de Ibsen, Rebecca, filha de uma parteira, foi educada por um pai adotivo, Dr. West, para ser livre e desprezar as restrições que uma moral fundamentada na crença religiosa procura impor aos desejos da vida. Após a morte do Dr. West, seu pai adotivo, consegue um emprego em Rosmersholm, o lar de uma tradicional e rígida família: Johannes Rosmer, ex-pastor e sua inválida e infecunda esposa, Beata. Dominada por uma paixão por Rosmer, Rebecca não hesita em induzir a esposa do seu amado a matar-se. A trama foi coroada de êxito, mas, quando Rosmer a pede em casamento, Rebecca recusa. Ela é tomada por um sentimento de culpa, que a impede de tomar o lugar de Beata, aquilo que sempre desejou.

Freud esclarece que o sentimento de culpa de Rebecca tem sua fonte na exprobração do incesto. Embora Rebecca suspeitasse da existência de uma relação íntima entre sua mãe e o Dr. West, ela não sabia que o pai adotivo e seu amante, era seu verdadeiro pai.

Depois de saber que fora amante de seu próprio pai, ela se entrega inteiramente a seu já então super dominador sentimento de culpa. Faz a Rosmer e a Krol a confissão que a estigmatiza como assassina; rejeita para sempre a felicidade para a qual preparou caminho pelo crime, e se prepara para partir. Mas, o verdadeiro motivo do seu sentimento de culpa, que faz com que ela seja destroçada pelo êxito, permanece em segredo. (FREUD, 1916, p. 371)

Contudo, antes do conhecimento do seu incesto, já havia despertado em Rebecca o sentimento de culpa. Freud afirma que tudo que acontece em Rosmersholm, sua paixão por Rosmer e sua hostilidade pela esposa dele, foi, desde o começo, uma conseqüência do complexo de Édipo - uma réplica de suas relações com sua mãe e o Dr. West.

Freud conclui que aqueles que caem doentes em conseqüência do êxito, não conseguem usufruir de suas conquistas devido ao sentimento de culpa, que resulta da satisfação de um desejo incestuoso.

O trabalho psicanalítico nos ensina que as forças da consciência que induzem à doença, em conseqüência do êxito, em vez de, como normalmente, em conseqüência da frustração, se acham intimamente relacionadas com o complexo de Édipo, a relação com o pai e a mãe - como talvez, na realidade, se ache o nosso sentimento de culpa em geral. (FREUD, 1916, p. 374)

O terceiro tipo, “Criminosos em conseqüência de um sentimento de culpa”, Freud vai mostrar como alguns atos, tais como furtos, fraudes, incêndios voluntários, são praticados justamente por serem proibidos e por sua execução acarretar um alívio para o autor. Segundo Freud, essas pessoas sentiam uma culpa cuja origem era desconhecida. O ‘obscuro sentimento

de culpa' se exteriorizava na angústia, que se atenuava após o ato praticado. Nesses casos o sentimento de culpa estava presente antes do ato, e a infração foi conseqüência dele. São os criminosos em conseqüência de um sentimento inconsciente de culpa. Culpa que, após o ato, passa a estar ligada a algo, e permite que a verdadeira razão passe despercebida.

Freud, então, se pergunta qual seria a origem desse sentimento de culpa antes da ação, e conclui que esse sentimento provém do complexo de Édipo, e constituía uma reação às duas grandes intenções criminosas de matar o pai e ter relações sexuais com a mãe: parricídio e incesto. Comparado a eles, o ato cometido com o propósito de fixar o sentimento de culpa inconsciente é sentido como alívio.

É importante observar, tal como salienta Freud, que algumas crianças “travessas” após serem punidas ficam quietas e contentes, apontando aqui, para a importância da punição como alívio da culpa edipiana, questão que retornaremos quando abordarmos, com Lacan, a responsabilidade pelo ato infracional praticado.

Freud (1930, p. 154) salienta, ainda, que a severidade do superego que uma criança desenvolve não corresponde à severidade que recebeu em sua educação. Para a psicanálise a culpa é de estrutura e conseqüência da primitiva ambivalência afetiva frente ao pai. Sem importar se é um pai severo ou não na educação. Em nota de rodapé, no seu texto “O mal estar na civilização”, Freud (1930) esclarece que os dois principais métodos patogênicos de educação, super-rigidez e mimo, foram avaliados por Franz Alexander em seu livro *The Psychoanalysis of the Total Personality* (1927), em vinculação com o estudo da delinqüência efetuado por Aichhorn (*Wayward Youth*, 1925) e conclui:

É o ‘pai indevidamente fraco e indulgente’ que constitui a causa de as crianças formarem um superego excessivamente severo, porque, sob a impressão do amor que recebem, não possuem outro escoadouro para sua agressividade que não seja voltá-la para dentro. Nas crianças delinqüentes, criadas sem amor, a tensão entre ego e superego está ausente, e a totalidade da sua agressividade pode ser dirigida para fora. À parte um fator constitucional que se pode supor presente, é possível dizer, portanto, que uma consciência severa surge da operação conjunta de dois fatores: a frustração do instinto, que desencadeia a agressividade, e a experiência de ser amado, que volta a agressividade para dentro e a transfere para o superego. (FREUD, 1930, p. 154 - nota)

Como vimos, para Freud, é na articulação da proibição veiculada pelo pai no complexo de Édipo, que o sujeito pode ter acesso ao que é da ordem da lei. Na saída do Édipo, após o recalque do desejo edipiano pela ameaça de castração, o sujeito sai provido de um ideal do eu. Esse ideal do eu desempenha uma função tipificadora do desejo, por estar

ligado à assunção de um tipo sexual pelo sujeito e por possibilitar o estabelecimento de toda uma modalidade de relação entre os sexos.

O supereu “retém o caráter do pai” (FREUD, 1923, p. 49) e representa as idéias éticas e culturais que servem de referência para o eu. No curso de desenvolvimento da criança o papel do pai passa a ser exercido por outras pessoas que representam a autoridade, como os professores. Freud salienta, assim, a importância da família e da escola na socialização do sujeito.

Contudo, não estamos mais em uma época, como a de Freud, quando os ideais e as ideologias estavam no zênite do social (MILLER, 2004, p. 18). Os laços de família modernos, tais como Freud os reconhecia no complexo de Édipo, eram laços hierárquicos da célula familiar, em que o pai de família representava a moral, a lei e a tradição.

Como analisa Coelho dos Santos (2001), a palavra de ordem “é proibido proibir” atingiu diretamente a legitimidade da autoridade paterna, colocando pai, mãe e filhos em uma nova relação que é uma relação igualitária. Como consequência, tanto a diferença geracional quanto a diferença sexual é colocada em questão. Os ideais identificatórios já não são os mesmos.

Assim, diante do declínio da função paterna e da fragilidade dos laços familiares que assistimos na cena contemporânea, o sujeito tem mais dificuldade de subjetivar a lei, inscrever a castração e, conseqüentemente, se embaraça ao ter que assumir uma posição sexuada.

O que vemos emergir, a partir dessa falência do Édipo como normatizador das relações sociais é o ato, isto é, o que deveria ser simbolizado pelo complexo de Édipo aparece realizado em ato. O ato infracional praticado pelo adolescente, tipificado como crime, empurra para uma satisfação direta, uma satisfação que não entrou nos circuitos do desejo, da simbolização da castração como falta. É no real, através do ato, que encontra a lei que faria barrar o gozo.

Para esclarecermos esses pontos, retomaremos as articulações teóricas elaboradas por Lacan sobre a sexuação masculina: O complexo de Édipo, o complexo de castração e a formação do supereu.

CAPITULO III: LACAN E A LÓGICA DA SEXUAÇÃO MASCULINA

Ou seja, não há união do homem e da mulher sem que a castração a) determine, a título de fantasia, a realidade do parceiro em quem ela é impossível, b) e sem que ela, a castração, entre em jogo nessa espécie de receptação que a instaura como verdade no parceiro a quem ela é realmente poupada, salvo por um excesso accidental. Num, a impossibilidade da efetuação da castração vem colocar-se como determinante de sua realidade, enquanto, no outro, o pior com que a castração o ameaça como possível não precisa acontecer para ser verdadeiro, no sentido em que esse termo não comporta apelação. (LACAN, 1968-69, p. 120)

O campo da psicanálise é marcado pela castração. Nesse campo não há harmonia. Não há relação entre o homem e a mulher sem ser marcado pela castração.

A sexualidade no ser humano não é a realização de uma relação direta entre homens e mulheres. É, ao contrário, a impossibilidade de escrever tal relação, que caracteriza a sexualidade do ser falante. “Não há relação sexual”, formula Lacan (1972-73, p. 49) no final de seu ensino.

A castração marca fantasmaticamente o lugar da mulher e, para o homem, a pior ameaça da castração é que ela não precisa ocorrer para ser verdadeira. Lacan (1968-69, p. 12) marca, assim, que a castração é um dado de estrutura, estando relacionado à impossibilidade da linguagem tudo representar.

Como vimos, a descoberta do inconsciente por Freud revelou a importância central da função do pai, suporte das identificações constitutivas do sujeito e do laço social.

Freud (1913) atribui o mecanismo psíquico do recalque à função do pai. O pai como agente da castração, limita a satisfação e opera a inclusão da Lei no desejo. A identificação ao pai mantém o sujeito na via do desejo afastando-o da atração pelo objeto incestuoso.

Se, para Freud a lei repousa na interdição do incesto, Lacan vai além da proibição e situa a lei no nível das estruturas que determinam o sujeito. A condição humana do não-tudo revela o impossível da completude narcísica, garantindo, assim, que a castração é estrutural, não é proibição, é impossibilidade. Somos todos marcados por essa falta estruturante, que é o que promove o movimento do desejo, e o que se transmite de pai para filho é a castração.

A função paterna como agente da castração, produz como efeito o significante fálico, operador estrutural do sujeito, que circunscreve o gozo da pulsão no campo do desejo.

A significação fálica aparece como o que vai apontar para a criança a lei do pai, na medida em que sua instauração, no fim do processo de metaforização do desejo da mãe pelo

Nome-do-pai, equivale precisamente à proibição do gozo primordial da mãe. (LACAN, 1960, p. 807-842)

O significante do falo introduz, assim, uma divisão do gozo: por um lado, proíbe o gozo primordial da mãe e, por outro, no que diz respeito ao gozo do órgão, torna possível, pela via do desejo. O gozo interdito pelo significante é o gozo infinito. (LACAN, 1960, p. 807-842)

A castração significa que é preciso que o gozo seja recusado, para que possa ser atingido na escala invertida da Lei do desejo. (LACAN, 1960, p.841).

A acomodação do sujeito com o gozo fálico advém de uma relação possível entre o desejo da mãe e o lugar ocupado pelo Nome-do-Pai. É nesse sentido, que se concebe a metaforização pelo pai, do desejo da mãe, como fator determinante do destino da sexualidade.

Assim, seja como interditor do desejo do filho pela mãe, e introdutor de uma lei, propiciando a sustentação de um desejo próprio do sujeito, seja como suporte das identificações resultantes das transformações dos investimentos amorosos, ou mesmo como garantia de nomeação e referência de uma orientação sexual, o pai tem um papel de agente central nestas formulações, sendo um elemento organizador da subjetividade.

Vamos, então, percorrer as principais proposições lacanianas sobre a sexualidade na releitura que faz dos textos freudianos.

1. A Lógica Fálica: sujeito do significante, objeto *a* e fantasia

Aquilo de que se trata no complexo de castração nunca é articulado e se faz quase completamente misterioso. Sabemos, no entanto, que é dele que dependem estes dois fatos: que de um lado, o menino se transforme em homem, e de outro, a menina se transforme em mulher. (LACAN, 1956-57, p. 192)

O primeiro ensino de Lacan é marcado pela primazia do significante. A linguagem é a condição do inconsciente.

É o significante que dá a emergência do sujeito. O sujeito emerge no campo do Outro demarcado pelo significante da falta. É no que o desejo da mãe, esse primeiro Outro está além ou aquém no que ela diz, é no que o seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito.

Na nossa cultura, o falo desempenha o papel de significante do desejo. Na medida em que o desejo está sempre relacionado à falta, o falo é o significante da falta.

Enquanto a castração se refere a uma perda primordial, que coloca a estrutura em movimento, o falo é o significante dessa perda, que o sujeito sofre, devido ao esfacelamento acarretado pelo significante. Não existe sujeito no início, e o significante nomeia o espaço ainda vazio, no qual o sujeito virá a ser. (LACAN, 1959, p. 715)

[...] o falo tem a função de significante da falta-a-ser que determina no sujeito sua relação com o significante. (LACAN, 1959, p. 717)

Segundo Lacan (1956-57), o falo tem, assim, uma função constitutiva na estruturação do sujeito, e em sua posição sexuada. Ele se estabelece como o significante fundamental pelo qual o desejo do sujeito tem que se fazer reconhecer. Em outras palavras, o desejo tem essa referência fálica, e é de sua articulação significante, que se trata na assunção de uma posição sexual.

Como vimos, apesar da referência à norma fálica ser comum a ambos os sexos, há uma dissimetria na relação que eles estabelecem com o complexo de Édipo e com a castração (LACAN, 1956-57, p. 179). A primazia da lógica fálica implica a divisão entre os que possuem o falo, os meninos, e os que não possuem e, por isso, são castrados, as meninas.

Com a promoção do falo na relação entre os sexos, Lacan reestrutura a lógica freudiana elaborada em “Algumas conseqüências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”. Segundo Lacan (1958, p. 693), os fatos clínicos demonstram uma relação do sujeito com o falo, que se estabelece desconsiderando a diferença anatômica entre os sexos. A constatação da diferença sexual se estabelece como norma fálica, e não como diferença genital. Para ambos os sexos, a mãe é considerada como provida do falo, como mãe fálica. É através da descoberta da castração materna que, tanto no homem quanto na mulher, “introduz-se esse algo específico que funciona como complexo de castração.” (LACAN, 1957-58, p. 361)

Quando falamos do complexo de Édipo, no início do último trimestre, acentuei o fato de que a primeira pessoa a ser castrada na dialética subjetiva é a mãe. É aí que se encontra, desde o começo, a posição de castração. Se os destinos são diferentes no menino e na menina, é porque a castração é inicialmente encontrada no Outro.

A menina junta a essa percepção com aquilo em que a mãe a frustrou. O que é percebido na mãe como castração o é também, portanto, como castração para ela, e se apresenta inicialmente sob a forma de uma recriminação à mãe. Esse rancor vem então somar-se aos que possam ter nascido das frustrações anteriores. É desse modo que se apresenta inicialmente na menina, como insiste Freud, o complexo de castração.

[...]

Não pensem que a situação é melhor para o homem. É até mais cômica. O falo, o infeliz o tem, e é justamente saber que sua mãe não o tem que o traumatiza - pois, sendo assim, já que ela é muito mais forte, onde é que vamos parar? (LACAN, 1957-58, p. 363).

Lacan nos introduz, assim, no complexo de Édipo. Retoma o mito edípico para dar forma ao que se opera na estrutura. É em torno da relação entre o falo e o desejo, que a situação edipiana se constitui. O desejo é definido como desejo do desejo do Outro. A operação de seu reconhecimento se dá através da constatação de que algo falta ao Outro. Ao constatar essa falta no Outro e, portanto, reconhecer sua castração, o sujeito reconhece o falo como objeto do desejo do Outro.

No primeiro tempo lógico do Édipo, comum aos dois sexos, a criança se identifica, especularmente, com aquilo que é o objeto de desejo da mãe. Deseja ser tudo para ela, deseja ser o complemento de sua falta: o falo. A criança se coloca na posição de desejo do desejo da mãe. Como assinala Lacan (1957-58, p. 195) “trata-se de um *assujeito*”.

Trata-se de um assujeito porque, a princípio, ela se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado. (LACAN, 1957-58, p. 195)

A criança recebe a incidência da lei simbólica pela lei imposta pela mãe. Mas essa lei da mãe é onipotente, pois só ela é capaz de suprir as necessidades da criança, o que dependerá de sua boa ou má vontade, submetendo o sujeito ao seu arbítrio. (Ibidem) A criança acha-se assujeitada a uma lei de caprichos. Lacan qualifica esse capricho materno, como um “capricho articulado”, porque, a mãe, como ser falante, está submetida à lei simbólica. Nesse primeiro momento, a instância paterna se introduz de uma maneira velada no discurso da mãe.

O segundo tempo lógico do Édipo é o encontro com a lei do pai. O pai intervém como privador da mãe. O pai se afirma como aquele que é o suporte da lei e, isso não é mais feito de uma maneira velada, mas de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei.

A instância paterna surge, aí, como “metáfora paterna”. A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui um outro significante, o significante materno, e desempenha a função de simbolizar o que está em jogo nesse momento lógico da constituição do sujeito.

No Escrito “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-58), Lacan formaliza o que está em jogo no complexo edipiano:

$$\frac{\text{Nome - do - Pai}}{\text{Desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da mãe}}{x} \rightarrow \text{Nome - do - Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo } (\Phi)} \right)$$

O Nome-do-Pai (NP), ao ser inscrito, barra o Desejo da mãe (DM), dando a esse (x) desconhecido uma significação. O Nome-do-pai inscreve o falo no Outro.

O Desejo da mãe traduz uma vontade sem lei. É puro capricho. Trata-se do primeiro tempo do Édipo, quando o sujeito fica à mercê dos caprichos do Outro materno, que, como vimos, responde segundo suas vontades. Este (x) é a significação desconhecida para o sujeito.

No segundo tempo, o NP vem barrar esse Outro onipotente, inaugurando a entrada da criança na ordem simbólica. Lacan evidencia que, o essencial nesse processo, é a relação da mãe com a palavra do pai. O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho. Trata-se do pai como NP, estreitamente ligado à enunciação da lei, e é nisso que ele é ou não aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo. (LACAN, 1957-58, p. 197)

É na medida em que o objeto de desejo da mãe é tocado pela interdição paterna, que o círculo não se fecha, completamente, em torno da criança e ela não se torna objeto do desejo da mãe. (Ibid., p. 210)

Ao interditar o desejo da mãe de fazer do filho o equivalente do falo que lhe falta, o pai instaura a lei, que a proíbe de reintegrar o seu produto. Por outro lado, o pai, também, impede que o filho fique identificado imaginariamente ao falo.

Quando o NP se inscreve, produz um limite a essa vontade sem lei, e disso resultará, por retroação significante, a significação fálica. Surge o falo como significante do desejo. A inscrição do NP faz com que a criança entre na neurose. Mas se o NP não se inscreve e o DM não é barrado, a criança irá se incluir na estrutura da psicose. A criança fica capturada na estrutura fantasmática da mãe. (LACAN, 1969, p.369)

O pai que priva é o pai potente, é aquele que tem o falo que falta à mãe. O pai pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar, porque o possui. A criança passa do desejo de ser o falo, para o desejo de ter o falo. Trata-se do terceiro tempo do Édipo.

É por intervir como aquele que tem o falo, que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do Eu, como referência identificatória e, a partir daí, o complexo de Édipo declina. O Ideal do eu desempenha uma função tipificadora do desejo no sujeito. Ele está ligado à assunção do tipo sexual, às funções masculinas e femininas, na medida em que

comportam toda uma modalidade de relações entre homens e mulheres. (LACAN, 1957-58, p. 302)

Segundo Miller (1999, p. 50), o pai que interessa a Lacan é o terceiro, o pai que tem e dá, e que promete em relação ao futuro. Uma vez que o pai se faz preferir à mãe como aquele que tem o falo e pode dá-lo, reorganiza-se a relação do sujeito com o falo.

O que está em jogo na assunção de uma posição sexuada é a localização do falo como simbólico, que, no caso das meninas se coloca na entrada do complexo de Édipo e, no caso dos meninos, na saída.

É na medida que o pênis paterno pode ser simbolizado e solicitado que se produz o que sucede no nível da identificação. (LACAN, 1957-58, p. 312)

A transposição do terceiro tempo do Édipo é o momento em que a identificação ao seu sexo é assumida pelo sujeito. Para o menino, trata-se de se identificar com o pai possuidor do pênis, e, para a menina, reconhecer o homem como aquele que o possui. (Ibid., p. 201)

Contudo, o falo, o pai também não o tem, ele é apenas o titular de direito, direito que provém da transmissão do significante do Nome-do-Pai. O pai também é castrado. (Ibidem)

Como nos assinala Freud (1925), a relação do menino com o pai é ambivalente desde o início. O pai é uma figura amada e odiada. A relação com o pai comporta o paradoxo do Édipo invertido: o menino também deseja tomar o lugar de sua mãe como objeto de amor de seu pai. É ao se deparar com a possibilidade de castração, que o menino recalca o ódio e sua posição passiva diante do pai, identificando-se com ele como aquele que tem as insígnias do falo. Esse é o que está no cerne da relação do pai com o ideal do eu, e que garante ao menino o direito ao título de virilidade, título transmitido pelo pai.

Assim, o menino responde a ameaça de castração pela identificação com o pai, que tem a aparência de ter escapado do perigo. Será viril por uma série indefinida de procurações (LACAN, 1957-58). Mas, na linha do seu desejo, o homem também vai à procura do falo, na medida em que ele deve encontrar sua satisfação na mulher.

Na relação do sujeito com a falta apontada pelo falo, Lacan afirma que, enquanto na mulher haveria uma conjunção entre demanda de amor e desejo, no homem, a dialética da demanda e do desejo é marcada pela divisão entre estes termos. Por um lado, o homem, identificado ao pai como aquele que tem o falo, faz semblante de ter o falo no nível do amor, por outro, no nível do desejo, procura o falo que lhe falta do lado da mulher.

A metáfora paterna institui o falo como significante e assegura que, no momento da puberdade, o menino possa servir-se disso e eleger outra mulher, que não a sua mãe, como objeto causa de seu desejo.

O menino tem todo o direito de ser homem, e o que lhe possa ser contestado, mais tarde, no momento da puberdade, deverá ser relacionado a alguma coisa que não tenha cumprido completamente a identificação metafórica com a imagem do pai, na medida em que essa identificação se houver constituído através desses três tempos. Ressalto-lhes que isso quer dizer que na medida em que é viril, um homem é sempre mais ou menos sua própria metáfora. É isso, aliás, que coloca sobre o termo virilidade a sombra de ridículo que, enfim, convém destacar. (LACAN, 1957-58, p. 201)

É na puberdade, no encontro com o outro sexo, que o sujeito é chamado a assumir esse título de virilidade. Quando alguma coisa não se cumpre completamente nessa identificação metafórica à imagem do pai, quando essa “procuração” não lhe é passada pelo pai, ao se deparar com a castração, o menino terá mais dificuldade em assumir-se viril, em fazer sua escolha de objeto, em eleger uma mulher como causa de seu desejo. O que se evidenciou no atendimento clínico aos adolescentes envolvidos nos atos infracionais, foi o embaraço do sujeito ao ter que se servir do Nome-do-Pai na adolescência, momento em que a emergência da pulsão genital o confronta com a inexistência da relação sexual.

No Seminário 5, Lacan (1956-58, p. 163) afirma, que “é preciso ter o Nome-do-Pai, mas é também preciso que saibamos servir-nos dele”. Nesse momento de seu ensino a metáfora paterna concebe o Nome-do-Pai como o significante do Outro da lei inserido no Outro do significante. Tudo o que se realiza no sujeito, S, depende do que se coloca como significante no A. O sujeito é o efeito da significação fálica (\$). Atravessado pelo campo da linguagem, ele se orienta em direção às identificações secundárias, I(A).

A prematuridade do sujeito, e o fato dele não poder existir, enquanto humano, senão no universo da linguagem, o condenam a existir a partir da relação com o Outro, a partir da relação com o desejo do Outro e, por estar fundado no campo do Outro, tal desejo nunca se sabe qual é.

O desejo é o resíduo da operação lógica do recalque, que prova que o sujeito é marcado pelo significante mestre no mesmo lugar em que é habitado pelo desejo do Outro.

Como afirma Miller (2005, p. 39), “O desejo é a lei” é um resumo do Édipo. Nas elaborações iniciais de Lacan, seguindo Freud, é o pai quem enuncia a lei. É o pai quem traça as vias do desejo. Ao desejar enveredo pelo caminho da lei. O desejo e a lei barram o acesso à Coisa (*das Ding*).

A relação da lei com o desejo é tão estreita, que somente a função da lei traça o caminho do desejo. O desejo, como desejo da mãe, é idêntico à função da lei. É na medida em que proíbe esse desejo, que a lei impõe o desejá-la. O mito do Édipo significa que o desejo do pai é o que cria a lei. (LACAN, 1962-63, p. 120)

O efeito central dessa identidade, que conjuga o desejo do pai com a lei, é o complexo de castração (Ibidem). Vimos nos estudos realizados até aqui, o complexo de Édipo como articulação essencial do desenvolvimento da sexualidade. Articulação essencial, porque o Édipo faz recair a lei e a interdição, pela via da castração, sobre o falo imaginário. (MILLER, 2005, p. 26)

No Seminário 10, “A Angústia”, Lacan (1962-63) faz uma releitura do complexo de castração. Como assinala Miller (2005, p. 19), o esforço de Lacan, neste seminário, é a elaboração de uma nova estrutura da falta, de uma falta irreduzível ao significante, que passa pela topologia, e pela matriz corporal e biológica.

Na estrutura da linguagem, há algo que não pode ser reduzido ao significante, que é assimilado grosseiramente ao corpo como vivo. É sob essa espécie de resto, que o objeto *a* emerge, resto da operação subjetiva no que concerne ao Outro. (MILLER, 2005, p.24)

A angústia é a via que visa o real, utilizando outra coisa que não o significante, o objeto *a*. Segundo Miller (Ibid., p. 23), até então, Lacan abordava o real pela via do significante, que teve como resultado uma significantização generalizada da experiência analítica. A via da angústia conduz ao objeto real. Ela é feita para conduzir ao objeto da satisfação, uma satisfação que não é da necessidade, mas sim da pulsão, uma satisfação que é gozo.

O seminário “A Angústia” realiza, simultaneamente, a disjunção entre Édipo e castração, a generalização da castração sob as formas da separação, e o declínio do falo significante, ao mesmo tempo em que começa a elevar ao zênite a função do objeto *a*. (MILLER, 2005, p. 36-37)

1.1 - Além da angústia de castração.

[...] ali onde existe no discurso o que vocês articulam como sendo vocês, em suma, ali onde vocês dizem *Eu [jê]*, é propriamente aí que, no nível do inconsciente, situa-se *a*.

Nesse nível vocês são *a*, o objeto, e todos sabem que isso é que é intolerável [...] (LACAN, 1962-63, p. 116-117)

Freud (1926) em seu texto “Inibição, sintoma e angústia”, mostra através dos casos clínicos do “Pequeno Hans” e do “Homem dos Lobos”, que “em ambos os pacientes a força motriz da repressão era o medo da castração.” (FREUD, 1926, p. 130). Para Freud ‘toda a angústia é angústia de castração’. A angústia de castração é um ponto intransponível, o limite de toda a análise. Para Lacan, ao contrário, não é a angústia de castração o ponto intransponível, mas um fazer de sua castração aquilo que falta ao Outro.

No início do seu seminário “A Angústia”, Lacan (1962-63, p. 14) retoma o grafo do desejo apresentado no Escrito “Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano”. O grafo apresenta, onde se situa o desejo, em relação a um sujeito definido por sua articulação pelo significante. A pergunta, que fica em suspenso no piso superior do grafo, é a chave do que a doutrina freudiana introduz sobre a subjetividade: *Che vuoi? Que ele quer de mim?* - interrogação fundamental que irá estruturar o desejo como desejo do Outro. Essa interrogação - “*Che vuoi?*” - é a que melhor conduz ao caminho de seu próprio desejo, e convoca o sujeito à ordem de uma angústia em sua relação com o desejo do Outro, angústia que ele procurará de todas as formas neutralizar através da construção da fantasia ($\$ \diamond a$). A fantasia está vinculada a esse ponto de falta no Outro, como lugar do significante.

O que o grafo nos propõe agora situa-se no ponto em que toda cadeia significante se honra ao fechar sua significação. Se é preciso esperar tal efeito da enunciação inconsciente, é aqui em $S(\bar{A})$, e há que lê-lo: significante de uma falta no Outro, inerente à sua função mesma de ser o tesouro do significante. Isso na medida em que o Outro é solicitado (*Che vuoi*) a responder pelo valor desse tesouro, isto é, a responder, certamente, de seu lugar na cadeia inferior, mas nos significantes que constituem a cadeia superior, ou seja, em termos de pulsão. (LACAN, 1960, p. 833)

No campo do Outro há algo que falta. Nesse lugar de falta, o sujeito é chamado a preencher, através de um signo, o de sua própria castração (LACAN, 1962-63, p. 56). É, diante disso, que o neurótico recua. O que Lacan vai mostrar é que não é a angústia de castração em si, que constitui o impasse supremo do neurótico, como pensava Freud. Aquilo, diante do que, o neurótico recua, é fazer de sua castração, o que falta ao Outro.

A angústia está relacionada com o encontro com o desejo do Outro, já que este desejo denuncia que ao Outro falta. Esta falta no Outro é o que o sujeito mais evita, porque ela gera angústia. A angústia surge diante da presença do objeto, isto é, quando a falta, que é transformada em desejo, é perturbada. Nesse momento, é o próprio sujeito que aparece como objeto. É quando é desvelado para o sujeito sua vertente objetal. Como afirma Lacan, o que é mais angustiante para a criança é “quando a mãe está o tempo todo nas costas dela,

especialmente a lhe limpar a bunda, modelo da demanda, da demanda que não pode falhar.” (LACAN, 1962-63, p. 64)

O sujeito neurótico estabelece uma relação com a falta de objeto através da construção da fantasia ($\$ \diamond a$). Este objeto, presente na fantasia como objeto postiço, faz parte da estratégia do sujeito neurótico para evitar a castração.

O a , suporte do desejo na fantasia, não é visível naquilo que constitui para o homem a imagem de seu desejo. (LACAN, 1962-63, p. 51)

Para estabelecer o status do objeto, como objeto do desejo, por meio da abordagem da angústia, Lacan recorda como se atam a relação especular e a relação com o Outro. (LACAN, 1962-63, p. 48) Como a idéia do imaginário, apoiada sobre o estádio do espelho, não seria suficiente para dar conta da dimensão do objeto, que se apresenta na angústia, Lacan faz uma passagem do estádio do espelho ao esquema ótico. No estádio do espelho temos a ilusão de que a pulsão está ligada à imagem, na passagem para o esquema ótico Lacan cria o furo.

Há uma distinção do estádio do espelho para o esquema ótico. Enquanto no estádio do espelho, numa relação narcísica, é a de pensar que tudo aquilo que está do lado do real está também presente do outro lado, no esquema ótico há dois espelhos, um convexo, do lado esquerdo, e um plano, no meio. O que acontece do lado esquerdo, não necessariamente se reproduz do lado direito. Há, aí, uma assimetria. Lacan vai mostrar que nem todo investimento libidinal passa pela imagem especular. Há um resto, que é o pivô de toda essa dialética - o falo.

Isso significa que, tudo o que é demarcação imaginária, o falo virá, a partir daí, sob a forma de uma falta. Em toda a medida em que se realiza aqui, em $i(a)$, o que chamei de imagem real, imagem do corpo funcionando na materialidade do sujeito como propriamente imaginário, isto é, libidinizado, o falo aparece a menos, como uma lacuna. Apesar de o falo ser, sem dúvida, uma reserva operatória, não só ele não é representado no nível do imaginário, como é também cercado e, para dizer a palavra exata, cortado da imagem especular. (LACAN, 1962-63, p. 49)

A angústia surge quando alguma coisa aparece no lugar de menos ϕ ($-\phi$). Quando a falta vem a faltar.

É através do artigo de Freud (1919) sobre o *Unheimlichkeit*, “O Estranho”, que Lacan aborda a angústia. O *Unheimlichkeit* é o que aparece no lugar em que deveria estar o menos ϕ ($-\phi$). A angústia surge quando, de súbito, há o encontro com o *heimlich/Unheimlich*, com aquilo que há de mais familiar, e que me aparece como estranho. Nesse

ponto *heim*, não manifesta, simplesmente, que o desejo se revela como desejo do Outro, mas, também, que meu desejo “entra na toca em que é esperado desde a eternidade, sob a forma do objeto que sou, na medida em que ele me exila de minha subjetividade, resolvendo por si todos os significantes a que ela está ligada”. (LACAN, 1962-63, p. 59)

A angústia está ligada ao fato de eu não saber que objeto *a* sou eu no desejo do Outro. Há um desconhecimento do que é o *a* na economia de meu desejo de homem. (Ibid., p. 353)

1.2 - O estatuto do objeto *a*, o desejo e o gozo

[...] é justamente esse dejetivo, essa queda, o que resiste à “significantização”, que vem a se mostrar constitutivo do fundamento como tal do sujeito desejante - não mais o sujeito do gozo, porém o sujeito como aquele que está no caminho de sua busca, a qual não é a busca de seu gozo. (LACAN, 1962-63, p. 193)

Como vimos, a angústia é concebida por Lacan (1962-63) como uma via de acesso ao que não é significante, ao objeto *a*. O objeto *a*, que aparece no seminário “A Angústia”, não é como os outros. À medida que o objeto *a* é construído constrói-se uma nova concepção do especular. A dimensão especular, do estádio do espelho, é a dimensão em que, o pequeno *a*, é reduzido à zero, em vista disso, o campo especular é o campo em que o sujeito está mais seguro quanto à angústia. (LACAN, 1962-63, p. 353) A angústia é via de acesso ao real. É sobre esse pano de fundo da anulação significante, que Lacan formula: “a angústia não é sem objeto.” (Ibidem)

Para tratarmos do estatuto do objeto *a* no ensino do Lacan até o Seminário 10, em sua relação com o desejo e o gozo, vamos seguir as elaborações apresentadas por Jacques Alain-Miller (2000) no seu texto “Os seis paradigmas do Gozo”.

É sobre o registro do imaginário, que se apóiam as primeiras formulações de Lacan sobre o objeto, e que, mais tarde, ele conceituará como objeto *a*.

O primeiro objeto imaginário é o eu. O corpo, nessa vertente, é uma imagem constituída por meio do significante. Ao encontrar sua imagem no espelho, a criança tem uma reação de júbilo. Seu corpo, até então, experimentado como fragmentado e auto-erótico, unifica-se no estádio do espelho provocando o narcisismo, isto é, a identificação com a imagem de si totalizada.

Nesse momento do seu ensino, Lacan interpreta o eu a partir do narcisismo e o narcisismo a partir do estágio do espelho. Segundo Miller (2000, p. 88), Lacan reencontra, aqui, a fórmula freudiana do eu (*moi*), como um reservatório da libido, a ponto de afirmar que “o narcisismo envelopa as formas do desejo.” (LACAN, 1956, p. 428)

De acordo com Miller (2000), esse primeiro tempo da elaboração de Lacan sobre o gozo, é o que ele chama de “imaginarização do gozo” e supõe a dominância do simbólico sobre toda a satisfação pulsional. Mas o simbólico não é todo, ele deixa fora de si o imaginário, que é uma outra ordem de realidade, onde se cumpre uma outra ordem de satisfação. Diante da satisfação simbólica, subsiste a satisfação imaginária, o gozo.

A libido, nesse momento, tem um estatuto imaginário, e o gozo, como imaginário, distinto da satisfação simbólica, não procede da linguagem, da palavra e da comunicação, ele diz respeito ao eu (*moi*), como instância imaginária, e é encontrado sobre o eixo a-a'. É um gozo descrito por Lacan como permanente, estagnante e inerte.

Em seguida, Lacan destacou a consistência e a articulação simbólica do que é imaginário. O gozo pulsional, que se apresenta inicialmente como imaginário, vai revelar sua consistência e articulação simbólica. As pulsões se estruturam em termos de linguagem e não apenas em termos do gozo imaginário. Elas são capazes de metonímia, de substituição, de combinação. Lacan retranscreve a pulsão em termos simbólicos ao inscrever a demanda do Outro na fórmula da pulsão ($\$ \diamond D$).

A fórmula do fantasma provém desse segundo paradigma - ($\$ \diamond a$) - onde a imagem em função significante é articulado ao sujeito simbólico. Essa escritura permanecerá no ensino de Lacan como o símbolo da conexão entre o simbólico e o libidinal. O fantasma é o ponto nodal, onde o imaginário e o simbólico se concentram fazendo captonagem essencial aos dois registros.

Ao avançar por meio da “significatização do gozo”, segundo Miller (2000), Lacan demonstra, que a libido está inscrita no significante, e privilegia o estatuto simbólico do falo. O significante anula o gozo, e o restitui sob a forma de desejo significado.

É nesse momento que surge a invenção lacaniana dos matemas. Lacan constrói o grande grafo, onde situa o menos phi ($-\phi$) da imagem fálica simbolizada e cortada; o grande phi do significante, e do desejo, e, depois, do gozo; o matema do fantasma, da pulsão, etc. No grande grafo, o gozo aparece repartido entre o desejo e o fantasma. De um lado, o gozo é desejo, significado da demanda inconsciente, de outro, ele é a pulsão como demanda inconsciente em posição de significante.

Esse fantasma comporta a vida, o corpo vivo, pela inserção do pequeno *a* como imagem incluída em uma estrutura significante, imagem de gozo captada no simbólico.

Esse *a* conserva todas as suas pregnâncias imaginárias e concentra o ápice do libidinal ligado ao vivo. Do lado do sujeito barrado temos um ser de morte, porque ele é somente função significante.

Como esclarece Coelho dos Santos (2005b), o avanço da significantização do gozo não reduziu a zero o dualismo entre o corpo vivo e a função significante. Somente no Seminário 11, quando postular uma identidade entre o mecanismo do inconsciente estruturado como a linguagem e o da zona erógena, que Lacan (1964) resolverá de maneira satisfatória a relação entre o significante e o gozo da pulsão.

Ao levar ao seu termo essa significantização do gozo, Lacan (1959-60) introduz com o Seminário 7, “A ética da psicanálise” um corte, o gozo como impossível, o gozo atribuído ao real.

No Seminário 7, que gira em torno de noções de bem supremo, de prazer e de satisfação, Lacan introduz o gozo impossível ou o gozo atribuído ao real. Miller (2000) afirma que esse paradigma consiste na constatação de que o desejo e fantasma não condensam mais todo gozo da pulsão. Há um gozo da pulsão, que está, essencialmente, fora do simbólico e do imaginário, no real. Esse paradigma coloca o gozo do lado da Coisa.

Lacan lança mão do termo *das Ding* (a Coisa), do texto de Freud “Projeto de uma psicologia científica” (1950 [1895]), para interpretá-la como a marca da tendência a reencontrar esse objeto qualificado como desde sempre perdido.

Das Ding apresenta-se como objeto impossível de ser reencontrado. Nos termos de Lacan é esse objeto “enquanto o Outro absoluto do sujeito que se trata de reencontrar. Reencontramo-lo no máximo como saudade. Não é ele que reencontramos, mas suas coordenadas de prazer, é nesse estado de ansiar por ele e de esperá-lo que será buscada, em nome do princípio de prazer, a tensão ótima abaixo da qual não há mais nem percepção nem esforço.” (LACAN, 1959-60, p. 69) Lacan observa que o princípio de prazer, que governa esta busca do objeto, por natureza perdido, impõe-lhe desvios e rodeios com respeito a este fim, conservando uma distância com relação ao objetivo.

Na busca, ressalta Lacan, o que se encontra pelo caminho são satisfações vinculadas à relação com objetos substitutos do objeto perdido. A relação aos objetos seria modulada segundo as leis do princípio de prazer. O que significa que as quantidades de excitações devem estar dentro de certos limites na polarização entre prazer e desprazer. Freud já havia proposto o princípio de prazer como princípio de prazer-desprazer, já que não se trata

simplesmente das implicações do prazer, mas, também, da evitação do desprazer. Há aí uma regulação.

Jacques-Alain Miller esclarece:

O que quer dizer das Ding, a Coisa? Quer dizer que a que a satisfação, a verdadeira, a pulsional, não se encontra nem no imaginário, nem no simbólico, ela está fora do que é simbolizado, ela é da ordem do real. (MILLER, 2000, p. 91)

Nesse momento da articulação de Lacan, ele anuncia que “*Das ding* é originalmente o que chamaremos de o fora-do-significado” (LACAN, 1959-60, p. 71) e será em função desse *fora-do-significado*, que o sujeito conservará sua distância e se constituirá num mundo de relação, de afeto primário, anterior ao recalque.

A organização do mundo no psiquismo parte deste lugar deixado vazio pelo objeto perdido, marcando, aí, a orientação do sujeito em direção a esse objeto, nas vicissitudes da tendência ao seu reencontro. Será em torno disso, que se apresenta e se isola como estranho, que as representações vão gravitar governadas por um princípio regulador, que se enuncia como princípio de prazer.

É em torno desse *das ding* que roda todo esse processo adaptativo, tão particular no homem visto que o processo simbólico mostra-se aí inextricavelmente tramado. (LACAN, 1959-60, p. 71)

Nesse paradigma, onde o gozo é valorizado fora do sistema, não existe acesso ao gozo a não ser por transgressão, a transgressão heróica.

O exercício do gozo não escapa à lei, ou seja, todo gozo acaba por dirigir-se a um esforço na interdição.

Na teoria lacaniana a Lei constitui uma referência tanto para o desejo quanto para o gozo. No Seminário 7, Lacan considera que a relação do sujeito com seu desejo se funda com a Lei e este só tem acesso ao gozo, a partir de uma transgressão a esta mesma Lei. A transgressão é necessária para que o sujeito aproxime-se do seu gozo.

Para falar do gozo da transgressão, Lacan retoma o mito freudiano de “Totem e tabu” (1913) e demonstra o caráter paradoxal da interdição do incesto. A interdição, ao mesmo tempo, em que impede o acesso do sujeito ao seu gozo, serve de veículo utilitário para o gozo.

No mito de “Totem e tabu” (1913), o pai da horda era aquele que tinha acesso a um gozo absoluto e impedia aos filhos qualquer acesso ao gozo. O ato de assassinar o pai

seria a única forma de garantir o acesso a este gozo, entretanto, constituiu um ato de fundação da Lei, pois o que retorna para os filhos é a ambivalência de sua relação com o pai. O assassinato do pai não abre a via para o gozo, ele reforça a sua interdição. Como afirma Lacan, seguindo Freud, todo aquele, que se submete à lei moral, sempre vê reforçarem-se as exigências do supereu, e, todo aquele, que avança na via do gozo sem freios, encontra obstáculos, o que permite compreender em que medida o gozo está atrelado à Lei, ou melhor a uma necessidade de uma transgressão dessa Lei. Lacan atesta, assim, o caráter paradoxal e parcial do gozo da transgressão, na medida em que “a transgressão no sentido do gozo só se efetiva apoiando-se no princípio contrário, sob as formas da Lei.” (LACAN, 1959-60, p. 17)

Miller (2000) acrescenta que a oposição do prazer e do gozo é essencial. A libido se reparte em libido transcrita como desejo, onde ela figura entre os significantes, e a libido como *das Ding*, onde ela aparece fora de todo significante e significado. A oposição do prazer e do gozo estrutura-se tal como Freud descreveu em “Além do princípio do prazer” (1920). O princípio do prazer aparece de certo modo, como uma barreira natural ao gozo e a oposição se estabelece entre a homeostase do prazer e os excessos constitutivos do gozo. Trata-se da oposição entre o que é da ordem do bem-estar - do lado do prazer - e o gozo, que comporta sempre um excesso, o mal. É, também, uma oposição entre o que é engano, de um lado - o engano do prazer, do significante, do imaginário e do semblante - e o que é real, do outro.

É, em razão da distância, que separa o sujeito da Coisa, *das Ding*, que esta vem funcionar como causa de desejo, e só aí remeter a algum prazer. Como o desejo do sujeito é, desde sua origem, fundado no desejo do Outro, a função do Outro, como pólo referencial, é fundamental.

Seguindo o que nos apresenta Miller (2000), o ensino de Lacan evolui no sentido de pensar o gozo que emerge, aí, sob a forma da Coisa, fora do que é simbolizado, como objeto. A promoção do objeto pequeno *a* responde exatamente a isso.

Com o Seminário 11 (1964), Lacan estabelece uma nova aliança entre o simbólico e o gozo. O gozo aparece fragmentado em objetos *a*.

Não se tem acesso ao gozo pela transgressão heróica, mas pela pulsão, cujo circuito repete-se e repetindo-se, engendra um gozo, cujo objeto é parcial, mas, cuja satisfação, aproxima-se daquela que se experimenta diante de uma obra de arte.

No Seminário 11 (1964) começa-se pelo corpo fragmentado das pulsões parciais, pelas zonas erógenas que são autônomas. Se há uma integração, ela se realiza graças ao gozo pulsional, que é um gozo automático, alcançado seguindo o caminho normal da pulsão, seu ir e vir e sem transgressão. (MILLER, 2000, p. 93)

Seguindo, ainda, o que nos aponta Miller (2000), esse paradigma destaca o objeto *a* como elemento de gozo, que de um lado encarna, reproduz a Coisa, é a sua figura elementar, mas, por outro lado, ele provém do Outro. O objeto *a* faz de certo modo mediação entre a Coisa e o Outro. É como se, pelo objeto *a*, o Outro do significante impusesse sua estrutura à Coisa.

De certa maneira, o objeto *a* traduz uma significantização do gozo respeitando o fato de que não se trata aí de significante. Lacan abandona a noção de significante do gozo e no lugar do significante do gozo qualificado com seu símbolo grande phi, introduz o objeto *a*. O objeto *a* é um elemento de gozo, que não responde à lei de representar o sujeito para outra coisa, ele tem uma outra estrutura, mas é dotada de uma propriedade significativa, a de se apresentar como um elemento. Esta característica elementar do objeto *a* encarna a sua inscrição na ordem simbólica. Como afirma Miller (2000, p. 95), no Seminário 11 (1964), o gozo parece responder à alienação significativa do sujeito sob a forma do objeto.

1.3 - O objeto *a*: causa do desejo

[...] o *a* não é o objeto do desejo que procuramos revelar na análise, mas sua causa. (LACAN, 1962-63, p. 304)

Retornemos ao Seminário 10, “A Angústia”. Nesse seminário, a angústia é a via que permite aceder ao que é anterior ao desejo e ao seu objeto: o objeto *a*.

O status desse objeto, que Lacan designa como objeto *a*, é algo primário, anterior ao desejo, à lei, à sua simbolização fálica e anterior à constituição da função paterna (MILLER, 2005, p. 40).

O objeto *a* simboliza o que, na esfera do significante sempre se apresenta como perdido, como o que se perde para a “significantização” e funciona como resto da dialética do sujeito com o Outro. À lista dos objetos freudianos, objeto oral e anal, Lacan acrescenta o olhar e a voz.

O que é anterior ao objeto do desejo? É o objeto como real, cujo paradigma é o seio, o objeto oral. São objetos condensadores de gozo, com os quais o sujeito se confunde, porque está em jogo a identificação ao eu ideal e não ao ideal do eu. (MILLER, 2005, p. 40)

Anteriormente ao Seminário 10, “A Angústia”, o seio é concebido como um objeto exterior, um objeto que é do Outro, da mãe, um objeto da necessidade que satisfaz a fome. A elaboração que Lacan faz da frustração consiste em mostrar como esse objeto real se torna simbólico, ou seja, como o objeto da satisfação se transforma em objeto do dom. (Ibidem)

A via do amor desemboca no objeto simbólico, no falo como símbolo do Desejo da mãe, no desejo como desejo do Outro. A via da angústia conduz ao objeto real, à satisfação pulsional que é gozo, por isso permite separar o campo do desejo e o do gozo (Ibidem). Contudo, para que a angústia se precipite é necessário a separação do objeto, para que possa ter alguma relação com a falta, com o desejo do Outro. Propor-me como desejante, *eron*, é propor-me como falta de *a* e, é por essa via, que abro a porta para o gozo de meu ser. (LACAN, 1962-63, p. 198)

Na vertente do amor, o objeto real é elevado à dignidade de objeto simbólico. Passa-se da satisfação estúpida da necessidade ao infinito do desejo metonímico.

No seminário 8, “A Transferência”, Lacan (1960-61) segue a via do amor para delinear a função do objeto como agalma - objeto do desejo, valorizado, que se encontra no campo do Outro e explica a transferência (MILLER, 2005, p. 43).

“Só o amor permite ao gozo condescender ao desejo”, afirma Lacan (1962-63, p. 197). O amor é aqui o véu da angústia e daquilo que a angústia produz, ou seja, o objeto que causa o desejo.

Enquanto a via do amor é enganosa, a angústia é o que não engana. Através da angústia, Lacan tenta demonstrar a função do objeto-causa.

No amor encontramos o agalma, a coisa preciosa. O objeto-causa é da ordem da palea, do dejetivo.

O objeto parcial é remetido ao lugar da causa sob as formas de resto e de dejetivo. O desejo é concebido como um objeto caído, cortado, caduco, separado, aquele que foi largado, abandonado pelo sujeito e cujo paradigma é o objeto *a*. (MILLER, 2005, p. 49)

É através da perversão fetichista que Lacan traz pela primeira vez esse objeto-causa. Nele se desvela a dimensão do objeto como causa do desejo. O fetiche não é desejado, mas ele deve estar ali para que haja desejo. O fetiche causa o desejo, é a condição mediante a qual se sustenta o seu desejo. (LACAN, 1962-63, p. 116)

A ilustração do fetichismo como perversão é feita para revelar o status do desejo como tal, a saber, que ele está suspenso a um objeto distinto daquele que ele visa. Lacan acentua “Eu te desejo, mesmo que eu não o saiba” exprimindo o desconhecimento do desejo. O desejo autêntico é o desejo enquanto ele não conhece o seu objeto, não conhece o objeto que o causa. O desejo é recalcado, ou seja, inconsciente.

Vamos ver, agora, como essa “mudança de coordenadas” (MILLER, 2005, p. 35) do Seminário “A angústia” reflete sobre a questão da sexuação masculina.

1.4 - A detumescência e o desejo masculino: A castração do lado do homem.

O fato de o falo não se encontrar onde é esperado, ali onde é exigido, ou seja, no plano da mediação genital, é o que explica que a angústia seja a verdade da sexualidade [...] (LACAN, 1962-63, p. 293).

Como assinala Miller (2005), o Seminário “A angústia”, introduz um giro na concepção da castração pelo viés da angústia.

A angústia de castração não é mais referida à ameaça do Outro, a de um agente que é o Outro paterno, materno, mas ao fato biológico, anatômico, orgânico, da detumescência na cópula. Lacan faz da detumescência do órgão, de sua carência, do apagamento da função fálica no ato sexual ‘o principio da angústia de castração’ (MILLER, 2005, p. 34). Dessa forma, Lacan ressignifica a relação de ambos os sexos com a falta apontada pelo falo.

Enquanto no escrito “A significação do falo”, Lacan (1958a) mostra que as relações entre os sexos giram em torno do significante fálico, como significante do desejo, e que elas passam pelo ser e o ter: ser o falo, ter o falo, no Seminário “A angústia”, a relação entre os sexos está presente sob outra perspectiva, que emerge na formulação de Lacan “à mulher nada falta” (LACAN, 1962-63, p. 209).

A ausência do falo, ao invés de ser uma posição que define a posição feminina, perspectiva que está em jogo na noção freudiana do rochedo da castração, passa a ser considerada uma característica da posição masculina. Há uma inversão inicial. No caminho do gozo, é o homem que fica embaraçado. É ele que reencontra o $-\phi$ sob a forma da detumescência. É o homem que tem que se haver com a falta. No nível da copulação, ele tem que se haver com o desaparecimento do órgão instrumento. A angústia do lado do homem está ligada, assim, a sua relação com um instrumento que falha ou que não está sempre disponível. (MILLER, 2005, p. 30)

A detumescência na copulação merece reter-nos a atenção, para valorizar uma das dimensões da castração. O fato de o falo ser mais significativo na vivência humana por sua possibilidade de ser um objeto decaído do que por sua presença, é isso que aponta a possibilidade do lugar da castração na história do desejo. (LACAN, 1962-63, p. 187)

Como afirma Lacan (1962-63, p. 225), o primeiro nó do desejo masculino com a castração se dá no momento em que o a se desprende, cai de $i(a)$, a imagem narcísica. É nesse momento que a falta apontada pelo falo se coloca para o sujeito pela primeira vez. Para

entrar na dialética fálica, o menino tem que se deparar com o fato de que não tem aquilo que tem.

Através da experiência da circuncisão, Lacan (1962-63, p. 228) mostra como a castração se apresenta para o homem em sua vinculação com a extração do objeto *a* no corpo. A circuncisão permite introduzir uma espécie de ordem na falha constitutiva da castração primordial.

Todas as coordenadas da circuncisão, a configuração ritualística ou mítica dos acessos iniciáticos primordiais em que ela se efetua, mostram que ela tem a mais evidente relação com a normatização do objeto do desejo. (LACAN, 1962-63, p. 228)

Lacan marca, assim, que é de uma relação com o objeto perdido como tal que se trata. Esse objeto *a*, como cortado, como resto da operação de circuncisão, presentifica uma relação com a separação. É na própria dimensão da perda da libra de carne que o sujeito pode se constituir como desejante.

Na vertente masculina da sexuação, o desejo, a falta, o menos phi ($-\phi$), que são termos equivalentes, assumem o status de um nó necessário na economia do gozo masculino.

Por outro lado, do ponto de vista da mulher, ela “revela-se superior no campo do gozo” (LACAN, 1962-63, p. 202), uma vez que o seu vínculo com o nó do desejo é mais frouxo do que o do homem. A mulher não tem que passar pela negatificação do falo e pelo complexo de castração na sua relação com o objeto-causa. Com relação ao acesso ao objeto, ela se depara com o desejo do Outro. É por essa via que Lacan aborda a angústia feminina.

Na mulher, a angústia se dá diante do desejo do Outro, uma vez que ela não sabe muito bem o que ele encobre. A angústia surge no momento em que ela é colocada no lugar de objeto *a* pelo desejo do homem. Como afirma Lacan (Idem, p. 213) quando “sucede à mulher sentir-se realmente como o objeto que está no centro de um desejo, pois bem, acreditem, é aí que ela foge de verdade”.

Por outro lado, como ela sabe, desde o início, que o falo não está onde se espera, isto é, do lado do Outro, ela tem uma relação mais verdadeira com a falta.

Segundo Lacan (Idem, p. 211), a mulher é “muito mais real e muito mais verdadeira” do que o homem, pois ela sabe o valor daquilo que lida no desejo. Enquanto para os homens, a falta do falo se presentifica como objeto *a* na detumescência, para as mulheres é na relação com o Outro que o objeto *a* se constitui. É ao constatar que algo falta ao Outro que a mulher pode ter acesso ao desejo. O que está em jogo no desejo feminino é a castração do

Outro como condição do seu desejo, pois é como castrado que o homem a eleva à condição de objeto de desejo.

Para o homem, ao contrário, “deixar que se veja o seu desejo pela mulher, evidentemente, às vezes é angustiante” (Ibidem), pois deixar que se veja o seu desejo é deixar ver o que ele não tem.

É nesse sentido que Lacan formula que no reino dos homens há sempre a presença de uma certa impostura. Na relação amorosa, o homem faz o semblante de ter aquilo que não tem - o falo, por isso há o risco iminente do lado do homem de tornar-se um “fanfarrão”, “contar bravatas”, como uma das vias de colocar-se no lugar de um Outro. (SANTIAGO, 2006)

Assim, o falo, ali onde é esperado como sexual, só aparece como falta, e é essa a sua ligação com a angústia. O encontro entre o homem e a mulher, é um encontro sempre faltoso e desvela o falo na posição de $-\phi$.

O ensino de Lacan avança no sentido de estabelecer uma nova aliança entre o simbólico e o gozo, de conceber a castração como um dado de estrutura, porque está situada na própria linguagem, de demonstrar a inconsistência do Outro e construir o objeto *a* como uma consistência lógica.

Vejamos como na passagem do Seminário 11 (1964), aos Seminários 16 (1968-69) e 17 (1969-70), Lacan formaliza esse deslocamento conceitual e como isso incide na relação entre os sexos e culmina na pluralização dos gozos (o gozo do Outro, o gozo fálico e o gozo do sentido) e na fórmula da sexuação.

2. Do automatismo de repetição à presentificação da realidade sexual do inconsciente.

O estatuto do inconsciente, que eu lhes indico tão frágil no plano ôntico, é ético. Freud, em sua sede de verdade diz - *O que quer que seja, é preciso chegar lá* - porque, em alguma parte, esse inconsciente se mostra.. (LACAN, 1964, p. 37, grifos no original)

Como esclarece Coelho dos Santos (2008a), no Seminário 11, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, Lacan (1964) dedica-se a formalizar o objeto causa do desejo, articulando-o de um modo inteiramente novo ao inconsciente estruturado como uma linguagem, que engendra o sujeito do desejo.

Ao retomar o conceito freudiano de inconsciente, Lacan (1964, p. 26) evoca a noção da causa e afirma que “o inconsciente freudiano [...] se situa nesse ponto em que, entre

a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação” (Ibid., p. 27). Quando alguma coisa emerge através do sonho ou do lapso, isso aparece como descontinuidade, em uma alteridade radical para o sujeito. O inconsciente aparece como “tropeço, desfalecimento, rachadura” (Ibid., p. 30). Lacan articula todas essas formulações do inconsciente ao estatuto do sujeito, em sua relação constituinte ao próprio significante: “o sujeito é o que um significante representa para um outro significante”. O ser humano é um ser de pura linguagem. Sua verdade, seu próprio ser se maneja de uma palavra à outra. Isso é o que permite a Lacan dar no Seminário 11 (1964), o verdadeiro estatuto do inconsciente: “[...] o estatuto do inconsciente é ético, e não ôntico, [...]” (Ibid., p. 37), e acrescenta: “Freud, em sua sede de verdade diz: *O que quer que seja, é preciso chegar lá [...]*” (Ibidem, grifos no original).

O inconsciente estruturado como linguagem (S₁-S₂) é correlacionado ao inconsciente como uma fenda que abre e fecha, pulsional, ligado à realidade sexual, cujo sentido evanescente, se produz e se perde. (LACAN, 1964, p. 46)

Wo Es war, soll ich werden: Lá onde isso estava, lá, como sujeito, devo [eu] advir.
(LACAN, 1960, p. 815-816)

O sujeito, segundo Lacan, está aí para ser reencontrado: “... *aí onde estava* - eu antecipo - o real” (LACAN, 1964, p. 47 - grifos no original). A experiência analítica é orientada para esse encontro com o real, um real que escapole e que se apresenta na forma do que nele há de inassimilável - na forma do trauma.

O lugar do real, que vai do trauma à fantasia - na medida em que a fantasia nunca é mais do que a tela que dissimula algo de absolutamente primeiro; de determinante na função da repetição - aí está o que precisamos demarcar agora. [...] O real pode ser representado pelo acidente, pelo barulhinho, a pouca-realidade, que testemunha que não estamos sonhando. Mas, por outro lado, essa realidade não é pouca, pois o que nos desperta é a outra realidade escondida por trás da falta do que tem lugar de representação - é o *Trieb*, nos diz Freud.” (LACAN, 1964, p. 61)

Na produção da repetição, na insistência dos signos, há um encontro com o real, com aquilo que escapa à representação - “Lá está o real que comanda, mais do que qualquer outra coisa, nossas atividades, e é a psicanálise que o designa para nós.” (Ibid., p. 61)

Esse real, em relação ao qual Lacan se orienta no trauma aparece no nível do sexual. O encontro com o sexual é sempre traumático e é o que retorna sob a forma da repetição.

Segundo Miller (1994-95, p. 169), no Seminário 11, Lacan (1964) não desenvolve o conceito de gozo. O que vem em seu lugar é o conceito do sexual. A repetição aparece

como função simbólica, evitando o encontro desagradável com o sexual. A transferência, ao contrário, é a presentificação dessa realidade sexual, de tal modo que aparece como *tykhé* da repetição. O que na repetição está destinado a falhar é posto em ato na transferência. A pulsão aparece articulando a repetição e a transferência, ou seja, como repetição significativa cujo produto é o gozo.

Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise - inconsciente, repetição, transferência e pulsão - enlaçam-se em um mesmo esquema. O inconsciente aparece dividido entre o automatismo de repetição e a presentificação da realidade sexual.

Essa construção é resumida na fórmula do fantasma ($\$ \diamond a$), a relação do sujeito do inconsciente com o gozo da realidade sexual.

O sujeito é concebido como um aparelho lacunar, onde se instaura a função de um certo objeto, enquanto objeto perdido. É o estatuto do objeto *a* enquanto presente na pulsão. (LACAN, 1964, p. 175)

O sujeito se situa a si mesmo como determinado pela fantasia. A fantasia é a sustentação do desejo. O sujeito se sustenta como desejante em relação a um conjunto significativo, onde o sujeito aparece dividido em sua relação a esse objeto que não mostra seu verdadeiro rosto. (Ibidem)

A sexualidade só entra em jogo na vida psíquica pela operação das pulsões, como pulsões parciais, parciais em relação à finalidade biológica da sexualidade - a reprodução, pois a reprodução, não é esse o alvo das pulsões parciais.

Lacan esclarece:

Se a pulsão pode ser satisfeita sem ter atingido aquilo que, em relação a uma totalização biológica da função, seria a satisfação ao seu fim de reprodução, é que ela é pulsão parcial, e que seu alvo não é outra coisa senão esse retorno em circuito. (LACAN, 1964, p. 170)

A integração da sexualidade à dialética do desejo passa pelo aparelho do corpo, de um corpo que se constitui a partir do seu atravessamento pela linguagem. Lacan (1964, p. 172) vai mostrar que esse corpo é estruturado da mesma maneira que o inconsciente. A passagem da pulsão oral à pulsão anal não se produz por um processo de maturação, mas pela intervenção de algo que não é do campo da pulsão, pela intervenção da demanda do Outro.

Ao colocar no centro de sua investigação o desejo, Freud (1915) evidencia que na economia pulsional não se trata da satisfação das necessidades, mas das vicissitudes que a pulsão engendra. A sexualidade humana não parte da evidência anatômica do corpo e nem tem por finalidade o encontro natural com o parceiro do outro sexo.

O atravessamento do corpo pela linguagem tem como condição a extração de um pedaço do corpo, que cai e assume a função do objeto *a*, isto é, um resto ineliminável pela articulação significativa. É na própria dimensão da perda da libra de carne que o sujeito pode se constituir como desejante.

Segundo Miller (2000), no ponto em que Lacan se encontra no seu Seminário 11, o objeto perdido é uma perda independente do significante, uma perda natural.

Lacan recorre ao mito da “lâmina” (*lamelle*) para dar vida à libido concebida como um órgão. Introduce esse mito como o novo paradigma do objeto perdido, paradigma que substituirá o falo em causa na castração. (*Ibidem*)

A libido, concebida como um órgão, objeto perdido e matriz de todos os objetos perdidos, é essencial para se compreender a natureza da pulsão. Lacan esclarece que esse órgão é irreal. Dizer que é um órgão irreal, não quer dizer que seja imaginário e nem impede um órgão de se encarnar. A tatuagem é a materialização, no corpo, desse órgão irreal. A tatuagem tem, ao mesmo tempo, uma função erótica e uma função de ser para o Outro, de lá situar o sujeito, marcando o seu lugar no campo das relações do grupo. (LACAN, 1964, p. 195)

O irreal se define por se articular ao real de um modo que nos escapa e é justamente o que exige que sua representação seja mítica para dar uma articulação simbólica.

Lacan parte da teoria platônica do amor, ilustrada na fábula de Aristófanes em *O banquete*, para construir o mito da “Lâmina”. Nessa fábula, Platão exprime as razões pelas quais os sexos se procuram. Os seres humanos estariam obrigados a procurar no amor seu complemento original.

O mito conta que os seres humanos começaram por ser esféricos, completos e perfeitos, mas por isso mesmo desafiavam a própria natureza divina. Perante os excessos desmedidos do homem, Zeus decide intervir, dividindo-os para enfraquecê-los. Com o corpo partido em dois, cada um deles busca o seu complemento na outra parte perdida. O sujeito dividido, pela vontade e ódio de Zeus, torna-se um ser impotente. A castração que ele sofre é tão radical, que nada lhe resta senão a morte. Para escapar dela, o que pode fazer é procurar recobrar seu estado esférico original.

O mito da “Lâmina” (*lamelle*) demonstra a perda a que está condenado o ser vivo, quando submetido à reprodução sexuada. A lâmina é “o que é justamente subtraído ao ser vivo pelo fato de ele ser submetido ao ciclo da reprodução sexuada”. (LACAN, 1964, p.186) A placenta é um exemplo dessa parte que o ser humano perde ao nascer e que pode representar o mais profundo do objeto perdido. A libido, como órgão, designa os

representantes, os equivalentes de todas as formas que se podem enumerar do objeto *a*. (Ibidem)

É esta submissão do ser vivo às exigências da reprodução sexuada, que, num primeiro momento, vai dar conta do objeto perdido que causa o desejo, porque os objetos do desejo são apenas os substitutos desta perda vital. A dimensão do objeto perdido é sempre correlativa da criação do sujeito pelo significante, na medida em que “o sujeito começa no lugar do Outro”.

É o desejo que liga o sujeito do inconsciente à pulsão oral, anal, etc. Há uma primeira falta que deriva da ação do simbólico, porque é um efeito do significante sobre a realidade do ser vivo, mas há também uma outra, imposta pelo real, porque relacionada com o fato de que a reprodução sexuada acarreta a morte do indivíduo da espécie. A falta real é o que o vivo perde, de sua parte de vivo, ao se reproduzir pela via sexuada. Em face destas duas faltas, a solução que o mito de Aristófanes veicula é “patética e enganadora”, segundo Lacan (1964, p. 195), porque diz que é a outra metade sexual que se procura no amor. Ele admite como pressuposto que essa metade existe, e que será capaz de restabelecer a unidade original de perfeição, felicidade e completude perdida. A resposta que advém da experiência analítica é bem diferente, deixando o ser humano numa incompletude estrutural.

Como afirma Lacan (1964, p. 194), “a sexualidade se instaura no campo do sujeito por uma via que é a da falta.” Duas faltas se recobrem. Uma no campo do sujeito (\$), outra no campo do Outro (S₂). Lacan distingue duas operações constituintes da subjetividade: a alienação e a separação.

O sujeito se constitui no campo do Outro. O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai presentificar-se no sujeito. O Outro é o “campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Ibidem). Contudo, o Outro não pode representar totalmente o sujeito. Nessa operação algo se perde. Há um resto, o sujeito barrado (\$).

A alienação consiste nesse *vel* que condena o sujeito a só aparecer nessa divisão, onde aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como afânise.

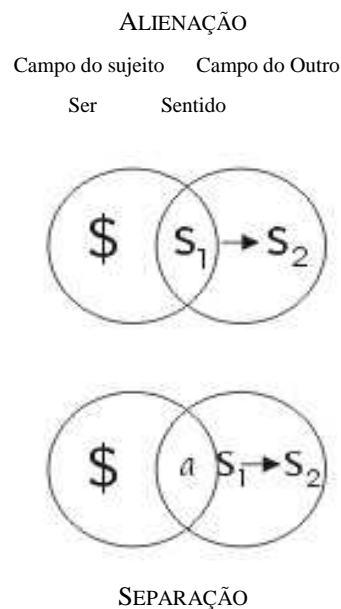
Esse *vel* segue a lógica da reunião dos conjuntos. Lacan vai representá-la através de dois círculos: o campo do sujeito e o campo do Outro. Situa do lado do sujeito (\$), o ser, e do lado do Outro (S₂), o sentido.

Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso (S₁). Escolhemos o sentido (S₂), e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso (S₁) que é o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente.

Os dois termos, de onde derivam o não-senso e o sentido, são os dois termos da cadeia significante: S₁ e S₂. O sujeito só tem uma escolha entre petrificar-se num significante ou deslizar de forma indeterminada no sentido.

Como afirma Miller (2000, p. 93), o conceito de alienação vem para unificar os conceitos de identificação e de recalque. A identificação a um significante corresponde uma perda de uma parte que não se dobra ao sentido, o objeto *a*.

Esquema da Alienação e da separação⁷



A operação de separação surge do recobrimento de duas faltas. Uma falta é encontrada no Outro pelo sujeito sob a forma de desejo. Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte: “Ele me diz isso, mas o que é que ele quer?” O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito nas faltas do discurso do Outro, o enigma do desejo do adulto. A outra falta é indicada pelo fato do sujeito responder a essa pergunta com a sua própria falta. O apagamento do sujeito faz com que ele compareça como objeto que tamponaria a castração localizada no Outro.

⁷ Laurent, 1997, p. 37.

Uma falta recobre a outra. Daí a dialética dos objetos do desejo no que ela faz a junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro.

É no que o desejo da mãe, esse primeiro Outro, está além ou para alguém no que ela diz, do que ela intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. O sujeito retorna, então, ao ponto inicial, que é o de sua falta como tal, da falta de sua afânise. “Não há sujeito sem, em alguma parte, afânise do sujeito, e é nessa alienação, nessa divisão fundamental, que se institui a dialética do sujeito.” (LACAN, 1964, p. 209). Só há surgimento do sujeito no nível do sentido, por sua afânise no Outro lugar, que é o do inconsciente.

Segundo Miller (2000, p. 95), com o par das operações de alienação e separação, o gozo é, de certa forma, retomado em um mecanismo. Em vez de aparecer como irreduzível ao simbólico, em vez de ser puramente reduzido ao significante, o gozo é, ao mesmo tempo, distinguido como tal e inscrito no funcionamento de um sistema.

A operação de alienação libera-nos apenas um sujeito do significante, reduzido a uma falta de significante, ou seja, um conjunto vazio. Para se poder apresentar a operação de separação e a introdução de um objeto pequeno *a* como vindo responder à falta significante, é preciso substituir o sujeito pelo corpo vivo, pelo corpo sexuado. Podemos, então, introduzir os objetos da pulsão como tendo a função de reparar, de preencher essa perda de vida.

Essas proposições feitas por Lacan no Seminário 11 (1964) foram formalizadas no Seminário 17 (1969-70), quando ele apresentou suas fórmulas para os quatro discursos.

Lacan combina numa só fórmula a definição da alienação e da separação. Fundamenta a repetição como repetição de gozo e localiza a castração como estrutural, porque está situada na impossibilidade da linguagem tudo representar.

3. O campo do Gozo e seus discursos.

A psicanálise nos revela que a dimensão própria do ato - do ato sexual, pelo menos, porém, ao mesmo tempo, de todos os atos, o que já se evidenciara fazia muito tempo - é o fracasso. É por essa razão que, no cerne da relação sexual, há na psicanálise o que se chama de castração. (LACAN, 1968-69, p. 334)

Enquanto Freud aborda o mal-estar na civilização a partir da teoria da pulsão de morte, Lacan o faz a partir da teoria dos discursos. Os discursos ou laços sociais fazem parte do campo do gozo e marca um novo período no ensino de Lacan.

O ano é o de 1968. Os movimentos estudantis em maio, na França, anunciam o mal estar na contemporaneidade. Os protestos dos estudantes movidos pelos ideais libertários

da revolução sexual e a democratização dos costumes foram divisores de águas. A resposta de Lacan foi que, em 1968, “as estruturas desceram indubitavelmente às ruas”. As conseqüências desses movimentos foram o êxito da passagem do discurso do mestre para o discurso da Universidade. (Zizek, 2008)

Como afirma Lacan (1969-70, p. 30), o que se opera entre o discurso do senhor antigo e do senhor moderno, que se chama capitalista, é uma modificação no lugar do saber. O saber se torna uma mercadoria que se compra e se vende. Como salienta Coelho dos Santos (Inédito b) no lugar da autoridade da transmissão do saber pelo mestre, veremos crescer a redução do saber ao diploma universitário. Como conseqüência, o que vemos, hoje, é a sociedade da informação. O saber está por toda parte, mas não se sabe onde reconhecer a verdade. Quando o saber devém mercadoria, ele fica separado da verdade.

Os avanços do discurso da ciência, do capitalismo, da difusão da psicanálise e dos métodos pedagógicos modernos, implicaram na liberação das referências humanas e na conseqüente desresponsabilização pela formação das gerações futuras, gerando uma crise de autoridade e uma anulação do sujeito do inconsciente. Perdeu-se o elo da tradição que assegurava a transmissão do saber e dos valores fundantes em sociedade (COELHO DOS SANTOS, 2008a). O saber, hoje, circula separado da autoridade do mestre. É um saber que não tem poder. (LACAN, 1968-69).

Os novos discursos sociais que promoveram a liberdade sexual e a igualdade entre os sexos inventaram novas modalidades de gozo que se impuseram na cena social. Isso teve efeitos. O aparecimento da mais-valia no discurso teve como condição a absolutização do mercado. Nenhum limite ao que se pode comprar ou vender.

Como afirma Lacan (1969-70):

O sinal da verdade está agora em outro lugar. Ele deve ser produzido pelos que substituem o antigo escravo, isto é, pelos que são eles próprios produtos, como se diz, consumíveis tanto quanto os outros. *Sociedade de consumo*, dizem por aí. *Material humano*, como se anunciou um tempo - sob os aplausos de alguns que ali viram ternura.” (IBID., p. 30, grifos no original)

O campo do gozo, com seus discursos, é a resposta de Lacan ao mal-estar apontado por Freud. No campo do gozo trata-se do que se articula do impossível como real. Esse real é tributário da pulsão de morte, não simbolizável, que retorna no laço social sob a forma de gozo, trazendo as impossibilidades nos laços entre os homens.

Essa clinica nos orientará numa direção possível ao tratamento dos adolescentes autores de ato infracional, pois é uma clinica que inclui o ato, a repetição, o supereu, o para além o princípio do prazer, onde reina a pulsão de morte.

Nessa situação, portanto, o que representa o mal-estar da civilização, como se costuma dizer? É um mais-de-gozar obtido através da renúncia ao gozo, respeitando o princípio do valor do saber. (LACAN, 1968-69, p. 40)

Como Freud (1930) salientou no seu texto “O mal-estar na Civilização”, a civilização é construída principalmente sobre a renúncia pulsional. Lacan evidencia que esse gozo que se renuncia é recuperado nas formas do mais-de-gozar dos laços sociais. Entrar na linguagem supõe uma perda e o seu retorno como mais-de-gozar. Lacan introduz o objeto *a* como mais-de-gozar, como suplemento da perda de gozo.

A noção de *mais-de-gozar* é construída a partir do termo marxista de *mais-valia*. Marx parte da função do mercado e situa nele o lugar do trabalho. No sistema capitalista, o trabalho pode ser comprado. A mais-valia é a diferença entre o valor que o trabalho produz e o salário que o trabalhador recebe pela produção. No capitalismo essa diferença é recebida pelo capitalista sob a forma do lucro. No campo do sujeito, essa diferença é recuperada como mais-de-gozar, como suplência à inconsistência do Outro.

Vejamos as principais formalizações de Lacan nesse momento do seu ensino.

3.1. Repetição e gozo.

No discurso, não tenho que seguir sua regra, mas encontrar sua causa. (LACAN, 1968-69, p. 13)

Na continuação do seu ensino, Lacan faz, então, a passagem do significante aos discursos. Ao axioma “o significante é o que representa o sujeito para um outro significante”, Lacan introduz a definição de que o significante é aparelho de gozo. O que foi abordado, até então, sob a forma de que “o que se veicula na cadeia significante é o sujeito barrado, a verdade, a morte, o desejo”, é retraduzido nos termos de “o que se veicula na cadeia significante é o gozo.” (MILLER, 2000, p. 98)

O que muda com a noção de discurso é a idéia de que a relação entre o significante e o gozo é primitiva e originária, porque todo o discurso é movido por uma causa. (Ibid., p. 96)

Como vimos, a psicanálise supõe um saber desconhecido do sujeito, o inconsciente, como causa do pensamento. É por essa razão que no Seminário 16, Lacan (1968-69, p. 11) vai definir a essência da teoria psicanalítica como um discurso sem palavras. Mediante o instrumento da linguagem, o discurso instaura relações fundamentais e estáveis no campo do gozo, a partir de uma série de enunciados primordiais, onde a verdade fala, nos lapsos e tropeços.

É que sem palavras ele pode muito bem subsistir. Subsiste em certas relações fundamentais. Estas, literalmente, não poderiam se manter sem a linguagem. Mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas. Não há necessidade destas para que nossa conduta, nossos atos, eventualmente, se inscrevam no âmbito de certos enunciados primordiais. (LACAN, 1969-70, p. 11)

O discurso no campo do gozo é um discurso sem palavras, que vai além das enunciações e encerram enunciados primordiais, onde se inscrevem nossos atos. Esses enunciados nem sempre são evidentes, eles precisam ser interpretados para se saber o tipo de laço social e a forma como ele se apresenta.

O sujeito do campo do gozo é um sujeito implicado no gozo do laço social. Não há discurso que não seja do gozo, este está presente em qualquer laço social. Como veremos adiante, os laços sociais, escritos pelos quatro discursos, constituem possibilidades diante do impossível da relação sexual.

Ao ser aparelhado pelos discursos, onde se inscreve o ser falante, o gozo se manifesta na repetição, como repetição significativa, a qual constitui o inconsciente como uma rede de saber.

Assim, no seminário 17, “O Avesso da Psicanálise”, Lacan (1969-70) apresenta a articulação significativa como repetição ou como saber. O acento incide sobre o significativo como marca de gozo, pois é como ligado à própria origem da entrada em ação do significativo, que se pode falar de gozo. O gozo é correlativo à forma primeira da entrada em ação do traço unário.

É nesse sentido que Lacan formula que “o saber é um meio de gozo” e que “a verdade é irmã do gozo”. A verdade é inseparável dos efeitos da linguagem e está ligada ao gozo barrado, ao gozo interdito. Impossível de ser toda dita.

Essa repetição que insiste e caracteriza a realidade psíquica do ser inscrito na linguagem, Freud a articula à pulsão de morte no seu texto de 1920, “Além do Princípio de Prazer” (LACAN, 1969-70, p. 164). Não se repete apenas os ciclos de necessidade e

satisfação que a vida comporta, mas também um ciclo que acarreta a desaparecimento dessa vida, que é o retorno ao inanimado. É, aí, que Lacan localiza o que há de gozo, no caminho para a morte. (1969-70, p. 43)

Basta partir do princípio do prazer, que nada mais é do que o princípio da menor tensão, da tensão mínima a manter para que subsista a vida. Isto demonstra que, em si mesmo, o gozo o transborda, e o que o princípio do prazer mantém é o limite em relação do gozo. (LACAN, 1969-70, p. 44)

A repetição se funda em um retorno do gozo. No que se repete, há perda. Na própria repetição há perda, desperdício de gozo e é no lugar dessa perda, fundada na repetição, que aparece a função do objeto perdido, o objeto *a*. O objeto *a* é o nome da perda correspondente ao traço unário. Lacan introduz o mais-de-gozar como suplemento da perda de gozo, isto é, transforma em ganho o que se produz como perda no interior do sistema simbólico.

A partir do Seminário 16, Lacan (1968-69) não descreve mais o objeto *a* como saindo de uma extração corporal. Ele é uma consistência lógica relativa à inconsistência do Outro, uma vez que o campo do Outro não possibilita a inteira consistência do discurso. A consistência da verdade, que o sujeito não encontra em si mesmo, fracassará, também, em encontrá-la no Outro. (MILLER, 2005-06b, p. 14)

Segundo Miller (Ibid., p. 13-14), no Seminário 16, a argumentação de Lacan não se faz a partir do significante lingüístico, mas a partir da lógica do significante, que privilegia não a incompletude, mas a inconsistência.

Lacan explora a relação entre a inconsistência do Outro e o que retorna de gozo do lado do sujeito. Explora a antinomia entre o Outro e o gozo. Entre o Outro como lugar da verdade, de uma verdade que não pode consistir.

Segundo Miller (2000, p. 100), a noção de mais-de-gozar traz algo de novo sobre o gozo. O gozo como *das Ding* é pensado como um lugar fora da simbolização e, também, como uma identidade. Ao ser apresentado como objeto *a* da pulsão, o gozo é listado a partir das pulsões estabelecidas por Freud, e ordenadas por Lacan – o objeto oral, anal, escópico, o objeto vocal. (Ibidem).

Mas, quando o gozo é pensado como mais-de-gozar, como aquilo que transborda, mas jamais chega a deter totalmente o desperdício de gozo, como o que, mesmo promovendo o gozar, mantém a falta-de-gozar, a lista dos objetos *a*, então, se estende, se amplifica. Os objetos da sublimação estão incluídos na lista dos objetos *a*.

Em Lacan, a noção de mais-de-gozar tem por função estender o registro dos objetos *a* para além dos objetos, que são de algum modo naturais. Lacan os estende a todos os objetos da indústria, da cultura, da sublimação, ou seja, a tudo o que pode vir a preencher o menos phi ($-\phi$), sem conseguir fazê-lo de maneira exaustiva. É o que Lacan chama de miúdos objetos *a*, o que surge na sociedade para causar o nosso desejo e tamponar a falta de gozo, mas apenas por um instante, pois a repetição não se detém. (MILLER, 2000)

Lacan desloca, então, o gozo para o campo do inconsciente e situa a castração como estrutural. A castração é produzida estruturalmente pela linguagem e não pelo agente paterno.

A castração é a operação real introduzida pela incidência do significante, seja ele qual for, na relação do sexo. (LACAN, 1969-70, p. 121)

3.2. Sintoma, discurso e laço social

A tese formulada neste Seminário, “O Avesso da Psicanálise”, é a de que não é o pai que determina a castração, é o significante mestre. Lacan reduz o mito freudiano do pai de “Totem e Tabu” ao enunciado do impossível, reconhecendo para além do mito do Édipo um operador estrutural que é o pai real: “é o pai do real que coloca no centro da enunciação de Freud um termo do impossível” (LACAN, 1969-70, p. 116). Lacan, então, afirma: “Somos aí enviados a uma referência completamente outra, a da castração, a partir do momento em que a definimos como princípio do significante-mestre.” (Ibid., p. 117)

A relação entre o significante e o gozo é primitiva e originária, porque o significante passa a regular o gozo por meio de um aparelho: o discurso. Essa regulação define o discurso como uma submissão do real à lei do significante unário.

Através da formalização dos matemas dos quatro discursos - do mestre, da histórica, do universitário e o do psicanalista - Lacan ilustra o que está na base, na raiz do que é um fato de estrutura: a impossibilidade. Esses discursos são caracterizados por uma combinatória de letras - $S_1, S_2, \$, a$ - que inclui sempre uma impossibilidade interna.

Lacan parte do discurso do mestre. O discurso do mestre é fundante da subjetividade. A inscrição do significante-mestre, S_1 , inscreve a castração e produz o recalque originário, *Behajung*, constitutiva do sujeito, operação pela qual o sujeito faz sua entrada na ordem da linguagem, como objeto do desejo do Outro.

O S_1 , que Lacan denomina significante-mestre, desprovido de qualquer significação, está posicionado como agente no discurso do mestre.

No lugar do Outro, o S_2 , o saber, de onde emerge a significação e o sentido decorrente da articulação de S_1 com S_2 . O S_2 , como saber, “é meio de gozo”, tal como se pode verificar na relação senhor-escravo da dialética hegeliana, a partir da qual Lacan extrai a escritura do matema do discurso do mestre. O mestre (S_1) comanda o escravo, que é quem detém o saber (S_2), a produzir os objetos (a) dos quais ele irá gozar.

Discurso do Mestre

$$\begin{array}{ccc} \underline{S_1} & \rightarrow & \underline{S_2} \\ \$ & & a \end{array}$$

O \$, sujeito barrado, aparece no lugar da verdade. A articulação de S_1 com S_2 produz como efeito um sujeito dividido e um resto, que se perde nessa operação, o objeto a , identificado como o mais-de-gozar.

No discurso do mestre, o sujeito dividido e o objeto a aparecem como duplo efeito das operações de alienação e separação constitutivas da subjetividade, dois tempos lógicos dessa estrutura. O sujeito dividido é o puro efeito da operação da alienação ao Outro (simbólico), condição de entrada no mundo simbólico, e o objeto a é o que resta da operação de separação do outro (imaginário).

Todos os outros discursos são formados a partir do discurso do mestre, pois tudo o que é da lógica do significante e da sua cadeia ordena-se a partir do S_1 , situado no lugar do agente, lugar do comando e, posteriormente nomeado por Lacan como o lugar do semblante.

Como os lugares na estrutura da linguagem ou na estrutura dos discursos são vazios, qualquer uma das letras pode ocupar este lugar. Quando o S_1 , o significante mestre, vem ocupar esse lugar do agente no discurso, trata-se, como vimos, do discurso do mestre. Quando o S_2 , o saber, o ocupa, trata-se do discurso da Universidade. Quando o sujeito, em sua divisão, fundadora do inconsciente, encontra-se ali, trata-se do discurso da histérica. Quando é o objeto a , mais-de-gozar, que vem ocupá-lo, trata-se do discurso do analista. (LACAN, 1971, p. 24)

Os lugares são:

$$\frac{\text{o agente}}{\text{a verdade}} \rightarrow \frac{\text{o outro}}{\text{a produção}}$$

Discurso do Mestre

$$\frac{S_1 \rightarrow S_2}{\$ // a}$$

Discurso da Histórica

$$\frac{\$ \rightarrow S_1}{a \quad S_2}$$

Discurso do Analista

$$\frac{a \rightarrow \$}{S_2 \quad S_1}$$

Discurso Universitário

$$\frac{S_2 \rightarrow a}{S_1 \quad \$}$$

A estrutura de discurso torna presente o impossível determinado pela estrutura da linguagem com seus aparelhos de gozo, em sua relação com o real. O sujeito do inconsciente, Lacan os recupera nas formas de modalidades de gozo estabelecidas pelos lugares que ocupa em cada um dos discursos, condicionado pela ex-sistência do inconsciente.

O dizer de Freud infere-se da lógica que toma como fonte o dito do inconsciente. É na medida em que Freud descobriu esse dito que ele ex-siste. (LACAN, 1972, p. 453)

Os quatro discursos reúnem o inconsciente estruturado como linguagem (S₁, S₂) e o inconsciente como gozo pulsional, condensado na fórmula do fantasma ($\$ \diamond a$). Se o inconsciente decorre da linguagem, decorre também da lógica da linguagem. Daí a formulação: o inconsciente é pura lógica. Só o puramente lógico regula o que é totalmente diverso, isto é, o gozo vivo dos corpos. (SOLLER, 2005, p. 17)

Se não há relação dos gozos sexuais, só há relação sintomática do sujeito com o gozo, regulada de maneira singular, a partir do inconsciente-linguagem. O sintoma é a conjunção entre as duas vertentes do inconsciente: o inconsciente estruturado como linguagem e o inconsciente como gozo pulsional.

Lacan redefine, então, o sintoma, como uma função do gozo. O sintoma redefinido como nodulação entre linguagem e gozo, sob a forma de uma letra gozante, excetua-se das formações do inconsciente, embora provenha delas, e faz uma “fixação” de gozo. Tal como acentuado por Freud, o sintoma é um modo de gozar, bem mais do que de falar. (Ibid., p. 176)

Nesta perspectiva, os discursos, os sintomas e os laços sociais têm a mesma estrutura. São formações de compromisso entre desejo e gozo. São semblantes. Realizam a

conjunção e a disjunção entre desejo (identificação) e gozo (fantasma/pulsão). (COELHO DOS SANTOS, 2008a)

Essa articulação muda a forma de conceber o sintoma e o final de uma análise. O fim da análise em Lacan concerne sempre à relação do sujeito com o gozo e à modificação que pode ser feita nisso. Mas, como nos lembra Miller (2000, p.100), não é a mesma coisa pensar essa relação sob a forma do fantasma ou pensá-la sob a forma da repetição.

Pensar a relação com o gozo sob a forma do fantasma é pensar o obstáculo sob a forma de uma tela que se trata de atravessar no final da análise. O fim de uma análise consiste em ir mais além, na direção do vazio, da destituição do sujeito, da queda do sujeito suposto saber, e da assunção do ser de gozo. Como assinala Miller (Ibidem), o efeito esperado possui a forma e a estrutura de um efeito de verdade, “mesmo que esse efeito de verdade seja a evaporação da pobre verdade irmã da impotência”.

Pensar a relação com o gozo sob a forma da repetição é pensar a repetição como sintoma. O sintoma nos apresenta uma repetição de gozo, mas que não é concentração sobre o fantasma fundamental a ser encontrado. O sintoma, tal como ele é tomado no último ensino de Lacan, comporta o desenvolvimento temporal dessa relação com o gozo. O sintoma é uma estrutura, que diz respeito às relações do homem moderno com o gozo. O final de uma análise é um saber como fazer com o sintoma, uma vez que não deixa de persistir um resto, irreduzível a qualquer análise acabada, no qual se fixa, em cada um, o gozo que supre a falta da relação sexual.

Em resumo, encontramos no ensino de Lacan um deslocamento da teoria do sintoma, que comporta mudanças em sua abordagem. Do sintoma como metáfora do primeiro momento de sua clínica, ao real do gozo do sintoma articulado no Seminário RSI (1971-72); do sintoma como quarto nó, como apresentado no Seminário 23 (1975-76) O Sinthoma, que amarra os três registros real, simbólico e imaginário, até considerar o sintoma como o modo como cada um goza de seu inconsciente.

Seguindo o que apresenta Gorostiza (2005), na perspectiva do “sinthoma”, o sintoma não é em si mesmo uma mensagem, mas “um signo da não relação sexual”, um signo de gozo, gozo que nunca é bom, aquele que deveria ser o da suposta relação sexual, se ela existisse. Ao mesmo tempo em que é uma solução, o sintoma também é uma “claudicação”, isto é, índice do que não anda no real.

Os sintomas surgem na continuação do ensino de Lacan, do acontecimento traumático, que implica a incidência de *alingua* – desses S1 sozinhos, que não formam sistema ou estrutura – no corpo, o que pode ser resumindo na fórmula: “o significante é causa

de gozo”, ou seja, o significante não tem somente efeitos de significado, mas também efeitos de gozo num corpo. Assim, *alingua* veicula o traumático da não relação sexual, deixando efeitos duradouros, marcas desse encontro sempre traumático, do qual algo não cessará de não se escrever, não cessará de se repetir. Pensar o final de análise, a partir dessa concepção, é conseguir provocar um deslocamento em relação à repetição, para que ela não seja a simples reiteração, a repetição cega do mesmo, mas traga algo novo.

Essa caracterização do sintoma corresponde ao sexto paradigma do gozo do Miller (2000), o da não-relação, que tem como ponto de partida o Seminário 20 (1972-73). Trata-se da não relação entre Um e o Outro, o que implica que *Há gozo* de um corpo vivo em disjunção com o Outro.

Neste paradigma, todos os termos que garantiam a conjunção entre Um e o Outro – o Outro, o Nome-do-pai, o falo – se revelam como simples semblantes conectores. Passamos à primazia da prática, na qual é preciso determinar de que maneira se produz, em cada um, a suplência da relação entre Um e o Outro. Miller (2000) afirma que há duas formas de suprir o laço sexual, frente à inexistência da relação com o Outro: segundo a rotina ou segundo a invenção. A rotina é apegar-se ao Nome-do-pai, ao universal da cultura, enquanto a invenção é criar algo novo. Entramos aqui na temática das psicoses não desencadeadas. Diante dessa nova perspectiva é fundamental prestar atenção especial ao sintoma, avaliando, em cada caso, a função que ele cumpre como reparação da falha no real.

Na entrada em análise clássica é preciso passar pela instalação da transferência. É preciso isolar, inicialmente, um enunciado singular do analisando incluído em seu sintoma. É preciso isolar um significante privilegiado daquele sujeito. Trata-se do significante da transferência, que, ao se articular ao Sq encarnado pelo analista, permite que o autismo do sintoma sem transferência se abone ao inconsciente, quer dizer, permite que se abra a via do sentido. Para que isso ocorra é necessário que, nas entrevistas preliminares, a intervenção do analista – que podemos chamar de interpretação - consiga isolar esse elemento do discurso, no qual o analisando poderá, no final, reconhecer seu ser de gozo.

Como afirma Laurent (2002, p. 98) “no final da análise se trata de outro uso de uma articulação que já existe desde o começo”. É este S1, isolado desde o começo, que permite ao sujeito ler seu inconsciente. Segundo Gorostiza (2005), hoje mais do que nunca, é preciso isolar esse significante privilegiado desde o início. Para localizá-lo é preciso que o analista desde as entrevistas preliminares opere pela via da redução e não pela da amplificação do sentido.

Seguindo, ainda, o que aponta Gorostiza (2005, p. 17), poderíamos afirmar que nessa clínica onde o ato suplanta o dito, precisamos introduzir um ordenamento de discurso, ou seja, é preciso que o analista, competindo com os *gadgets*, consiga introduzir a dimensão da impossibilidade estrutural, e isto desde o início, pois é fundamental que o “sujeito localize o nome que o nomeia, seu primeiro S1, no qual possa se reconhecer, e que lhe permitirá tornar legível a sua história e, conforme o caso, o seu inconsciente. É justamente isso o que propiciaria a entrada no discurso analítico”. Essa questão nos remete a abordagem lacaniana do *acting out* e da passagem ao ato, que abordaremos no próximo capítulo.

Contudo, para defendermos a hipótese apresentada nessa pesquisa de que o ato infracional surge como resposta aos impasses do adolescente frente à castração, temos que percorrer um pouco mais na teoria lacaniana da sexualização, fazendo uma leitura do Seminário 18 e 20.

4. Entre gozo e semblante.

A identificação sexual não consiste em alguém se acreditar homem ou mulher, mas em levar em conta que existem mulheres, para o menino, e existem homens, para a menina. (LACAN, 1971, p. 33)

No Seminário 18⁸, após todas as suas enunciações, no Seminário anterior, sobre a importância do discurso para definir o inconsciente, Lacan (1971) se dedica a abordar o que acontece com a relação sexual entre os seres falantes.

Lacan (1971, p. 29), situa, inicialmente, que a sexualidade humana não tem nada de biológico. A revelação freudiana do funcionamento do inconsciente atesta, que nesse campo não há harmonia. O inconsciente não conhece a biologia. Os significantes “homem” e “mulher” são semblantes da diferença anatômica entre os sexos. Somente os significantes permitem inscrevê-la no inconsciente como diferença psíquica. As pulsões parciais ignoram a diferença sexual. Sendo assim, se existem apenas pulsões parciais e se, em matéria de amor, de “relação de objeto”, a escolha narcísica do semelhante vem em primeiro lugar, como explicar a atração entre os sexos? Se o macho não basta para definir o homem, nem a fêmea, a mulher, o que, então, apontaria para cada um o parceiro sexuado?

No Seminário 18, “De um discurso que não fosse semblante”, Lacan (1971, p. 30) define da seguinte maneira, a diferença sexual:

⁸ As articulações teóricas apresentadas a seguir são baseadas, também, nas aulas ministradas pela Professora Tânia Coelho dos Santos em 2008.2 no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ.

O importante é isto: a identidade de gênero não é outra coisa senão o que acabo de expressar com estes termos, “homem” e “mulher”. É claro que a questão do que surge precocemente só se coloca a partir de que, na idade adulta, é próprio do destino dos seres falantes distribuírem-se entre homens e mulheres. Para compreender a ênfase depositada nessas coisas, nesse caso, é preciso nos darmos conta de que o que define o homem é sua relação com a mulher, e vice-versa. Nada nos permite abstrair essas definições do homem e da mulher da experiência falante completa, inclusive nas instituições em que elas se expressam, a saber, no casamento. (LACAN, 1971, p. 30-31)

Como não existe a relação sexual que conviria aos seres falantes, o que define o homem é a sua relação com a mulher e, inversamente. Para o menino trata-se, na idade adulta, de parecer homem e sinalizar para a menina que ele é aquele que tem.

Lacan chama atenção para o caráter de semblante da relação sexual. Mostra que o comportamento sexual humano, tal como no filo animal, a copulação se dá a partir de um jogo de exibição entre o macho e a fêmea. O que diferencia o comportamento sexual humano é o fato de que o semblante é veiculado por meio do discurso. É no engodo de parecer ter ou ser o falo que o encontro entre os sexos se torna viável, isto é, é na medida em que o sujeito acredita que aquilo que lhe falta, ele encontrará do lado do outro, que ele pode fazer desse outro o objeto de seu desejo.

Como assinala Soller (2005) a divergência entre os sexos, no tocante ao semblante fálico, um desfila como desejante, a outra como desejável.

O que preside a relação entre os sexos é da ordem do semblante, isto é, do discurso. O discurso permite a “aposta do mais-de-gozar” (LACAN, 1972, p. 32). Permite um gozo a mais daquilo que é impossível ao ato sexual.

Uma vez que o gozo sexual é impossível, o gozo só se formula, só se articula a partir do falo como seu significante.

O falo é, muito propriamente, o gozo sexual como coordenado com um semblante, como solidário a um semblante. (LACAN, 1971, p. 33)

Como vimos nas formulações freudianas sobre o complexo de Édipo, a principal característica da organização genital infantil é a primazia do falo. A verdade com a qual o ser falante tem que se confrontar é que existe alguém que não tem falo. Como afirma Lacan (1971, p. 33), é uma dupla intrusão na falta, pois “existe quem não o tenha e, ainda por cima, essa verdade faltava até então.” Sendo assim, a identificação sexual não consiste em acreditar-se homem ou mulher, mas, em dar-se conta de que para os meninos existem mulheres e, para

as meninas, existem os homens. O mais importante, segundo Lacan, nisso tudo, é que para os homens, a menina é o falo, e é isso que os castra. Para as mulheres, o menino é o falo. O que as castra é o fato de que somente podem ter acesso ao órgão sexual que o falo simboliza.

É esse o real, o real do gozo sexual enquanto destacada como tal: é o falo. Em outras palavras, o Nome-do-Pai. (LACAN, 1971, p. 33)

O real do gozo sexual será definido nessa época como o próprio falo, equivalente ao Nome-do-Pai. Logo, nesse momento do ensino do Lacan, não existe outro gozo, somente do semblante. Nessa relação, a mulher representa para o homem a hora da verdade, porque ela pontua a equivalência entre o gozo e o semblante. A mulher sabe que o gozo é um semblante.

É certamente mais fácil para o homem enfrentar qualquer inimigo no plano da rivalidade do que enfrentar a mulher como suporte dessa verdade, suporte do que existe de semblante na relação do homem com a mulher. (LACAN, 1971, p. 33)

A composição entre o gozo e o semblante se chama castração. Essa é a grande evitação do neurótico: deparar-se com a castração. É isso que lhe causa horror.

A letra da obra de Freud é uma obra escrita. Mas além disso, o que ela desenha desses escritos circunda uma verdade velada, obscura, aquela que se enuncia a partir de que uma relação sexual, tal como se passa numa realização qualquer, só se sustenta, só se assenta pela composição entre o gozo e o semblante que se chama castração. Nós a vemos surgir a todo instante no discurso do neurótico, mas sob a forma de um temor, de uma evitação, e é justamente nisso que a castração permanece enigmática. Por mais fugidias, por mais cambiantes que sejam suas realizações, ou igualmente a exploração da psicopatologia dos fenômenos analisáveis que é permitida pelas incursões na etnologia, persiste o fato de que aquilo de que se distingue tudo o que é evocado como castração, nós o vemos sob qual forma? Sempre sob a forma de uma evitação. (LACAN, 1971, p. 155)

Lacan reduz, assim, o gozo ao seu semblante, ao falo, significante da diferença sexual.

Em resumo: É o significante que introduz a dimensão do sexual no ser humano. O gozo fálico é em si mesmo uma limitação do gozo em geral. O gozo fálico faz limite, porque depende do significante.

Só há um significante da sexuação: o falo, e, ao nível do inconsciente, não há relação formulável entre dois sexos opostos. Para o inconsciente, o Outro sexuado não existe. A mulher não recebe fundamento para seu ser.

O primado do falo implica na impossibilidade da relação de sexo a sexo, de um “ser macho” a um “ser fêmea”, só autorizando a relação no registro do semblante.

Como vimos até aqui, acompanhando as principais formalizações lacanianas, os discursos aparelham os laços sociais e regulam o gozo. A lógica fálica, edípiana, ao situar o real como o gozo impossível, proíbe o gozo primordial da mãe, e, por outro lado, no que diz respeito ao gozo do órgão, o torna possível pela via do desejo. (Lacan, 1960a, p. 807-842)

Contudo, o que acontece quando se abole a categoria do impossível? Quando os semblantes vacilam o que orienta a escolha de objeto?

Como salienta Coelho dos Santos (2001), Lacan nos advertia que uma nova configuração de valores, impulsionaria os indivíduos no sentido de uma infinitização do gozo. Disso resulta a castração do pai simbólico, seu valor como símbolo relativizado, rebaixado ao nível da impotência.

Os movimentos de maio de 1968 promoveram o imperativo contemporâneo “é proibido proibir!”, conduziram o ideal de equivalência entre os sexos e aboliram as diferenças sexuais, colocando pai, mãe e filhos em uma relação igualitária. Isso teve como consequência, o enfraquecimento da dimensão do semblante no aparelhamento do gozo, uma vez que apaga as diferenças geracionais e sexuais.

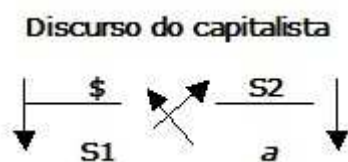
Como salientamos no capítulo 1, os laços de família modernos, tais como Freud os reconhecia no complexo de Édipo, eram laços hierárquicos da célula familiar, em que o pai de família representava a moral, a lei e a tradição e fazia a função de um Outro consistente. O Outro hoje, não proíbe nada, incita a gozar, a ir além dos limites da moral repressiva. A antiga função paterna, de agente da castração, de dizer não ao excesso e ao gozo, foi deslocada pelos novos discursos psicológicos e pelos movimentos de igualdade entre os sexos.

Como afirma Miller (1998), estamos na época do Outro que não existe, com os vários efeitos do gozo no real. O gozo emerge sob a pura forma de um real sem lei. Um gozo não regulado pela castração, desarticulado do gozo fálico, como puro imperativo: Goze!

Essa crise da autoridade paterna, das ideologias e do enfraquecimento do laço com o Outro é a marca do discurso contemporâneo, o discurso capitalista.

O discurso capitalista, formulado por Lacan (1984), numa conferência proferida em Milão em 1972, é uma torção do discurso do mestre.

Como já assinalamos, seguindo Lacan (1969-70, p. 30), o que se opera entre o discurso do mestre antigo e do mestre moderno, que se chama capitalista, é uma modificação no lugar do saber. A passagem do discurso do mestre antigo ao discurso do mestre moderno deslocou-se do discurso do mestre para o discurso da universidade, que se sustenta na burocracia, até chegar à sua forma final, que é o capitalismo.



No discurso capitalista há uma inversão dos elementos da primeira fração do discurso do mestre. No lugar do agente, que no discurso é ocupado pelo S1, no discurso do capitalista, temos o \$, como no discurso da histórica. Essa inversão compromete toda a ética que regia, até então, os discursos.

O posicionamento das flechas, no discurso capitalista, produz um circuito fechado em que a barreira, que no discurso do mestre está entre \$ e *a*, desaparece. O lugar da verdade não está mais protegido e os quatro vértices se alimentam uns aos outros suprimindo a hiância e a disjunção entre o lugar da produção e o da verdade.

O discurso capitalista apaga o efeito de impossibilidade e promove um empuxo ao consumo, ao gozo. Os objetos são oferecidos ao sujeito como meio de recuperação da satisfação pulsional. São os chamados gadgets – “... objeto engenhoso, divertido e sem utilidade...” (SANTIAGO, 2001, p. 219). A ciência não se limita a fabricá-los, mas encontra uma forma de ligá-los ao sujeito, um meio de manter o desejo deste último aderido a tais objetos, fazendo-o acreditar que o objeto lhe é acessível. Esse discurso, ao anular o sujeito do inconsciente, destitui toda pergunta sobre a causa do desejo.

Como já salientamos, os adolescentes são sensíveis aos novos imperativos ordenadores da cultura, que impulsionam ao consumo, aos excessos e às satisfações excluídas do circuito da fala. Não é à toa que os jovens hoje, diante do afrouxamento dos laços familiares e da crise dos ideais, mostram-se sem referência, desamparados, sem sentido para sua vida e sem projetos para o futuro. À caça do objeto mais-de-gozar, que tamponaria a falta e o confronto com a castração.

Como vimos no início desse capítulo ao tratarmos das articulações teóricas apresentadas por Lacan (1962-63) no Seminário 10, o encontro com o desejo do Outro, deparar com a sua falta, provoca angústia. A angústia é o sinal desse encontro, é o confronto com a ausência de relação sexual. O sujeito neurótico estabelece uma relação com a falta de objeto através da construção da fantasia. Essa fantasia de que o neurótico se serve, o defende da angústia e vela a falta. A angústia sinaliza um encontro com o real que pode desencadear sintomas e inibições, mas também, passagem ao ato e *acting out*. Retomaremos essa questão no próximo capítulo.

Como assinalamos, no Seminário 10 Lacan introduz um giro na concepção da castração pelo viés da angústia. A angústia de castração não é mais referida à ameaça do Outro paterno, mas ao fato biológico, anatômico, orgânico, da detumescência na cópula. Lacan faz da detumescência do órgão, de sua carência, do apagamento da função fálica no ato sexual ‘o principio da angústia de castração’ (MILLER, 2005, p. 34). Para entrar na dialética fálica, o menino tem que se deparar com o fato de que não tem aquilo que tem. Como assinala Lacan, (1963, p. 211), para o homem, “deixar que se veja o seu desejo pela mulher, evidentemente, às vezes é angustiante”, pois, deixar que se veja o seu desejo é deixar ver o que não existe.

Assim, o falo, ali onde é esperado como sexual, só aparece como falta, e é essa a sua ligação com a angústia. O encontro entre o homem e a mulher, é um encontro sempre faltoso e desvela o falo na posição de $-\phi$.

Como veremos no capítulo onde será apresentado a articulação de alguns fragmentos clínicos, o que se evidenciou na fala dos adolescentes foi a busca no mundo do crime, do dinheiro, da fama e das mulheres, muitas mulheres, quantas eles quisessem. Essa fantasia de ter todas as mulheres seria a evidência de não extração do objeto *a*. É ao ter que elege uma mulher como causa de seu desejo que o jovem se embarça. É, aí, que ele se depara com a angústia de castração.

A hipótese que tentamos demonstrar é que diante da fragmentação dos laços familiares e da ausência de um Outro paterno que se faça representar simbolicamente de modo claro e consistente, na adolescência o sujeito não consegue servir-se do Nome-do-pai para regular suas pulsões e seus laços sociais de acordo com o principio do prazer, criando um impasse na subjetivação da sua posição sexuada. (COELHO DOS SANTOS, T. e ZUCCHI, M.A., 2008)

Em outras palavras, quando um adolescente não encontra um pai para responder às questões: o que uma mulher quer de um homem? Como um homem escolhe uma mulher? Ele se embarça. Sem ter o apoio na relação particular de um homem por uma mulher, para quem entre, aí, a castração - ser o falo para aquela mulher e ser o objeto *a* para aquele homem - eles constroem a fantasia de que o que elas querem é um homem todo poderoso, um homem que pode tudo. O único homem capaz de responder, imaginariamente, a isso é o bandido, o traficante, àquele que porta a arma, não tem medo, tem dinheiro e poder. “Isso é ser homem” - afirma um adolescente.

Por outro lado, a “ascensão do objeto *a* ao zênite na civilização contemporânea” promove o objeto da pulsão no lugar do significante do ideal, de modo que, esses jovens

servem-se de algumas práticas de gozo, oferecidas pela cultura - a droga, o objeto *a* ser consumido a qualquer preço - o que encobre o verdadeiro conflito entre o desejo e o eu e evita elaborar uma resposta sintomática, subjetiva, singular. O que surge é o ato infracional.

Antes de avançarmos na teoria da sexuação é importante fazermos uma articulação sobre o Nome-do-Pai na teoria lacaniana para esclarecermos o que muda na continuação do ensino do Lacan.

5. Afinal, o que é um pai⁹?

Vamos partir dessa pergunta formulada por Lacan (1971) no Seminário 18:

Que é um pai? Freud não hesita em articular que ele é o nome que implica essencialmente a lei. É dessa maneira, que Freud se exprime. (LACAN, 1971, p. 161)

A partir do Seminário 17, na passagem que faz do mito à estrutura, Lacan retoma o mito de Édipo e o mito de “Totem e Tabu”, desse pai da horda primitiva que goza de todas as mulheres, para mostrar por onde a castração poderia ser tomada por uma abordagem lógica.

Na única aula do seminário “Introdução aos Nomes-do-Pai”, Lacan (1963a) afirma:

O pai primordial é o pai anterior ao interdito do incesto, anterior ao surgimento da Lei, da ordem das estruturas da aliança e do parentesco, em suma, anterior ao surgimento da cultura. Eis por que Freud faz dele o chefe da horda, cuja satisfação, de acordo com o mito animal, é irrefreável. (LACAN, 1963a, p. 73)

No mito de Édipo é no assassinato do pai que está a chave do gozo. O assassinato do pai é a condição do gozo. Como assinala Tendlarz (2005), no mito de Édipo a lei precede o gozo. A lei interdita gozar do objeto supremo identificado à mãe. Édipo infringe a lei e goza da mãe, após assassinar o pai. É a partir da morte do pai que se edifica a interdição desse gozo como primária.

No mito de “Totem e Tabu”, ao contrário, o que vem antes é o gozo e depois a lei. Primeiro surge este pai que goza de todas as mulheres e é seu assassinato que funda a lei. Lacan (1969-70, p. 116) reconhece aí, para além do mito de Édipo, um operador estrutural,

⁹ Sobre esse assunto remeto o leitor à Tese de Doutorado de Rosa Guedes Lopes, “Sobre o desejo do analista e o discurso da ciência”, orientada pela Profa. Tânia Coelho dos Santos e defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ. A autora faz uma cuidadosa revisão do conceito de Nome-do-Pai na teoria lacaniana.

aquele chamado de pai real. Na estrutura, primeiro está este gozo autístico – o sujeito goza de seu corpo – gozo este, que é de certa forma, limitado pela inclusão do sujeito na linguagem. (TENDLARZ, 2005)

O supereu se origina desse Pai original de “Totem e Tabu” mais do que mítico, nesse apelo como tal ao gozo puro, isto é, a não castração. Com efeito, o que diz esse pai no declínio do Édipo? Ele diz o que o supereu diz. O que o supereu diz é: Goza!

É essa a ordem impossível de satisfazer, e que está, como tal, na origem de tudo o que se elabora sob o termo “consciência moral”, por mais paradoxal que isso lhes possa aparecer. Retomaremos essa questão no capítulo V, quando tratarmos da relação entre o supereu, a culpa, a responsabilidade e o gozo.

Como vimos, à medida que o ensino do Lacan avança sobre a teorização sobre o real, há uma mudança em relação ao Complexo de Édipo e à castração.

No início de seu ensino, Lacan apresenta o pai como um pai simbólico e aos poucos vai criando o conceito de Nome-do-Pai. A ação do Nome-do-Pai sobre o desejo da mãe produz a significação fálica e faz com que a criança entre na neurose. Mas se o Nome-do-Pai não se inscreve e o desejo da mãe não é barrado, a criança irá se incluir na estrutura da psicose. No sujeito psicótico, em que o Nome-do-Pai está foracluído, não há significação fálica.

Essa é a vertente relativa à formalização do complexo de Édipo, que Lacan desenvolve no Seminário 5 (1957-58) e no Escrito “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-58), onde ele apresenta a fórmula da metáfora paterna.

No final do seminário 10, Lacan (1962-63) faz um deslocamento do Édipo para o objeto *a*. Esvazia a dimensão imaginária da castração e do Édipo, e, em sua única aula do seminário dos Nomes-do-pai, introduz a dimensão do para além do Édipo. Ele pluraliza os Nomes-do-Pai.

Na segunda parte de seu ensino o que vai ganhando cada vez mais consistência é a falta do pai, que é consecutiva ao significante da falta no Outro $S(\mathcal{A})$. A pluralização dos Nomes-do-pai se inscreve em um Outro inconsistente, que não tem todos os significantes, no qual se inscreve uma falta. (TENDLARZ, 2005)

Lacan passa da proibição ao impossível. Como veremos no capítulo V, a perspectiva da falta do pai, que Lacan introduz, incide sobre o modo de compreender a renúncia pulsional e o seu retorno sob o imperativo categórico do supereu.

Acompanhamos no percurso realizado até aqui como, no Seminário 17, Lacan (1969-70) faz a passagem dos mitos freudianos sobre o pai à estrutura da linguagem. Lacan

aponta que o operador estrutural da constituição subjetiva é a castração, e não o Édipo. O pai só opera secundariamente, como metáfora. (LACAN, 1969-70, p. 105) Sob o modo da nomeação, ele oferece um sentido sexual à castração estrutural experimentada pela via da linguagem. Não há acesso à posição sexuada senão pela via do significante em sua função de nomeação, de extração de mais-de-gozar a partir de uma perda inevitável. Não há sexuação fora da linguagem.

A função paterna é efeito – e não causa - da castração instaurada pela linguagem. Lacan apontará cada vez mais para o fato de que para além do pai encontramos um homem e que, para além do sujeito, encontramos o ser falante, sexuado como homem ou mulher. (LOPES, p. 146)

No Seminário RSI, Lacan (1974-75, inédito) acentua que o pai não pode transmitir a castração a não ser submetendo-se a ela: “a *père-version* é a única garantia da função paterna” (Ibid., aula de 21/01/75). Um homem voltado para uma mulher, indicando o limite de gozo.

O modo particular pelo qual o pai faz sua escolha amorosa, sua escolha sexual “ao tomar uma mulher como causa do seu desejo” (Ibidem), indica a presença de um pai desejante, submetido à castração. Como salienta Coelho dos Santos (Inédito b), o pai n’homeia, isto é, confere peso sexual às palavras, possibilitando a assunção de uma posição viril no âmbito de uma estruturação já efetuada pela Metáfora Paterna.

A função fálica é universal, mas tal função precisa estar encarnada em um pai vivo, num pai que goza. Um homem que, para tornar-se pai, precisa como afirma Lacan, colocar uma mulher no lugar de objeto *a*, causa de seu desejo. Já não se trata de um pai morto, mas sim de um pai vivo, que inclui o gozo. É este pai real que funda o universal: todos os irmãos estão submetidos à castração.

No Seminário 23, Lacan (1975-76) dirá que o pai é um *sinthoma*, um enodamento do real do imaginário e do simbólico. O pai não está nem no laço imaginário, nem no laço real, nem no laço simbólico: ele é o quarto laço que enoda esses três registros. Essas últimas elaborações, que se serviram do nó borromeano, partem da consideração do gozo vivo como real.

O meu interesse nessa tese, não é trabalhar o Seminário 23, vou me deter no Seminário 20, quando Lacan apresenta as fórmulas da sexuação. Contudo, é importante salientar, como afirma Soller (2005, p. 180), que a noção de função paterna que Lacan apresenta nos seus seminários a partir dos anos 70, tem como efeito nodular os sexos entre si

- o par homem-mulher, e as gerações entre si - o par pais-filhos, ainda que a civilização contemporânea trabalhe no sentido de apagar essas diferenças.

6. A relação sexual, impossível de escrever

Um homem, isto não é outra coisa senão um significante. Um homem procura uma mulher - isto vai lhes parecer curioso - a título do que se situa pelo discurso, pois, se o que aqui coloco é verdadeiro, isto é, que a mulher é não toda, há sempre alguma coisa nela que escapa ao discurso. (LACAN, 1972-73, p. 46)

O termo “sexuação”, proposto por Lacan e cujas fórmulas lógicas ele apresenta no seu escrito “O aturdito” (1972), identifica o homem e a mulher por sua modalidade de gozo. Essas fórmulas da sexuação atestam que, em se tratando de homens e mulheres, de corpos sexuados, por habitarem na ordem da linguagem o que há é o impossível de escrever a relação sexual. O homem, fundado a partir da grande lei da castração, só lhe resta, em matéria de gozo, o gozo fálico, limitado e descontínuo como o próprio significante.

A diferença entre os sexos, Lacan reformula pela oposição de duas lógicas - a do todo-fálico nos homens e do não-todo fálico nas mulheres - e de dois tipos de gozo, um fálico e outro chamado de suplementar.

O homem está inteiramente submetido à função fálica. É ela que “lhes serve para se situarem como homens, e abordar as mulheres.” (LACAN, 1972-73, p. 97). A castração é o seu destino, assim como o gozo fálico, ao qual ele tem acesso por meio da fantasia.

A mulher, ao contrário, não está toda submetida ao regime do gozo fálico. A ela cabe um outro gozo, suplementar, sem o suporte de nenhum objeto ou semblante.

No Seminário 20, Lacan (1972-73, p. 105) reúne suas elaborações sobre esse assunto em um quadro conhecido sob o nome de “fórmulas quânticas da sexuação”:

| Homem | Mulher |
|---|---|
| $\exists x \overline{\Phi x}$ $\forall x \Phi x$ | $\overline{\exists x} \overline{\Phi x}$ $\overline{\forall x} \Phi x$ |
| S Φ | $S(A)$ $Lá$ |

Quem quer que seja o ser falante se inscreve de um lado ou de outro do quadro. Em cada uma dessas colunas se inscreve uma série de escrituras que se referem a uma única função: a função Φx . Tudo que tem a ver com a sexualidade provém da função do falo (Φ) de qualquer lado que se situe.

Assim, a inscrição do sujeito em uma posição sexuada implica necessariamente a função fálica, contudo, não é a lei fálica que determina a diferença entre os sexos, mas a posição do sujeito frente a ela. (ANDRÉ, 1991, p. 219)

As fórmulas que Lacan apresenta comportam dois quantificadores:

- Os quantificadores existenciais: $\exists x$ e $\overline{\exists x}$, que se lêem, respectivamente, “existe um” e “não existe um”.
- Os quantificadores universais: $\forall x$ e $\overline{\forall x}$, que se lêem, respectivamente, “para todo x” e “para não-todo x”.
- O pequeno x designa o sujeito.

Assim, o lado masculino, na parte superior esquerda do quadro, se vê definido por duas fórmulas:

$\exists x \overline{\Phi x}$: Existe um sujeito para quem a função Φx não funciona. Existe um homem que se inscreve contra a castração.

$\forall x \Phi x$: Para todo sujeito a função Φx funciona. Todo homem está submetido à castração.

Existe um x que não está submetido à castração: o pai da horda que goza de todas as mulheres. Esta exceção funda o universal: todos os sujeitos estão submetidos à castração: todos os irmãos estão sujeitos à castração.

Do lado da posição feminina, na parte superior direito do quadro, se vê igualmente duas fórmulas:

$\overline{\exists x} \overline{\Phi x}$: não existe sujeito para quem a função Φx não funcione. Não há mulher que não esteja submetida à castração.

$\overline{\forall x} \Phi x$: para ‘não-todo’ sujeito é verdadeiro que a função Φ funcione. A mulher é ‘não-toda’ submetida à castração.

O fundante para as mulheres não é o universal nem a exceção, mas a inexistência de um sujeito que não tenha passado pela castração. A segunda fórmula explicita que, mesmo não se inscrevendo fora da castração, só se assujeita parcialmente a ela.

Há para a mulher um ponto de indeterminação, que resulta da ausência do significante do sexual. Por isso, Lacan (1972-73, p. 98) afirma que não há *A* mulher, artigo definido para designar o universal. O ‘não-todo’ permite falar da mulher uma a uma, mas não do universal da mulher. Daí a fórmula “a mulher não existe” (\bar{A}) . Esse (\bar{A}) tem relação com o significante do Outro barrado, $S(\bar{A})$. Com esse $S(\bar{A})$, Lacan designa o gozo da mulher.

Esse termo ‘grande Outro’, que até então designava o tesouro dos significantes, no Seminário 20 (1972-73) designa ‘o Outro sexo’: “O Outro, na minha linguagem, só pode ser, portanto o Outro sexo.” (Ibid., p. 54)

Do lado feminino, embora a linguagem permita a inscrição significativa do corpo, não dá conta da sexualidade da mulher. O gozo fálico não faz limite ao gozo feminino, uma vez que falta um significante que especifique ‘A Mulher’. O gozo feminino comporta um indizível que não se inscreve em termos significantes.

Não é porque ela é não-toda na função fálica que ela deixe de estar nela de todo. Ela não está lá não de todo. Ela está lá à toda. Mas há algo a mais. (LACAN, 1972-73, p. 100)

A mulher pode, assim, experimentar tanto o gozo fálico, inscrito no registro simbólico, quanto um outro tipo de gozo, o ‘gozo suplementar’, para além do falo. Um gozo sem limites, infinito, fora da linguagem, impossível de se dizer. Lacan evocou o que chamou de suas “manifestações”, como o êxtase dos místicos.

Em relação à estrutura do desejo feminino, a análise lacaniana da posição feminina na sexuação aponta para a divisão da mulher perante o sexual. Frente à castração, a mulher se dirige tanto para o falo Φ , quanto para $S(\bar{A})$, o significante da falta no Outro. (LACAN, 1972-73, p. 105-120)

A parte inferior das fórmulas da sexuação explicita essa operação. Do lado do homem, Lacan inscreve o $\$$ e o Φ . Do lado da mulher, $S(\bar{A})$, a e (\bar{A}) .

Vendo-se dividido ($\$$) o homem se dirige à mulher elevando-a à condição de objeto a causa do desejo. É na posição de objeto a , um dos termos que figura no fantasma do homem ($\$ \diamond a$), que a mulher responde à contingência do encontro no amor, em suplência à relação sexual que não existe.

[...] esse \$ só tem a ver, enquanto parceiro, com o objeto *a* inscrito do outro lado da barra. Só lhe é dado atingir seu parceiro sexual, que é o Outro, por intermédio disto, de ele ser a causa de seu desejo. (LACAN, 1972-73, p. 108)

O homem dirige seu desejo para uma mulher acreditando que o falo perdido pode ser recuperado no corpo feminino. É nessa via que a mulher encarna a função de objeto *a* para o desejo masculino. Contudo, no jogo dos semblantes, o homem finge ter o que ele não tem e que, na verdade, deseja. Por esse motivo, encarna o ideal masculino do herói. A demanda masculina comporta a identificação com a posição viril do herói, porém, como potência desde sempre perdida.

Na relação dos desejos sexuados, a falta fálica da mulher vê-se convertida no benefício de ser o falo, isto é, aquilo que falta ao Outro. Esse “ser o falo” designa a mulher como aquela que, na relação sexuada, é convocada ao lugar do objeto. É desse lugar de objeto que a mulher pode ter acesso ao que é da ordem do desejo, uma vez que é por essa via que a castração se coloca para ela. A mulher, então, se coloca como (\mathcal{A}) e se divide entre o direcionamento para o homem como portador do falo e o direcionamento para $\mathcal{S}(\mathcal{A})$, o significante da falta no Outro.

Como vimos, o que está em jogo no desejo feminino é a castração do Outro como condição de seu desejo, pois é como castrado que o homem a eleva à condição de seu desejo. Em seu encontro com o homem, é o significante falo que ela busca.

Segundo Lacan (1972-73, p. 49), para esse gozo que a mulher é não-toda, quer dizer, que a faz em algum lugar ausente como sujeito, ela encontrará, como rolha, esse *a* que será seu filho. A maternidade se apresenta para a mulher como uma vicissitude da sexualidade feminina, da relação da mulher com a falta fálica ($-\phi$). O filho fica, então, nesse lugar do falo, que vem preenchê-la. Não entraremos no mérito dessa questão, já que não se trata aqui de abordarmos a sexuação feminina, mas poderíamos nos indagar se a gravidez na adolescência não seria uma forma da menina-adolescente lidar com esse real do sexo que irrompe nesse momento da puberdade.

Lacan aponta, assim, no decorrer da sua obra, a impossibilidade de escrever a relação entre os sexos. Para a psicanálise, a relação entre os sexos não se baseia no ideal de complementaridade. O encontro entre um homem e uma mulher não se baseia na realização genital, mas na falta apontada pela ausência do falo.

O que o real do sexo vai trazer é essa discordância fundamental entre os sexos. Esse mal-estar decorrente da impossibilidade da relação entre os sexos é estruturante, e isso aparece de uma maneira dramática para o adolescente. (LACAN, 1965, p. 131-133)

É na adolescência, com o retorno e a ressignificação do complexo de Édipo, que se consolidará a posição sexual do sujeito. Lacan (1962-63, p. 282) estabelece um vínculo entre a maturação do objeto *a* e a puberdade. E, como vimos isso se coloca de maneira distinta para homens e mulheres. Embora a função fálica esteja em jogo para ambos os sexos, a constituição do objeto *a*, não se dá da mesma maneira no homem e na mulher.

Assim, em um primeiro momento, o que está em jogo é o modo como o sujeito assume uma posição sexuada - a inscrição dos significantes 'homem' ou 'mulher' - e, em um segundo momento, a assunção das insígnias da virilidade e da feminilidade.

Como afirma Lacan (1972-73) ao analisar a função fálica: "Todo mundo sabe que há mulheres fálicas, e que a função fálica não impede os homens de serem homossexuais." (Ibid., p. 97)

Ser mulher não impede o sujeito de se posicionar de modo fálico e, por outro lado, inscrever-se como homem do lado masculino da fórmula, não garante a posição de virilidade.

O que está em jogo na lógica masculina da sexuação é o falo como objeto perdido que se visa recuperar. Vimos, aí, a importância da transmissão paterna do semblante fálico. É o pai, como exceção que funda a regra, que desvela para o sujeito a impossibilidade de ter o falo, de outro modo que não seja pela falta, ao mesmo tempo em que instaura a possibilidade de se utilizar das insígnias fálicas como semblante. Se o pai falha ao transmitir a dimensão do semblante, no qual o falo se inscreve, o sujeito fica preso na crença de que é possível ter o falo de outro modo que não seja por sua ausência. A hipótese que desenvolvemos nesta pesquisa é que, nesses casos, é pela via da transgressão, que se coloca para esses sujeitos a possibilidade de ter o falo, de se obter um gozo, mas um gozo não regulado pela castração.

Os jovens exibem os valores da sociedade da sua época. Percebemos, hoje, a dificuldade dos jovens de se localizarem no mundo, sem a sustentação dos ideais. Na medida em que a dimensão colocada pela impossibilidade da relação sexual é apagada, o sintoma neurótico se revela uma saída insuficiente para as dificuldades do sujeito diante do mal-estar do desejo.

O ato infracional aparece, então, como um modo de resposta aos impasses do sujeito frente à castração, onde o sujeito não responde ao que lhe retorna como um impossível através de significantes, sintomas, sonhos, mas sim por uma ação, levando-nos a indagar o valor desse ato para o sujeito.

Seguiremos discutindo no próximo capítulo como esse real, que se apresenta nesse tempo da adolescência, e retorna como ato, pode ser esclarecido pela psicanálise.

CAPITULO IV: A ADOLESCÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A SEXUALIDADE E A LEI

A noção de “adolescente” nem sempre existiu. Não havia no campo social qualquer fronteira que delimitasse a adolescência. Esse conceito é relativamente novo na história.

Como assinala Cottet (1996), os historiadores sublinham que foi no final do século XVIII e na esteira da Revolução Francesa, que o interesse se voltou para a criança e para o adolescente como distintos do adulto.

Mas foi, sobretudo, a partir do século XIX, que se produziu um discurso sobre a adolescência, como um período específico da vida do sujeito, e a tentativa de se construir os aspectos particulares do funcionamento psíquico desta faixa etária, bem como os métodos educativos para se lidar com as ‘tormentas da puberdade’. (Ibid., p. 09)

A adolescência não é um conceito para a psicanálise, pois o sujeito do inconsciente é atemporal. Não podemos nos deter em um relativismo sociológico ou discursivo, se levarmos em conta a ênfase de Freud sobre a emergência do real do sexo nesse momento, que ele chama de puberdade e que não pode ser reduzido a uma mera subida hormonal. (Ibid., p. 10) Momento de despertar para o mal-estar do desejo, para o desencontro entre o sujeito dividido, submetido à castração e a pulsão.

Pontuaremos, a seguir, alguns aspectos salientados por Freud e Lacan sobre esse tempo lógico da adolescência em sua relação com a sexualidade e a lei.

É importante ressaltar que Freud não fala em ‘adolescência’. Ele utiliza o termo ‘puberdade’ para descrever esse segundo tempo da sexualidade. Contudo, manteremos o termo ‘adolescência’, porque ele expressa bem esse momento de agitação pulsional que se opera no sujeito diante do encontro do real do sexo na puberdade.

1. Adolescência: Identificação, Sexuação e Escolha de objeto

O encontro do objeto é, na realidade, um reencontro dele. (FREUD, 1905, p. 229)

Freud (1905) dedica à terceira parte dos seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, as “transformações da puberdade”. Mostra que “com a chegada da puberdade, operam-se mudanças destinadas a dar à vida sexual infantil sua forma final normal” (FREUD, 1905, p. 213), o que implica encontrar o objeto sexual, a partir do que se inscreveu para o

sujeito no contexto de uma “organização sexual infantil”. Isso não se dá sem conflitos, pois além desse real do corpo, que se transforma com a puberdade, o sujeito se vê confrontado com a intensificação dos sentimentos edipianos; deve “desligar-se das autoridades dos pais” (FREUD, 1905, p. 324), tarefa que Freud considera a mais dolorosa relativa às metamorfoses da puberdade; e, para poder servir-se da significação fálica e encontrar, além do falo, o objeto, deverá responder à questão adiada da diferença sexual.

Segundo Freud é na puberdade, que o processo de encontrar um objeto, cuja preparação foi feita desde a primeira infância, se completa. A passagem do seio da mãe, como objeto fora do corpo do próprio infante, para o auto-erotismo, como prazer experimentado no próprio corpo, implica na perda desse objeto. Quando a criança produz uma idéia total da mãe, ela perde o seio como objeto parcial.

Há, portanto, bons motivos para que uma criança que suga o seio da mãe se tenha tornado o protótipo de toda a relação de amor. O encontro de um objeto é, na realidade, um reencontro dele. (FREUD, 1905, p. 229)

A escolha de objeto recebe sua direção das sugestões da infância - revividas na puberdade - da inclinação sexual da criança em relação aos pais e aos outros que cuidam dela. As fantasias sexuais da primeira infância se apóiam na relação com os pais.

Nos primeiros anos da primeira infância, a criança realiza uma intensa pesquisa, que culmina com a descoberta da sexualidade e com a construção de fantasias sobre a mesma. Segue-se, após isso, um período que Freud denominou de latência. Período em que tudo que fora objeto da curiosidade infantil ficará recalcado. É quando surgem os sentimentos de vergonha, as exigências dos ideais estéticos e morais.

No momento da maturação genital da puberdade, há uma retomada pelo sujeito dessa sexualidade. Mas esse reencontro sexual, esse *a posteriori*, não se dá sem percalços, sem traumas. Há, segundo Freud, efeitos traumáticos desse encontro da sexualidade durante a puberdade. Uma disjunção entre a corrente afetiva da primeira infância e a corrente sensual da puberdade.

Uma vida sexual normal só é assegurada pela exata convergência da corrente afetiva e da corrente sensual, ambas dirigidas para o objeto sexual e o objetivo sexual. (A primeira, a corrente afetiva compreende o que resta da eflorescência infantil da sexualidade). É como a conclusão de um túnel cavado através de uma montanha, a partir de ambos os lados. (FREUD, 1905, p. 213)

Na primeira infância há uma harmonia entre a corrente afetiva, que desde o início leva consigo contribuições das pulsões sexuais, e a corrente sensual. Os pais são colocados em um lugar privilegiado e tem todo carinho – do menino dirigido a mãe e da menina dirigido ao pai. A corrente afetiva e a corrente sensual vão poder se satisfazer com a mesma pessoa. Esse ideal vai ser reativado na adolescência. Mas os tempos mudaram. A sexualidade genital vai perturbar esse momento, que na infância era tão harmonioso. (FREUD, 1912, p. 164)

Algo de um mal estar se apresenta para o sujeito, porque ele não consegue mais reeditar dessa forma harmoniosa como era na infância entre a corrente afetiva e a corrente sensual, sobre o mesmo objeto, pois o interdito se impõe.

É absolutamente normal e inevitável que a criança faça dos pais o objeto da primeira escolha amorosa. Porém a libido não permanece fixa nesse primeiro objeto: posteriormente o tomará apenas como modelo, passando dele para pessoas estranhas, na ocasião da escolha definitiva. Desprender dos pais para a criança torna-se, portanto, uma obrigação inelutável, sob pena de graves ameaças para a função social do jovem. (FREUD, 1910a, p. 44)

Freud (1912), em seu texto “Tipos de desencadeamento da neurose”, situa na puberdade um aumento da “quantidade de libido em sua economia mental”, que perturba o equilíbrio e pode desencadear uma neurose, o que implica um trabalho psíquico para que a pulsão ganhe novos destinos (Ibid., p. 296). Para Freud, o impacto produzido no sujeito pelas mudanças corporais, e a organização psíquica, que vai surgir daí, tem um papel importante no desencadeamento da neurose, da perversão e da psicose.

Como vimos, entre o declínio da sexualidade infantil e o início da puberdade, há o período da latência. O período de latência coincide com o declínio do complexo de Édipo. Como Freud (1905) assinala, no período de latência, a produção de excitação sexual não é interrompida e produz uma reserva de energia que se utiliza para fins não sexuais. Essas energias são sublimadas. A sublimação permite que excitações excessivamente fortes, que surgem de determinadas fontes da sexualidade, encontrem uma saída e uso em outros campos. Esta é uma das origens das aspirações estéticas, morais e intelectuais.

Durante o período de latência, a produção de excitação sexual não é de forma alguma interrompida, pois continua e produz uma reserva de energia que se utiliza em grande parte para finalidades não sexuais - ou seja, por um lado, contribuir com os componentes sexuais para os sentimentos sociais e, por outro (através de repressão e formação reativa), construir as barreiras subseqüentemente desenvolvidas contra a sexualidade. Sob este ponto de vista, as forças destinadas a reter o instinto sexual em determinadas linhas são construídas na infância principalmente à custa de impulsos sexuais perversos e com o auxílio da educação. (FREUD, 1905, p. 239)

Segundo Freud (1905, p. 241), as influências externas da sedução são capazes de provocar interrupções no período de latência ou sua cessação. Qualquer atividade sexual prematura desta ordem diminui a educabilidade da criança.

Outra característica desse período é que vai haver uma dessexualização das relações de objeto e uma predominância da ternura. Criam-se as formações reativas como a vergonha, a repugnância e a moralidade (FREUD, 1908, p. 177). Há, ainda, a transformação do investimento libidinal, que é dirigido aos pais, em identificações. Se na infância os pais são tomados como objeto de amor, no período de latência eles vão ser tomados como objeto de identificação.

Os pais, ao serem tomados como modelo de identificação, são substituídos por outras pessoas que representam a autoridade. Em seu texto “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”, Freud (1914) faz algumas considerações sobre a importância do mestre como substituto do pai, traça o princípio de uma teoria da identificação e um esboço sobre o destino do pai na adolescência.

O pai é identificado como o perturbador máximo de nossa vida instintiva; torna-se um modelo não apenas a ser imitado, mas também a ser eliminado para que possamos tomar o seu lugar. Daí em diante, os impulsos afetuosos e hostis para com ele persistem lado a lado, muitas vezes, até o fim da vida, sem que nenhum deles seja capaz de anular o outro. (FREUD, 1914, p. 287)

Segundo Freud, dá-se uma mudança da relação do menino com o pai. É o momento em que o menino descobre que o pai não é “o mais poderoso, sábio e rico dos seres; fica insatisfeito com ele, aprende a criticá-lo, a avaliar o seu lugar na sociedade” (Ibid., p. 288), e é esse desapontamento que possibilita o desligamento do pai. Os ideais vacilam e os adolescentes vão à procura de novos ideais.

Tudo que há de admirável, e de indesejável na nova geração é determinado por esse desligamento do pai. (FREUD, 1914, p. 288)

Assim, ao mesmo tempo em que o pai todo-poderoso da infância diminui de importância, produz-se para o adolescente a idealização de outras figuras de autoridade, como o mestre. Contudo, como salienta Freda (1996) esse desligar-se do pai, põe em evidência a importância do pai, pois “sem pai não há desligamento”. (Ibid., p. 27)

Vimos, no capítulo anterior, como Freud (1913) atribui o mecanismo psíquico do recalque à função do pai. O pai como agente da castração, limita a satisfação e opera a

inclusão da Lei no desejo. A identificação ao pai mantém o sujeito na via do desejo afastando-o da atração pelo objeto incestuoso. Após o recalque do desejo edipiano, o sujeito sai provido de um Ideal do eu. O Ideal do eu desempenha uma função tipificadora do desejo, por estar ligado à assunção de um tipo sexual pelo sujeito e possibilitar uma modalidade de relação entre os sexos. A adolescência é o momento de subjetivação desse desejo.

As principais conseqüências do despertar fisiológico na puberdade são, nas palavras de Freud (1905, p. 241): a subordinação de todas as outras fontes de excitação sexual à primazia das zonas genitais; o encontro com o outro sexo, quando se dá a eleição do objeto sexual; o redespertar do Édipo, com a necessidade de separação dos pais; e a escolha de outras referências identificatórias do lado do social.

A puberdade é a última etapa da vida sexual infantil. É o momento onde a pulsão sexual se coloca a serviço da função reprodutiva, colocando à disposição do sujeito o ato sexual. Contudo, longe de tornar a relação sexual possível, suscita fantasias que o afastam dela, revelando aí um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a maturação torna possível a realização do ato sexual, faz com que o sujeito desperte para o impossível da relação sexual. O despertar das pulsões produz atração e temor diante do real de um gozo desconhecido que se manifesta à revelia do sujeito, mas também pelas fantasias incestuosas que suscita e gera culpa. Algo de um mal-estar se apresenta para o sujeito, porque ele não consegue mais reeditar a forma harmoniosa como era na infância.

Então, esse despertar da sexualidade faz com que o adolescente seja confrontado com um furo, que ele não consegue traduzir em palavras, porque a sexualidade humana não é da ordem do natural. Nascemos biologicamente homens ou mulheres, mas isso não é suficiente para que cada sujeito se localize quanto ao seu sexo. A sexualidade se constitui dentro da história de cada um. A estes enigmas cada um responderá de forma singular, com uma construção própria frente ao *non-sense* da morte e da diferença sexual, questões que se vê confrontado nesse momento.

1.1. O despertar do mal-estar sexual

Impossível do Bem-dizer sobre o sexo, é de estrutura, leia-se o mito de Édipo.
(LACAN, 1973, p. 530-531)

No Prefácio à peça de Wedekind, “O despertar da Primavera”, Lacan (1974) aborda esse momento dos meninos adolescentes fazerem amor com as moças, como o momento do despertar para o impossível da relação sexual.

É nesse momento da adolescência, momento de subjetivação do desejo, em que o rapaz satisfaz aos ideais de sua virilidade e a moça se instala na identificação, que o encontro fracassa (COTTET, 1996, p. 16).

Isso, que Freud demarca como sexualidade, faz furo no real. Real que irrompe de forma particular na adolescência e coloca o sujeito frente ao enigma que representa as mulheres, obrigando-o a se ressituar em relação à diferença sexual, à assunção de seu próprio sexo e em relação ao seu desejo.

Tornar-se homem ou mulher envolve uma nova amarração a partir do que se operou na estrutura, na passagem pelo complexo de Édipo e pelo complexo de castração e que serão ressignificados nesse momento. Como Freud (1912) salientou, o impacto produzido no sujeito pelas mudanças corporais e a organização psíquica, que vai surgir daí, tem um papel fundamental no desencadeamento da neurose, da perversão e da psicose.

Os conflitos, nesse momento, são vividos intensamente, porque o sujeito não dispõe de nenhuma resposta pronta frente à confusão pulsional que se opera. Frente ao que modifica no seu corpo e ao encontro com o Outro sexo. Esse real suscita, no entanto, o despertar de fantasias e de sonhos. Lacan (1974, p. 557) comenta no prefácio que faz à peça ‘O despertar da primavera’, que para fazer amor com as moças, é preciso que os rapazes tenham sonhado com isso.

Freud estabelece uma ligação entre a produção fantasmática e a atividade masturbatória da primeira infância. A fantasia é a resposta do sujeito frente à irrupção de um gozo correlativo à diferença entre os sexos. Tentativa de fazer suplência à relação sexual que não existe. O sujeito não consegue dar uma resposta com os significantes, pois não há inscrição do significante da Mulher no inconsciente.

Como assinalamos no capítulo anterior, seguindo Lacan (1962-63), o sujeito estabelece uma relação com a falta de objeto através da construção da fantasia ($\$ \diamond a$). Este objeto, presente na fantasia como objeto posição, faz parte da estratégia do sujeito neurótico para evitar a castração.

Essa fantasia de que o neurótico se serve, o defende da angústia e vela a falta. A angústia sinaliza um encontro com o real que pode desencadear sintomas e inibições, mas também, passagem ao ato e *acting out*.

No sintoma, o encontro com o objeto, que provoca angústia, é metaforizado através da fantasia, que articula a presença do objeto em conjunção e disjunção com o significante.

Em um pequeno texto intitulado “Meus pontos de vista sobre o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses”, Freud (1906 [1905]) salientou a importância das fantasias produzidas durante os anos da puberdade na formação dos sintomas.

[...] entre os sintomas e as impressões infantis, acham-se inseridas as fantasias (ou lembranças imaginárias) do paciente, geralmente produzidas durante os anos da puberdade, e que, por um lado, eram criadas a partir de recordações da infância e, por outro lado, eram transformadas diretamente em sintomas. (FREUD, 1906 [1905], p. 286)

A neurose eclode da intromissão positiva de um gozo auto-erótico, ligado a masturbação infantil. O encontro com a diferença entre os sexos precipita a criança no desejo de saber. O sujeito surge como desejo de saber, no ponto onde a curiosidade sexual o confronta com a falta de falo no corpo da mulher e constitui uma manobra para evitar o encontro com a castração.

“O desejo de saber se designa como essencial para a posição do sujeito”, afirma Lacan (1968-69, p. 312) no Seminário 16, “De um Outro ao outro”. Nesse Seminário, Lacan (1968-69) desloca o eixo da constituição subjetiva da verdade do complexo edipiano, para o real traumático do complexo de castração.

O ponto essencial da descoberta psicanalítica é o passo decisivo dado por Freud ao revelar a relação entre a curiosidade sexual e toda a ordem do saber, isto é, a junção entre o *a*, por um lado, ou seja, aquilo em que o sujeito pode encontrar sua essência real como falta-de-gozo e mais nada, seja qual for o representante pelo qual ele tenha que se designar em seguida, e, por outro lado, o campo do Outro, na medida em que nele se ordena o saber, tendo no horizonte o campo, proibido por natureza, do gozo, com o qual o gozo sexual introduz um mínimo de relações diplomáticas, que direi serem muito difíceis de sustentar. (LACAN, 1968-69, p. 312)

Lacan exemplifica com o caso do pequeno Hans, mostrando o que acontece quando o “jovem sujeito” precisa responder aos “efeitos que se produzem pela intromissão da função sexual em seu campo subjetivo”. (Ibidem)

O pequeno Hans, a partir dos quatro anos e meio, faz uma fobia. Vejamos como a precipitação da angústia provoca a eclosão da doença neurótica, expressa pelo sintoma fóbico, para debatermos o porquê no mundo contemporâneo o sintoma neurótico se revela uma saída

insuficiente para as dificuldades do sujeito diante do mal-estar do desejo. Por que no lugar do sintoma surge o ato infracional?

1.2. O caso do pequeno Hans: Do engodo fálico ao pênis que agita.

Pode-se concluir daí que a solução da fobia está ligada à constelação dessa tríade: orgia imaginária, intervenção do pai real, castração simbólica. (LACAN, 1968-69, p. 235)

Hans era objeto de uma grande atenção do pai e, também, objeto dos cuidados mais ternos da mãe. Tudo lhe era permitido, inclusive dormir no leito conjugal, apesar das reservas expressas do pai e marido, que não eram levadas em consideração pela mãe e esposa. Nessa posição de falo, a criança era o objeto de desejo da mãe. Era para a mãe tudo o que ela queria.

Em intensa atividade auto-erótica, Hans começou a demonstrar um grande interesse pelo seu “faz-pipi”. Passou, então, a fazer uma investigação sobre presença ou a ausência de um “pipi” em objetos animados e inanimados e principalmente sobre a presença deste na mãe.

Hans estava engajado em uma relação, onde o falo começou a desempenhar um papel evidente em suas fantasias. Ao mesmo tempo, seu pênis começou a se agitar e Hans começou a se masturbar. Eis que se precipita a angústia. É o que vem perturbar essa relação harmoniosa com a mãe.

Lacan esclarece:

O que é que muda, quando nada de crítico acontece na vida do pequeno Hans? O que muda, é que o seu próprio pênis começa a tornar-se alguma coisa completamente real. Seu pênis começa a agitar, e a criança começa a se masturbar. O elemento importante não é tanto que a mãe intervenha neste momento, mas que o pênis se tenha tornado real. Este é o fato concreto da observação. A partir daí, devemos nos perguntar se não existe uma relação entre este fato e o que aparece então, isto é, a angústia. (LACAN, 1956-57, p. 231)

A partir do momento em que intervém sua pulsão, seu pênis real como lugar de gozo, aparece, também, a positivação do sujeito enquanto dependência do desejo do Outro, sua tentativa de se localizar diante do desejo da mãe. Ele tenta encontrar uma resposta ao enigma do desejo materno, já que não consegue metaforizar o amor da mãe pelo pai. Hans se

vê confrontado, portanto, com o desejo devorador da mãe, vira presa das significações do Outro.

Segundo Lacan (1956-57), o aparecimento, imaginário para o sujeito, da figura devoradora da mãe, como encarnação do desejo do Outro, constitui o ponto de partida para a eclosão da fobia do pequeno Hans. Como o campo da angústia não é sem objeto, a função da fobia é substituir o objeto da angústia por um significante que causa medo, porque, frente ao enigma da angústia, a relação de perigo assinalada é tranqüilizadora.

O que apaziguaria esse jogo imaginário do engodo fálico entre mãe e filho, que Lacan (1956-57, p. 232) chama de “orgia imaginária”, seria a reinscrição de seus excessos, na ordem simbólica, por meio do complexo de castração. A intervenção do pai real, que introduziria a ordem simbólica, a lei.

[...] apesar de todo o amor do pai, toda a sua gentileza, toda a sua inteligência graças à qual temos a observação, não existe pai real. (LACAN, 1956-57, p. 216)

Foi na medida em que interveio o pai real, por via do pai simbólico, que era Freud, que a fobia alcançou uma *cura satisfatória*. (Ibid., p. 235, grifos no original) Com a fantasia do bombeiro, Hans exprime de maneira clara a castração, sob a forma de uma história articulada:

O bombeiro veio; e primeiro ele retirou o meu traseiro com um par de pinças, e depois me deu outro, e depois fez o mesmo com o meu pipi. (FREUD, 1909, p. 105 - grifos no original)

Concluindo, deixe-me acrescentar estas palavras. Com a última fantasia de Hans, a ansiedade que foi provocada pelo seu complexo de castração também foi superada, e suas dolorosas expectativas receberam uma transformação mais feliz. Sim, o doutor (o bombeiro) *veio*, ele de fato *levou* seu pênis - mas apenas para dar-lhe um maior em troca. (IBID, p. 107 - grifos no original)

O que Lacan nos mostra através desse caso é o embaraço do pequeno Hans no momento em que o gozo fálico vem se associar ao corpo. É no momento em que seu ‘faz-pipi’ se agita que a angústia se precipita.

Como salienta Lacan no Seminário 20 (1972-73, p. 15), o que o discurso analítico demonstra é que tudo gira em torno do gozo fálico. O gozo enquanto sexual é fálico, isto é, não se relaciona ao Outro como tal.

[...] o gozo fálico é o obstáculo pelo qual o homem não chega, eu diria, a gozar do corpo da mulher, precisamente porque o que ele goza é do gozo do órgão. (LACAN, 1972-73, p. 15)

Vimos que a acomodação do sujeito com o gozo fálico advém de uma relação possível entre o desejo da mãe e o lugar ocupado pelo Nome-do-Pai. O pai, como agente da castração, limita a satisfação, opera a inclusão da Lei no desejo. A identificação às insígnias do pai possibilita um assujeitamento à lei, a uma lei internalizada pela via do ideal do eu.

A adolescência é o momento em que o sujeito se vê confrontado com a possibilidade do encontro com o Outro sexo. As circunstâncias em que acontece esse encontro com o parceiro sexual presentificam o modo como, nesse segundo tempo, a castração foi simbolizada e validada, que no caso do homem se coloca pelo uso que se pôde fazer da função fálica.

Seguindo os estudos realizados por Santiago (2001) sobre a toxicomania, podemos afirmar que o uso de drogas na adolescência, o envolvimento em atos infracionais, o uso abusivo de álcool, as situações de risco em que o jovem, muitas vezes, se coloca sem pensar, evidenciam as vacilações e o embaraço que o sujeito experimenta em tomar posse do atributo fálico.

O discurso contemporâneo fez vacilar os semblantes que davam sustentação às diferenças sexuais. Como assinala Miller (2004), a montagem “Nome-do-Pai e significante fálico”, que temperava desejo e gozo, atravessa uma dura prova em todos os níveis da civilização. Essa decadência é acompanhada da ascensão do objeto *a* ao zênite do social. O gozo não encontrando mais sua regulação pelo recurso da identificação ao pai, ao Direito e às tradições, marca a entrada numa nova era, no qual “a perseguição ao gozo é uma idéia nova em política”. (Ibid., p. 18) A civilização assiste à manifestação de violência generalizada.

Já falamos da importância da família e da escola na socialização do sujeito e o quanto a configuração familiar dos jovens envolvidos nos atos infracionais, que dão entrada no sistema socioeducativo, é marcada pelo enfraquecimento, ou mesmo pela anulação, da função orientadora que se espera de um pai frente ao gozo e ao desejo: É o pai que não reconhece a paternidade do seu filho, é o pai envolvido com drogas ou com o crime, ou mesmo, àqueles que se tornaram pais muito jovens, sem estarem preparados para assumirem essa função. (LAIA, 2007)

Quando o Outro, com suas insígnias, não existe para orientar os rumos da vida, o sujeito fica a mercê de um desvario do gozo, em ruptura com Outro da linguagem. A queda dos ideais precipita o sujeito numa desordem tal, que o que aparece é um gozo não regulado pela castração e que retorna em ato. Lacan (1962-63) nos mostra, que a verdade em jogo no *acting out* não se liga à substituição significativa, porque não conta com a estrutura metafórica. Ela se torna, então, “objeto à deriva, uma verdade sem amarração”.

Miller (2004, p. 11) ressalta, ainda, que o supereu freudiano produziu o interdito, o dever, a culpabilidade, termos que “fazem existir o Outro. São semblantes do Outro. Eles supõem o Outro”. Ao contrário, a inexistência do Outro no mundo contemporâneo, na medida em que faz o sujeito sair à caça do mais-de-gozar, produz um supereu tirano, que nos obriga imperativamente a gozar. Como Lacan (1972-73) ressaltou no Seminário 20, “Mais, ainda”, o que o supereu diz é Goze! Esse, segundo Miller, é o supereu da nossa civilização.

Antes de nos determos na questão do supereu, tal como articulado por Lacan, vamos retomar o seminário 10, no que diz respeito às estruturas do *acting out* e da passagem ao ato.

2. A estrutura do *acting out* e da passagem ao ato.

No Seminário “A Angústia”, Lacan (1962-63) introduz o conceito de objeto *a* e, considera o *acting out* e a passagem ao ato, como uma forma de resposta diante do encontro com um objeto.

Como vimos, Lacan parte do texto de Freud (1926) “Inibição, sintoma e angústia”. Para Freud, “toda a angústia é angústia de castração”. Em contrapartida, Lacan (1962-63) vai mostrar, que não é a angústia de castração em si que constitui o impasse do sujeito neurótico como pensava Freud, mas fazer de sua castração aquilo que falta ao Outro.

Aquilo diante de que o neurótico recua não é a castração, é fazer de sua castração aquilo que falta ao Outro. (LACAN, 1962-63, p. 56)

Em “Inibição, sintoma e angústia”, Freud (1926) nos diz que a angústia é a reação frente à perda de um objeto. E enumera: perda do nascimento, perda da mãe, perda do pênis, perda do amor do objeto, perda do amor do supereu. Ao contrário, Lacan afirma que a angústia não é sinal de uma falta, mas sinal da falta de apoio dado pela falta.

Não se trata de perda do objeto, mas da presença disto: de que os objetos não faltam. (LACAN, 1962-63, p. 64)

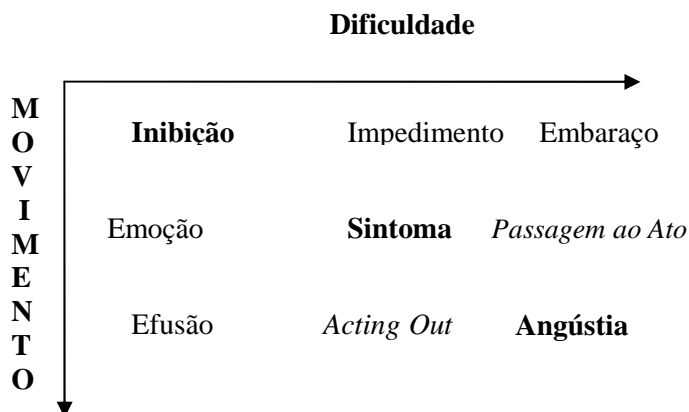
De modo que, para Lacan, a “angústia é um afeto que não é sem objeto”. Nesse seminário, os atos são considerados uma forma de defesa contra a angústia, que surge diante do encontro com o objeto. Quando ela surge, sinaliza um encontro com o real que pode desencadear sintomas e inibições, mas também, passagem ao ato e *acting out*.

No sintoma, o encontro com o objeto, que provoca angústia, é metaforizado através da fantasia, que articula a presença do objeto em conjunção e disjunção com o significante. Por natureza, o sintoma não é como o *acting out*, que pede interpretação, pois o que a análise descobre no sintoma é que ele não é um apelo ao Outro, não é aquilo que mostra ao Outro. O sintoma, por natureza é gozo, isto é, aquilo que vai em direção à Coisa, após ultrapassar a barreira do bem, ou seja, do princípio do prazer, e é por isso que tal gozo pode traduzir-se num desprazer, *Unlust*. (LACAN, 1962-63, p. 140)

Nos casos do *acting out* e da passagem ao ato, o sujeito não encontra apoio simbólico para inscrever a castração como falta.

O *acting out* parece ser da ordem da evitação da angústia. Lacan (1962-63, p. 137) destaca a ênfase demonstrativa de todo *acting out*, sua orientação para o Outro. No *acting out* há um apelo ao Outro. É um apelo em ato, para que um Outro produza uma ordem, ordene o mundo do sujeito. O *acting out* é alguma coisa que se mostra na conduta do sujeito.

No Seminário 10, Lacan (1962-63, p. 89) apresenta um quadro e localiza o *acting out* ao lado da efusão e a passagem ao ato do lado do embaraço.



No gráfico localizamos o *acting out* como uma ação que acontece na conjunção de uma efusão com a angústia. Como afirma Miller (2004c) é o surgimento do objeto *a* na cena, com seus efeitos de perturbação e de desordem.

O *acting out*, que é a subida do objeto *a* à cena, é um apelo ao Outro. O objeto *a* sobe à cena e o sujeito o mostra. Contudo, “como o objeto *a* não é especularizável, o sujeito o mostra sempre lateralmente” (Ibid., p. 76). O essencial do que é mostrado é esse resto, é sua queda, é o que sobra nessa história. Entre o \$ e o Outro (A), o que surge é esse resto, *a*, é a libra de carne.

Lacan (1962-63) exemplifica com o caso clínico de Ernst Kris, retomado de Melitta Schmideberg, apresentado nos Escritos sobre a “Direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1958):

Trata-se de um sujeito inibido em sua vida intelectual e particularmente incapaz de conseguir publicar qualquer de suas pesquisas - isso em razão de um impulso de plagiar do qual ele não parece capaz de assenhorear-se. Esse é o drama subjetivo. (LACAN, 1958, p. 605)

Lacan (1958) nos mostra que Kris queria conduzir seu paciente pelas vias da verdade, mostrando-lhe que ele não plagiava. Kris lhe diz que lera o seu livro e que ele era original, os outros é quem o copiavam. O sujeito não pode contestá-lo, mas, diz Lacan (1962-63, p. 139), “ele não está nem ai para isso”, para a interpretação de Kris. Ao sair da sessão, vai comer miolos frescos. Assim, Lacan ensina a reconhecer um *acting out*, ou o que ele designa como objeto *a*, ou a libra de carne.

O que o analisando de Kris mostra? Em seu *acting out*, mostra a libra de carne, os miolos frescos. Com os miolos frescos, o paciente mostra ao analista, que tudo o que ele diz é verdade, mas não toca na questão (LACAN, 1962-63, p. 139). O original nesta mostração dos miolos frescos é a demonstração de um desejo desconhecido, que é igual ao sintoma. Trata-se de uma ação que se aproxima do sintoma, porque no *acting out* também há coordenadas simbólicas, ainda que inoperantes.

O sintoma pode ser interpretado, com a condição de que a transferência se estabeleça. Quanto ao *acting out*, ele clama pela interpretação, mas a questão é saber se esta é possível. Diferentemente do sintoma, o *acting out* é o começo da transferência. É a transferência selvagem. Como não é preciso análise para que haja transferência, a transferência sem análise é o *acting out*. O *acting out* sem análise é a transferência. (Ibidem)

Quanto ao manejo da transferência, a questão é como se pode domesticar a transferência selvagem. Lacan (Ibid., p. 140-141), cita o artigo de Phyllis Greenacre, “General Problems of Acting out”. Neste artigo, ela vai apontar que há três maneiras de agir com o *acting out*: “Há o interpretá-lo, há o proibi-lo e há o reforço do eu.”

Interpretar não faz muito efeito, pois embora o *acting out* se ofereça à interpretação, não é o sentido do que se interpreta que interessa, e sim o resto. Não se pode proibi-lo. “[...] podemos fazer muitas coisas, mas dizer ao sujeito ‘nada de *acting out*’, isso é algo bem difícil” (Ibidem). No que diz respeito a reforçar o eu, Lacan nem se detém, já que sempre se opôs.

Tudo o que é *acting out* é o oposto da passagem ao ato.

O momento da passagem ao ato é o momento do embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento. É então que, do lugar em que se encontra, ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito, ele se precipita fora da cena. (LACAN, 1962-63, p. 129)

Esta é a própria estrutura da passagem ao ato. A passagem ao ato não engana, é uma saída de cena que não deixa mais lugar à interpretação, não deixa mais lugar ao jogo significante. Há, na passagem ao ato, um “não querer saber mais nada”. Sai-se do logro da cena para a certeza encontrada em uma identificação em curto-circuito com o objeto *a*, que Lacan chama, inclusive, identificação absoluta com o objeto *a* fora da cena (MILLER, 2005, p. 75).

A passagem ao ato é muito comum nos casos de psicose em decorrência da forclusão do Nome-do-Pai. Os fenômenos alucinatórios vêm em lugar do que não é simbolizado. Nesses casos, quando o objeto se apresenta de maneira persecutória, a passagem ao ato pode ser uma saída para extraí-lo.

O sujeito neurótico pode fazer uma passagem ao ato, quando se identifica imaginariamente com esse objeto, quando a defesa de sua fantasia é transposta de uma maneira selvagem. Segundo Lacan (1962-63, p. 129-130), Dora (FREUD, 1905 [1901]) passa ao ato no momento de embaraço em que é colocada pela frase-armadilha do Sr. K.: “Minha mulher não é nada para mim”. O sujeito se encaminha para evadir da cena.

No caso de homossexualidade feminina, se a tentativa de suicídio é uma passagem ao ato, toda a aventura com a dama de reputação duvidosa, que é elevada à função de objeto supremo, é um *acting out*. Se a bofetada de Dora é uma passagem ao ato, todo o seu comportamento paradoxal na casa dos K., que Freud prontamente descobre com tanta perspicácia, é um *acting out*. (LACAN, 1962-63, p. 137)

Lacan (1962-63) exemplifica, então, com os casos freudianos, a relação do sujeito com o *a*, numa clínica em que a moral sexual vitoriana, tal como explicita Miller (2004b), orientada pelo ideal, pela renúncia, dava uma bússola e consistência ao Outro. A clínica contemporânea, ao contrário, revela uma ênfase nos objetos feitos para gozar em detrimento dos ideais. Esse objeto, impõe-se ao sujeito ‘desbussolado’, convidando-o a ultrapassar as inibições.

Como vimos, os discursos, que aparelham os laços sociais e regulam o gozo, se articulam em uma ordem precisa e se apóiam na tese, de que o real é impossível e que não há outro modo de articulá-lo senão por meio da lei, da proibição, que divide o sujeito. A lógica fálica, edipiana, ao situar o real como o gozo impossível, proíbe o gozo primordial da mãe, e, por outro lado, no que diz respeito ao gozo do órgão, o torna possível pela via do desejo.

O discurso do capitalista apaga o efeito de impossibilidade e promove um empuxo ao consumo, ao gozo. Os objetos são oferecidos ao sujeito como meio de recuperação da satisfação pulsional. Esse discurso, ao abolir a categoria do impossível, anula o sujeito do inconsciente, fazendo-o acreditar que o objeto lhe é acessível. Como efeito, o sintoma, como resposta de um sujeito do inconsciente, não se formula. Em seu lugar surge o ato. Os atos surgem no lugar de uma estrutura simbólica. Nesta perspectiva, o ato infracional apontaria para um rompimento com a significação fálica em relação à questão do desejo e do gozo. Com o seu ato, o adolescente vai em busca do objeto fora da sua significação fálica, de um gozo não regulado pela castração.

Podemos constatar que a clínica de nossa época nos apresenta, cada vez mais, sujeitos que se consultam por seus atos e não por seus sintomas. Jacques-Alain Miller (1998) define essa clínica em que prevalece um ‘fazer’ no lugar do ‘dizer’, onde o ato suplanta o dito, como ‘patologias do ato’. É a clínica do “Outro que não existe”, isto é, esse Outro que deveria veicular o ideal articulado à sublimação e à renúncia e que promoveria o laço social, foi rebaixado ao nível da impotência. A inexistência do Outro, como afirma Miller (Ibid, p. 04), abre a época dos comitês, onde há debates, controvérsias, conflitos, sobre a verdade, sobre as palavras e as coisas, sobre o real. “Tudo isso, sem a segurança da Idéia maiúscula, da tradição, sem, até mesmo, a segurança do senso comum.” (Ibidem)

O declínio desse Outro do ideal interfere nos processos identificatórios, na medida em que o “mais de gozo”, excedente em nossa sociedade consumista, produz alterações na constituição do Ideal do Eu, enquanto um traço do Outro, do qual o sujeito pode se servir para apresentar-se como desejante. Ideal do Eu, apontado por Freud e por Lacan, como apaziguador da ferocidade do supereu, uma vez que enquanto insígnia fálica permite que o sujeito, no declínio do Édipo possa transformar o gozo perdido em uma causa maior, a causa de desejo.

Sem dúvida, não se trata de fazer uma apologia das tradições, da moral e dos bons costumes, mas de situar a posição ética da psicanálise frente aos impasses que encontramos na clínica. A posição da psicanálise, nesse contexto, é questionar os novos modos de aparelhamento do gozo que a contemporaneidade possibilita. Como salienta Coelho dos

Santos (2008a) mais-além de uma ética do desejo, o que está em jogo é a responsabilidade pelo sintoma.

Seguiremos discutindo no próximo capítulo a relação entre o supereu, o desejo, a culpa, a responsabilidade e o gozo.

CAPITULO V: O SUPEREU, O DESEJO, A CULPA, RESPONSABILIDADE E GOZO.

A máxima “é a lei que faz o pecado” continua a ser verdadeira fora da perspectiva escatológica em que são Paulo a formulou. (LACAN, 1950, p. 128).

Podemos constatar o quanto tem aumentado o grau de violência e o envolvimento de adolescentes em atos infracionais. O desprezo pela vida alheia; a introjeção dos valores da sociedade de consumo em detrimento dos padrões morais de direitos e respeito aos outros, mostra o quanto à sociedade contemporânea, com seus ideais cada vez mais utilitários, empenhada no movimento acelerado da produção, banaliza a violência e, hedonista e permissiva, favorece uma espécie de empuxo ao fora-da-lei, fazendo da busca do prazer imediato um alvo que não encontra limites.

Freud (1930) nos mostra que a civilização tem por objetivo moderar, limitar a vontade de gozo e o consegue pela formação dos ideais. Contudo, como salientamos, não estamos mais em uma época, como a de Freud, do mal-estar na civilização, quando os ideais e as ideologias estavam no zênite do social (MILLER, 2004, p. 18). Estamos em uma época onde existem impasses. Uma época em que as leis simbólicas, que regem os laços sociais, não tem tido consistência para assegurar as relações do sujeito com os outros, em função do declínio dos ideais.

Como assinala Cottet (2009, p. 164) é sobre o fundo do declínio paterno e da decomposição da família, que a questão do Direito e da Justiça intervêm, em tensão com o supereu individual. É no supereu que se reflete o complexo familiar e a anomalia de estrutura. As “condições sociais do edipianismo” levariam a um desregramento do supereu, que empurraria ao crime e à transgressão. Teses sustentadas por Lacan (1938) no seu texto “Os complexos familiares na formação do indivíduo”.

Todo desenvolvimento deste estudo é para demonstrar que o complexo de Édipo pressupõe uma certa tipicidade nas relações psicológicas entre os pais, e insistimos especialmente no duplo papel desempenhado pelo pai, como aquele que representa a autoridade e que é o centro da revelação sexual; foi com a própria ambigüidade de sua imago, encarnação da repressão e catalisadora de um acesso essencial à realidade, que relacionamos o duplo progresso, típico de uma cultura, de um certo temperamento do supereu e de uma orientação eminentemente evolutiva da personalidade. (LACAN, 1938, p. 84-85)

No texto “Criminologia lacaniana”, Cottet (2009) atualiza o texto de Lacan (1950) “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” - comunicação feita por Lacan, em colaboração com Michel Cénac, para a XIII Conferência dos psicanalistas de

língua francesa em maio de 1950 - e ressalta a importância do assentimento subjetivo da culpa e da função de expiação do crime que tem a punição.

Neste texto, Lacan (1950, p. 139) e Cénac escrevem: “A responsabilidade, isto é, o castigo...”, apontando, aí, uma direção possível na condução do trabalho com os adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Jovens que fazem do ato infracional uma solução para o seu sofrimento.

Neste sentido, vamos retomar neste capítulo, a teoria pulsional freudiana para tratarmos da relação entre o supereu, desejo, culpa, responsabilidade e gozo.

1. Psicanálise e Violência

Freud ocupou-se com o tema da violência ao refletir a respeito da Primeira Guerra Mundial. Em seu texto escrito em 1932, “Por que a guerra?”, a partir da pergunta feita por Albert Einstein sobre o que poderia ser feito para proteger a humanidade da maldição da guerra, Freud inicia suas considerações mostrando o poder da violência na construção da civilização e na inscrição das leis.

A força muscular foi gradativamente substituída pela superioridade intelectual à medida que as armas foram introduzidas. Esse regime foi modificado no transcurso da evolução. Nas palavras de Freud:

Havia um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei. Que caminho era este? Penso ter sido apenas um: o caminho que levava ao reconhecimento do fato de que à força superior de um único indivíduo podia-se contrapor a união de diversos indivíduos fracos. (FREUD, 1933[1932], p. 247)

A lei é, assim, a força de uma comunidade, que se mantém unida pela força coercitiva da violência e pelos vínculos emocionais - identificações - entre seus membros (Freud, 1933[1932], p. 251). A partir de um ideal cultural foram estabelecidos limites e organizadas instâncias reguladoras das relações sociais – as leis.

A primeira exigência da civilização, segundo Freud, é a da justiça, isto é, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo. Perde-se algo da liberdade individual em prol do laço social.

A liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização. [...] O desenvolvimento da civilização impõe restrições a ela, e a justiça exige que ninguém fuja a essas restrições. (FREUD, 1930, p. 116)

Freud esclarece que o impulso de liberdade individual é dirigido contra as exigências da civilização. O indivíduo vai sempre reivindicar sua liberdade individual contra a vontade do grupo.

Mas, Freud (1933[1932], p. 251) admite que não se pode prescindir do apoio da violência, e nos mostra como os fenômenos da vida podiam ser explicados pela ação concorrente, ou mutuamente oposta, das duas pulsões: pulsão de vida (Eros) e a pulsão de morte (Thanatos). A primeira, une, é erótica, e a segunda desagrega, é agressiva e destrutiva.

Assim, para a psicanálise a violência é um modo de satisfação pulsional, constituinte da subjetividade e presente na construção da civilização. Vicissitude da pulsão de morte para Freud e inscrita nas dimensões de gozo pulsional dos discursos para Lacan.

O que vai interessar para a psicanálise é a forma como essa violência pulsional é subjetivada, isto é, como o sujeito articula a instauração da lei em sua subjetividade, como ele inscreve a castração. Subjetivar a lei e legalizar a satisfação implica em considerar que o sujeito cedeu à violência pulsional e passou a obter satisfação através dos circuitos da Lei do desejo.

Contudo, como já salientamos, o que observamos, hoje, são as dificuldades das famílias de articularem Lei e desejo, de conterem o gozo e de transmitirem a castração. Isso repercute na transmissão da significação fálica e deixa o sujeito diante de um impasse frente à necessidade de se separar do Outro, da sexuação e da escolha de objeto, o que é atuado na adolescência.

Freud atribuiu o mal-estar na civilização à pulsão de morte e ao supereu, herdeiro do complexo de Édipo e do isso. O supereu não é apenas uma instância moral, interditora, mas também um representante do isso, de suas paixões, que, como tal, incita o gozo. Tem, portanto, essa dupla face, e pode, também, ser cruel e imperativo como representante do isso.

Para Freud (1930, p. 158) a coerção é necessária à civilização, onde a moral, sob a ordem do supereu, atua na contenção da agressividade mútua que caracteriza o relacionamento entre os homens. A agressividade é internalizada sob a forma do supereu e a tensão entre eu e supereu manifesta-se como sentimento de culpa, constituindo o mal-estar que caracteriza a cultura. Para ele, este é o preço que pagamos pelo avanço da civilização: a perda da felicidade pela intensificação do sentimento de culpa.

Como vimos, a formação de uma consciência, sob a forma do supereu, faz com que a renúncia pulsional não baste para se ter o efeito liberador, pois o desejo que persiste, não pode ser escondido do supereu e retorna como um sentimento de culpa. A cada renúncia pulsional se torna uma fonte dinâmica da consciência moral, que exige cada vez mais

renúncias. Este é o paradoxo: renuncia-se à pulsão para satisfazer à consciência moral, e o supereu exige cada vez mais renúncias. Cada nova renúncia aumenta a severidade e a intolerância do supereu.

Lacan, por sua vez, esclarece esse paradoxo ao definir o supereu como imperativo de gozo. O supereu não proíbe o gozo, como dizia Freud, mas empurra ao gozo. A renúncia não satisfaz o supereu, não o pacifica. Pelo contrário, ele se torna cada vez mais guloso, pedindo cada vez mais renúncias. Por isso, Lacan (1973, p. 528) chega a falar em “Televisão” da gula do supereu: “A gulodice pela qual Freud denotou o supereu é estrutural - não é efeito da civilização, mas um “mal-estar (sintoma) na civilização.” Nesse momento do seu ensino, Lacan privilegia o estrutural em detrimento do cultural, o que incide sobre o modo de compreender a renúncia pulsional e o seu retorno sob o imperativo categórico do supereu.

Assim, enquanto Freud define o supereu como uma instância que interdita o gozo, Lacan o identifica como a única instância que ordena a gozar, em confronto com a consciência moral, o ideal do eu e as interdições postuladas pela lei.

Nada força ninguém a gozar, senão o superego. O superego é o imperativo do gozo - *Goza!* (LACAN, 1972-73, p. 11, grifo no original)

Gerez-Ambertín (2009, p. 219) destaca que a formulação lacaniana sobre o supereu vai do registro imaginário-simbólico ao real como objeto causa de desejo e gozo.

A primazia imaginária do supereu aparece nas formulações psicanalíticas iniciais de Lacan sobre a Fase do Espelho e na sua tese de psiquiatria sobre o caso Aimée. É o supereu como figura obscena, que espreita ferozmente e ameaça a partir das bordas do espelho, de um lado; e o supereu como ‘mecanismo autopunitivo’, que aparece nos ‘crimes imotivados’ investigados a partir da paranóia de autopunição, de outro. Lacan demonstra a teoria com a experiência clínica do caso Aimée, que revela a paradoxal estabilização da paranóia, com a condenação pelo crime praticado. Estes são os chamados ‘crimes do supereu’.

Sem abandonar o registro do imaginário, nos primeiros seminários até 1958, Lacan passa a privilegiar o simbólico. Insiste que não é possível formular o supereu fora da lei da linguagem, da Lei da interdição, embora ele seja o avesso dessa Lei.

A partir do Seminário 10, 1962-63, é a dimensão do real que é privilegiado na teoria lacaniana. Lacan outorga ao supereu o estatuto de objeto *a* como voz. A raiz do supereu

é voz que se desprende do Outro e só se incorpora, não se assimila. Para Lacan, não é possível instituir o *Je*, sem o *tu* do supereu.

Primeiro ele ouve um ‘*tu és*’ sem atributo. No entanto, por mais interrompida, por mais insuficiente que seja essa mensagem, ela nunca é amorfa, porque a linguagem existe no real, está em curso, em circulação, e muitas coisas a propósito dele, S, em sua suposta interrogação primitiva, são desde logo pautadas por essa linguagem.” (LACAN, 1962-63, p. 297, grifos no original)

Segundo Gerez-Ambertín (2009, p. 218), esta primazia do real no supereu é o verdadeiro achado lacaniano, um além-Freud, que se complementa com a formulação do supereu como correlato da castração que impele ao gozo. É em 1971, que o supereu atinge sua delimitação conceitual na obra lacaniana ao ser formulado como imperativo impossível de gozo.

Vamos retomar as formulações de Lacan sobre o supereu a partir do seminário 7.

2. O paradoxo do gozo do supereu.

[...] de cada vez que estamos na dialética da pulsão outra coisa comanda. A dialética da pulsão se distingue fundamentalmente do que é da ordem do amor como do que é da ordem do bem do sujeito. (LACAN, 1964, p. 196)

O imperativo de gozo em Lacan (1959-60) corresponde ao que ele vai tratar no Seminário 7: “A ética da psicanálise”, como paradoxo do gozo do supereu, que introduz uma ética que não é a do bem, no sentido do bem-estar.

Como salienta Miller:

O paradoxo do supereu reside no fato de que o sujeito está apegado a algo que não lhe faz bem, quer dizer, a algo que não colabora com seu bem-estar. O supereu deve então ser incluído em uma série comum com a pulsão de morte e o masoquismo primordial [...] (MILLER, 1981, p. 139)

Não é por acaso que Lacan examina a questão do supereu articulado às suas relações com a ética. Ética que responde à descoberta freudiana do inconsciente e do desejo indestrutível, insatisfeito, pela própria condição imposta pela linguagem, e que exige satisfação imperiosa.

Na primeira lição do Seminário 7, Lacan (1959-60, p. 15) introduz a dimensão do supereu como uma instância que se distingue da pura e simples necessidade social, como algo que se impõe nas relações do significante com a lei do discurso.

Lacan (1959-60, p. 16) evoca a ascese freudiana - *Wo Es war, Soll Ich werden* - que situa a posição do sujeito frente à sua divisão. O eu, deve advir, lá onde isso estava, lá onde o sujeito se interroga sobre o que quer, questão que coloca para si “precisamente no lugar dos imperativos freqüentemente estranhos, paradoxais, cruéis que lhe são impostos por sua experiência mórbida.”

[...] Deve ele submeter-se ou não ao imperativo do supereu, paradoxal e mórbido, semi-inconsciente e que, além do mais, revela-se cada vez mais em sua instância na medida em que a descoberta analítica progride, e que o paciente vê que se enveredou em sua via? (LACAN, 1959-60, p. 16)

Lacan marca, assim, esse aspecto paradoxal da satisfação pulsional, como evidencia o sintoma neurótico, de onde se extrai um bem que não é da ordem do bem-estar.

A psicanálise rompe com todo o racionalismo que imperava até o final do século XIX e introduz a noção de sujeito marcado pela divisão, instaurada pela linguagem, e por essa instância, designada por Freud como supereu, que legisla para além do princípio do prazer.

O sujeito nasce dividido, por um lado tomado pelas exigências pulsionais, por outro pela linguagem, pelo significante. Ao entrar na ordem da linguagem algo ficou para sempre perdido – o encontro perfeito com o objeto do desejo. A dimensão do desejo está vinculada à incidência da linguagem que deixa o sujeito, o saber e o sexo numa certa relação onde a impossibilidade se instaura, como condição do inconsciente. Por razões de estrutura, a satisfação esperada e a que é encontrada não são proporcionais. O gozo da pulsão não é o mesmo que o bem-estar do sujeito.

O que a psicanálise propõe para reger as ações do sujeito é o desejo, cuja falta é estrutural e constituinte, que faz objeção a qualquer tipo de universalidade, pois é o que o sujeito tem de mais particular.

A gênese da dimensão moral se enraíza no próprio desejo (LACAN, 1959-60, p. 12). Na busca do objeto do desejo, o sujeito encontra esse Outro enigmático, que foi para ele, ao mesmo tempo, “o primeiro objeto satisfatório, o primeiro objeto hostil e também sua única força auxiliar”. (Freud, 1895 [1950], p. 438).

Freud nos ensina que a origem da moralidade está no desamparo original que marca a constituição do sujeito, pois é no outro ser humano que o sujeito aprende a se (re)conhecer. Reconhecimento que nunca é total, uma vez que o objeto da satisfação é perdido, e todo o encontro desse objeto é um reencontro de caráter sempre precário.

Desse modo, o complexo do ser humano semelhante se divide em duas partes, das quais uma dá a impressão de ser uma estrutura que persiste coerente como uma *coisa*, enquanto que a outra pode ser *compreendida* por meio da atividade da memória - isto é, pode ser reduzida a uma informação sobre o próprio corpo [do sujeito]. Essa dissecação de um complexo perceptivo se chama (re)conhecê-lo; implica num juízo e chega a seu término uma vez atingido esse último fim.” (FREUD, 1895 [1950], p. 438, grifos no original)

A relação com próximo é marcada por uma ambivalência, uma vez que no reconhecimento do próximo há algo que resiste como uma Coisa (*das Ding*), que escapa ao processo de julgamento, sendo impossível atribuir-lhe predicado - A Coisa não é boa, nem má.

Das Ding, a Coisa, termo extraído do texto freudiano, é redefinida por Lacan (1959-60, p. 71) como “o que do real padece de significantes”. O que governa o sujeito não é, pois, o “Bem Supremo”, mas que concerne a *Das Ding*.

A inacessibilidade ao “Bem Supremo” é o que Freud articulou como a lei de proibição do incesto. O objeto que poderia completar o sujeito, trazendo-lhe satisfação total de seu desejo, é um objeto proibido. Em seu lugar resta um furo, designado como a Coisa freudiana, produto da operação da linguagem sobre o real do vivente.

É por meio da função do pai nos mitos de Édipo e de “Totem e Tabu” (1913) que Freud mostra que o gozo da Coisa está proibido.

No Édipo, o pai tem uma função normativa – representante da Lei que impede o gozo da mãe. Criando uma barreira entre a criança e a mãe, a função simbólica do pai é de unir o desejo com a lei, impossibilitando o gozo. A interdição do incesto concerne à mãe na medida em que esta vem ocupar o lugar de *Das Ding*. Não podendo gozar da Coisa, ao sujeito só resta desejá-la.

No mito de “Totem e Tabu” (1913) trata-se do pai assassinado que leva consigo a chave do gozo. Porém, longe de liberar os filhos da interdição do incesto, reforça sua interdição.

Na interpretação que faz do mito de “Totem e Tabu”, do assassinato do pai e suas conseqüências na origem da cultura, Lacan (1959-60, p. 216) esclarece que o “assassinato do pai não abre a via para o gozo que a sua presença era suposta interditar, mas ele reforça a sua interdição”. A transgressão da lei não libera o desejo, mas reforça sua interdição. Todo aquele que se submete à lei moral sempre vê reforçarem-se as exigências mais cruéis de seu supereu e todo aquele que avança na via do gozo sem freios, encontra obstáculos.

O campo do gozo lacaniano aponta para esse ‘mais além do princípio do prazer’, esse gozo impossível, que se traduz em mal-estar. Encontro com a castração, que faz com que o gozo alcançado seja sempre parcial e limitado. É a interdição que serve de veículo utilitário para o gozo e possibilita “uma satisfação curta e tripudiada.” (Ibidem). O gozo está presente em sua forma imperativa, onde não há significante para barrá-lo. Exigência paradoxal, de gozo absoluto, impossível e proibido.

Lacan aproxima a consciência moral de Kant com o imperativo de gozo de Sade, para mostrar que a ética kantiana sustenta a lei do supereu, enquanto a sadiana sustenta o dever de gozo. No pensamento de Kant, encontra-se a lei em sua dimensão pura da lei moral. Já na obra de Sade, está a dimensão do objeto puro. A obra de Sade mostra o gozo do lado da pulsão de morte: “Tenho o direito de gozar do teu corpo, pode dizer-me qualquer um, e exercerei esse direito, sem que nenhum limite me detenha no capricho das extorsões que me dê gosto de nele saciar.” (LACAN, 1963, p. 780). O que funda a lei moral para Kant é uma máxima universal que se apresenta ao sujeito como a voz da consciência: “[...] age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer sempre como princípio universal.”

A Lei Moral kantiana alude a um Bem da ordem do *das Gute*, que é preciso alcançar deixando de lado o *Wohl* (bem-estar). O supereu freudiano também alude a um bem, mas o Soberano Bem está interdito a partir da Lei do desejo e do princípio de prazer. “[...] o Soberano Bem que é *das Ding*, que é a mãe, que é o objeto do incesto, é um bem interdito.” (LACAN, 1959-60, p. 87)

O que funciona como limite ao gozo é o desejo. A experiência mítica de satisfação plena é o gozo absoluto, exatamente o que é transposto como imperativo superegóico: Goza! Imperativo que exige o impossível, pois o gozo é desde sempre perdido. Apesar disso, o homem não deixa de procurar esse objeto, a Coisa, perdida, que empurra ao gozo.

O comando Goza! Não equivale a tenha prazer. O que a lei simbólica interdita é o gozo absoluto do desejo incestuoso. Ao barrar o gozo absoluto, estabelece uma perda de gozo, define uma falta e inscreve o desejo. A limitação do gozo pelo significante deixa um resto, o objeto mais-de-gozar, objeto *a*, que é também objeto causa de desejo.

É em razão da distância que separa o sujeito da Coisa, *das Ding*, que esta vem funcionar como causa de desejo e só aí remeter a algum prazer. A prematuridade do sujeito e o fato dele não poder existir, enquanto humano, senão no universo da linguagem, o condenam a existir a partir da relação com o desejo do Outro. “*Che vuoi?*” - interrogação fundamental que irá estruturar o desejo como desejo do Outro. Como vimos, essa interrogação é a que melhor conduz ao caminho de seu próprio desejo e convoca o sujeito à ordem de uma

angústia em sua relação com o desejo do Outro, angústia que ele procurará de todas as formas neutralizar através da construção da fantasia ($\$ \diamond a$).

O desejo situado para além da fantasia, que tenta revesti-lo, encobri-lo, comporta um risco. Não é a toa que a verdade do sujeito, situada para a psicanálise no desejo, encontra-se submetida ao recalque, e que a via da satisfação do desejo comporta um risco de deslizamento na Coisa, do lado da morte. Uma certa dose de morte está presente neste ponto em que se erige o desejo do sujeito, situado entre o Outro e a Coisa enquanto vazio. (MAURANO, 1995)

O desejo, Lacan (1959-69, p. 385) o define como metonímia do nosso ser, o que somos e o que não somos, o nosso ser e o nosso não-ser. Este risco faz com que o homem ceda de seu desejo, abdique de sustentá-lo e aí traia a si mesmo em nome de um bem, que ele teme perder, bem que Freud articula como perda de amor. Nesta renúncia se encontra o alimento da consciência moral e demarca os pontos de recuo do sujeito com relação ao seu desejo.

Nesta perspectiva, Lacan (Ibid., p. 383) formula uma proposição mais radical ainda de que “a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo”, salientando, entretanto, que ao avançarmos por esta via pagamos com o nosso próprio ser. Pagamos, assim, com o nosso próprio ser por este trajeto de acesso ao desejo, num processo de encontro com a falta-a-ser, a castração, da qual o interdito tenta nos proteger.

3. Supereu, culpa e gozo

Como vimos, o ensino de Lacan faz a passagem dos mitos freudianos sobre o pai à estrutura da linguagem.

O inconsciente ex-siste. É “motivado pela estrutura, ou seja, pela linguagem.” (LACAN, 1973, p. 528). Ao colocar em jogo a concepção de estrutura, Lacan faz uma mudança de perspectiva passando da proibição ao impossível. Não é a repressão da família ou da civilização, que produz o recalque. É exatamente o contrário. O recalque, mecanismo psíquico que funda o inconsciente, é a pedra angular da psicanálise e, como salienta Coelho dos Santos (2008b) o que nos humaniza, nos transmite a diferença sexual e nos faz homens ou mulheres.

Essa mudança de perspectiva incide sobre a forma de abordar o supereu. Teixeira (2007) no estudo que faz em sua tese de doutorado, sobre a violência no discurso capitalista, nos mostra que nesse momento do ensino do Lacan, o supereu é correlato da castração e do

recalque. O supereu é primário e responsável pela primeira divisão do sujeito e inclui não só o objeto *a*, voz - dimensão explorada no Seminário 10: “A angústia” - mas, também, o S₁, situado no lugar do agente no discurso do mestre, que corresponde ao primeiro tempo lógico da efetuação da estrutura do aparelho psíquico.

O supereu está identificado aos imperativos do S₁, que repousa sobre uma lei insensata, cuja significação é desconhecida. Opera como pura ordem desencarnada a partir do campo do Outro. O real da linguagem se insere no sujeito de maneira intrusiva como primeiro corpo significante.

Segundo Gerez-Ambertín (2009, p. 236), Lacan destaca que, tanto na neurose quanto na psicose, o imperativo do supereu se “incrusta” na subjetividade sem a mediação da Metáfora Paterna por meio da intromissão do órgão da linguagem. Contudo, enquanto o neurótico conta com o recurso do Nome-do-Pai para fazer circular o imperativo pelas vias pacíficas e tramitáveis do inconsciente, o psicótico, em virtude da forclusão do Nome-do-Pai, fica a mercê do imperativo e se vê invadido com vozes parasitas.

A proposição lacaniana do supereu como “correlato da castração” recupera os paradoxos freudianos desta instância cruel na constelação edípica de incesto e parricídio. Édipo, que de um lado, articula desejo e lei e, do outro, revela um resíduo - o supereu - que escapa a essa articulação.

Por outro lado, o supereu, coordenado ao gozo e não ao desejo, é um chamado à não castração, a um mandato impossível de gozo. Este, como assinala Miller (1998, p. 11), é o supereu da nossa civilização.

O declínio da função paterna no mundo contemporâneo e a oferta de objetos de consumo, que nos empurram imperativamente ao gozo, apontam, como já articulamos, o predomínio do gozo pulsional sobre os ideais da civilização, expresso por Miller (1998) no matema *a/I*.

Como vimos, o discurso capitalista contemporâneo ao anular o sujeito do inconsciente, destitui a pergunta sobre a causa do desejo e oferece o objeto de consumo como forma de recuperação da satisfação pulsional, fazendo o sujeito crer que tudo é possível, pois tudo se vende e tudo se compra. Com isso, o destino do real não é o recalque, mas a forclusão da impossibilidade. Como consequência os objetos assumem o domínio da cadeia significante e do sujeito.

Os objetos são oferecidos antes mesmo que possamos desejar: é o celular de última geração, é a fecundação in-vitro, é o remédio que promete a ‘felicidade’, a medicina estética que promete o prolongamento da juventude do corpo. Enfim, somos impelidos a gozar com os

objetos, mas não sabemos bem o sentido desse gozo. O que vivenciamos como conseqüência, é a violência generalizada, que traz a marca da forma que o supereu assume enquanto exigência imperativa de gozo, sem sentido, sem subjetivação.

Um outro aspecto importante, que observamos nesses casos, é a falta de subjetivação da culpa. O sujeito não se vê implicado em seu ato, conseqüentemente, não há culpa. Vimos, nos casos freudianos, orientados pelo complexo de Édipo, como a interpretação edipiana fornecia a chave do caráter simbólico do ato. Como afirma Cottet (2009, p. 169), por mais horrível que seja o ato, ele se encontra humanizado pela integração do sujeito no universo da falta, quer dizer, o reconhecimento pelo sujeito da estrutura edipiana do seu ato. O sujeito é, assim, humanizado e reinscrito no universal edipiano.

A culpa inconsciente remete à posição do sujeito na estrutura da falta, onde se enoda com a angústia de castração e de morte. É o real que opera por trás do sentimento de culpa, que lhe dá o caráter obscuro e enigmático, salientado Freud (1930), e se manifesta, no campo do desejo, como mal-estar.

Sabemos que, no tratamento, não se trata, de obter a confissão de culpas, nem de aliviar o analisante das que surgem no processo analítico, mas de interrogar o que elas carregam do lado do desejo e do gozo. A proposição lacaniana de que “é preciso não desculpar o paciente no tratamento” indica o exato lugar que deve ser dado à culpa na análise. (GEREZ-AMBERTÍN, 2009, p. 284)

Contudo, como salientamos no início desse capítulo, não estamos na época do mal-estar freudiano. Estamos na época dos impasses, das violências sem sentido, das ‘patologias do ato’. O imperativo de gozo no mundo contemporâneo e a tentativa de anulação do sujeito do inconsciente, pela oferta dos objetos feitos para gozar, também incidem sobre o que retorna ao sujeito como culpa.

Temos demonstrado que o envolvimento do adolescente em atos infracionais evidencia as vacilações e o embaraço que o sujeito experimenta ao ter que tomar posse do atributo fálico. Na relação com o Outro no lugar de fazer um sintoma, o adolescente faz um ato. Não pensa, atua. O ato é uma resposta que exclui o sujeito, mas que produz conseqüências, mesmo que esse ato não lhe retorne como culpa. É a partir da conseqüência do ato que o analista irá operar, buscando produzir a partir desse ato uma resposta subjetiva. Para isto é necessário elevar o ato, tipificado como crime, à categoria da responsabilidade e da verdade do sujeito.

Em 1950, ao relacionar crime e castigo, Lacan introduz o conceito de “assentimento subjetivo” e alude tanto à responsabilidade do sujeito na falta ante o desejo do

Outro, como ao que se pode vislumbrar do gozo do crime. Aí podem emergir os modos do sujeito na barganha e administração de um gozo que lhe é próprio e que poderá ou não largar durante a aposta no tratamento.

4. Responsabilidade

A responsabilidade em psicanálise está relacionada aos modos de resposta subjetiva do sujeito frente ao ato, tal como Lacan (1965, p. 873) afirma no Escrito “A Ciência e a Verdade”: “Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis.”

Sujeito tomado numa divisão constitutiva entre saber e verdade. Ao postular a existência do inconsciente, a verdade para Freud vai aparecer no erro e no tropeço, como nos chistes, atos falhos, sintomas, indicando que a dimensão do sujeito que fala não se confunde com o eu, reconhecido não como lugar da verdade, mas do ocultamento. O inconsciente aparece, então, como um modo de “tropeço, desfalecimento, rachadura” (LACAN, 1964, p. 30). Quando alguma coisa emerge através do sonho ou do lapso, isso aparece como uma descontinuidade, em uma alteridade radical para o sujeito.

Lacan articula todas essas formulações do inconsciente ao estatuto do sujeito: o sujeito é o que um significante representa para um outro significante. O ser humano é um ser de pura linguagem. Sua verdade, seu próprio ser se maneja de uma palavra à outra. Isso é o que permite a Lacan (1964, p. 37) dar no Seminário 11, o verdadeiro estatuto do inconsciente: “[...] o estatuto do inconsciente [...] é ético”, e acrescenta: “Freud, em sua sede de verdade diz: “Seja como for, é preciso chegar lá”. Deste modo, não basta somente responder pelos nossos atos ou por nossos atos falhos. Como aponta Freud, o ser humano é responsável até mesmo por seus próprios sonhos. É preciso chegar lá para ver do que ele retorna, mesmo que seja diante do que lhe causa horror.

Obviamente, temos de nos considerar responsáveis pelos impulsos maus dos próprios sonhos. Que mais se pode fazer com eles? A menos que o conteúdo do sonho (corretamente entendido) seja inspirado por espíritos estranhos, ele faz parte do seu próprio ser. Se procuro classificar os impulsos presentes, em mim, segundo padrões sociais, em bons e maus, tenho de assumir responsabilidade por ambos os tipos; e, se em defesa digo que o desconhecido, inconsciente e recalcado em mim não é meu ‘ego’ (Ich), não estarei baseado na psicanálise minha posição (...). Aprenderei, talvez, que o que estou repudiando não apenas ‘está’ em mim, mas vez e outra ‘age’ também desde mim para fora. (FREUD, 1925, p. 165)

Freud sustenta, assim, um caráter particular de responsabilidade que não tem a ver com responsabilidade jurídica e nem moral. A responsabilidade do sujeito está relacionada à

coragem de deixar falar o inconsciente, esse saber não sabido, que portamos em nós por sermos seres de linguagem, e frente àquilo que me aparece como estranho é preciso tomar um posicionamento ético.

“Olha para tua participação na desordem da qual te queixas” – eis a resposta de Freud a Dora, conduzindo-a a perceber sua participação subjetiva na corte na qual ela era objeto e na ficção que construiu para sustentar o seu desejo e, dessa forma, implicando-a naquilo de que se queixa. (FREUD, 1905 [1901])

Lacan (1958, p. 604) em “A Direção do tratamento e os princípios de seu poder”, fala da “retificação das relações do sujeito com o real”, essa retificação em Freud é dialética e parte dos dizeres do sujeito para voltar a ele, introduzindo-o na questão do seu desejo.

Freud está seguramente falando no coração desse núcleo de verdade em que o desejo e sua regra se dão as mãos, nesse “isso” em que sua natureza participa menos do ente do homem que dessa falta-a-ser cuja marca ele carrega. (LACAN, 1974, p. 36)

Nesse sentido, como nos aponta Lacan (1950a) em seu texto “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia”, a psicanálise amplia o campo das indicações de um tratamento possível do criminoso evidenciando a existência de crimes que só tem sentido se compreendidos numa estrutura fechada da subjetividade, e continua [...]

[...] a cura, aí, não pode ser outra coisa senão uma interrogação, pelo sujeito, de sua verdadeira responsabilidade, e, aliás, era para isso que ele tendia, por vias confusas, na busca de uma punição que em certas situações talvez seja mais humano permitir que ele encontre. (LACAN, 1950a, p. 128)

Lacan vai mais longe e afirma que somente a psicanálise, por saber como revirar as resistências do eu, é capaz, nesses casos, de libertar a verdade do ato, comprometendo com ele a responsabilidade do criminoso, através de uma assunção lógica que deverá conduzi-lo à aceitação de um justo castigo.

A punição tem um papel na retificação subjetiva. Lacan ressalta que a cura do delinquentes passa pela “integração, pelo sujeito, de sua verdadeira responsabilidade.” (LACAN, 1950a, p. 128). Que esta lhe seja acessível, se verifica nos casos em que se pode demonstrar que a passagem ao ato era o apelo a uma punição. É para esse tipo de crime que a psicanálise é requisitada, pois ela é a única capaz de, nesses casos, “libertar a verdade do ato, comprometendo com ele a responsabilidade do criminoso, através de uma assunção lógica, que deverá conduzi-lo à aceitação de um justo castigo.” (Ibid., pg. 129)

Esse debate se deu em uma comunicação feita por Lacan em maio de 1950, em colaboração com Michel Cénac, acerca das funções da psicanálise em criminologia, na XIII Conferência dos psicanalistas de língua francesa.

No Relatório intitulado “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, Lacan e Cénac (1950) consideram que toda sociedade tem uma relação do crime com a lei, através dos castigos. Contudo, o assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição.

Toda sociedade, por fim, manifesta a relação do crime com a lei através de castigos cuja realização, sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo [...] esse assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição.

As crenças mediante as quais essa punição se motiva no indivíduo, assim como as instituições pelas quais ela passa ao ato no grupo, permitem-nos definir numa dada sociedade aquilo que designamos, na nossa, pelo termo responsabilidade. (LACAN, 1950, p. 128-129)

O assentimento está relacionado aos modos de resposta do sujeito. A posição que o sujeito toma em relação ao próprio dito, onde o sujeito aparece implicado, possibilitando que o real do gozo se inscreva.

A responsabilidade, isto é, o castigo (LACAN, 1950, p. 129) é função exclusiva do Estado. É um chamado ao sujeito para responder por aquilo que, do seu ato, infringe à lei. A partir da responsabilidade penal será possível promover a assunção subjetiva da falta. Só assim o sujeito poderá responsabilizar-se por aquilo que lhe escapa e que aparece realizado em ato.

Esse ato, que deverá ter como conseqüência uma resposta jurídica, desempenha uma função em sua vida e na relação com o Outro, sendo importante recuperar a sua participação nesse ato, a fim de tornar possível para ele responsabilizar-se por isso e retificar a sua posição subjetiva.

No Brasil, considera-se “ato infracional” a conduta descrita como crime ou contravenção penal¹⁰ e como os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficam sujeitos às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069 de 13/07/1990). Ao ato infracional praticado por menores de 12 anos corresponderão às medidas protetivas¹¹ e os maiores de 12 e menores de 18 anos, as medidas socioeducativas¹².

¹⁰ De acordo com artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 13/07/1990.

¹¹ As ‘Medidas de Proteção’ são as previstas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 13/07/1990.

É através do cumprimento da medida socioeducativa aplicada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, que o adolescente é convocado a responder pelo ato cometido.

Contudo, como vimos, embora no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha representado um avanço do ponto de vista do marco legal, o mesmo não aconteceu na implementação de políticas públicas eficazes de promoção da cidadania de forma a garantir a doutrina de proteção integral¹³ expressa na lei.

É longa a tradição assistencial-repressiva no âmbito do atendimento à criança e ao adolescente, principalmente para aqueles em conflito com a lei. Com as ações repressivas, muitas vezes pautadas na violência, principalmente nas Unidades privativas de liberdade, o adolescente se vê injustiçado, o que dificulta o assentimento subjetivo. O discurso em defesa dos direitos humanos, por outro lado, os vitimiza, o que também impede de recolher responsabilidades.

O que a psicanálise lacaniana nos ensina é que conduzir um trabalho nessas instituições é encontrar formas de dar um tratamento ao gozo e isso se dá pela responsabilidade e pelo assentimento. É promover o aparecimento do sujeito implicado no seu ato.

É esse trabalho que apresento no próximo capítulo.

¹² As 'Medidas Socioeducativas' são as previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 13/07/1990.

¹³ Artigo 1º. do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 13/07/1990.

CAPITULO VI:**OS IMPASSES E OS AVANÇOS NA EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS - RELATO DE UMA EXPERIENCIA.**

A segunda fase da pesquisa foi realizada no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) da Ilha do Governador, onde os adolescentes cumprem a medida socioeducativa de semiliberdade. Essa fase contemplou o atendimento individual ao adolescente e a prática da “Conversação¹⁴” com as famílias, os agentes de disciplina e os adolescentes.

É importante esclarecer que o atendimento ao adolescente no âmbito do cumprimento da medida socioeducativa tem algumas particularidades: Não há demanda de tratamento. O adolescente não traz questões, isto é, dificilmente buscam construir um saber sobre o seu ato. Há a intervenção de muitos profissionais dentro da Unidade, pois o psicólogo faz parte da chamada “equipe técnica”, composta, ainda, por um pedagogo e um assistente social. Esta equipe é referência para o adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. Fica responsável pelo acompanhamento, orientação, profissionalização, escolarização e por apresentar relatório do caso à autoridade judiciária competente no prazo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990).

Contudo, sabemos que a intervenção do psicanalista é uma intervenção muito particular. O psicanalista não elabora laudos, não faz acompanhamentos e nem dá orientações. Sua ação não é orientada por valores ideais, não visa “ressocializar” e nem “re-inserir” o sujeito na sociedade. A ação do analista é radicalmente outra. Advertido dos efeitos do inconsciente, o analista vai buscar naquilo que o sujeito diz a sua posição frente ao próprio dito, isto é, a relação com o seu desejo e o seu gozo.

Assim, ao interrogar o lugar que o sujeito ocupa em relação ao seu ato, o analista visa à responsabilidade, ou seja, a resposta de sua posição de sujeito. Esse ato, que teve como consequência uma resposta jurídica, desempenha uma função em sua vida e na relação com o Outro, sendo importante recuperar a sua participação nesse ato, que, muitas vezes, lhe retorna como sem sentido.

¹⁴ A “Conversação” é um dispositivo sugerido por Jacques-Alain Miller para os encontros clínicos do Campo Freudiano. O Centre Interdisciplinaire sur l’Enfant (CIEN), fundado em 1996, propõe a prática da “Conversação” em seus laboratórios, no trabalho de aplicação da psicanálise no contexto social.

Como já articulamos, todo ato tem relação com o objeto, por isso, nessa clinica dos atos temos que considerar a maneira pela qual, no mundo contemporâneo, os objetos se apresentam para o sujeito e as conseqüências disso.

Os objetos, hoje, são oferecidos para gozar, sem renúncia ou sublimação, o que dificulta o estabelecimento de laço social. A droga, o objeto a ser consumido a qualquer preço, encobre o verdadeiro conflito entre o desejo e o eu e evita a elaboração de uma resposta sintomática, subjetiva, singular. Vimos em termos teóricos os efeitos disso: Sem referências identificatórias, os sujeitos não fazem laço com o Outro e tamponam a sua divisão com o falso mais-de-gozar implícito nos gadgets. Isto torna difícil, muitas vezes, distinguir, em termos clínicos, os quadros de neurose dos quadros de uma psicose. Há casos em que o ato infracional mantém um endereçamento ao Outro e a intervenção do Juiz apazigua a culpabilidade e, há outros casos, em que o ato infracional aparece como ruptura do laço com o Outro, um ato que tem como conseqüência desligá-lo do Outro, uma ruptura do laço social, sem que necessariamente seja uma psicose.

Por isso, precisamos ver no caso a caso a forma como o objeto se apresenta para o sujeito e suas formas de respostas. A resposta do sujeito não é o mesmo na neurose, na perversão ou na psicose.

Apresento, a seguir, dois casos dentre os muitos atendidos. É importante salientar que neste trabalho não considere os casos de comorbidade, nem de psicose, desencadeada ou não, pois nos conduziria a outra discussão teórica.

A proposta do trabalho, também, não foi submeter os adolescentes a tratamento analítico. A proposta foi oferecer aos adolescentes, que estavam cumprindo medida socioeducativa no CRIAAD-Ilha do Governador, a partir do atendimento semanal sistemático, um espaço de oferta da palavra, tendo como regra fundamental a associação livre, criando, assim, a possibilidade do adolescente traduzir em palavras esse real que aparece realizado em ato.

Privilegiei os casos em que o ato infracional foi cometido na adolescência, para verificar se esse ato coincidia com a hipótese que estamos levantando, a de que o ato infracional surge como um modo de resposta às exigências pulsionais da sexuação na adolescência, revelando seus impasses no campo das identificações sexuais. Em última instância, colocando o ato na relação do sujeito com o real da castração e a escolha de objeto.

1. A posição do ato infracional na relação do sujeito com o real da castração e a escolha de objeto: Fragmentos clínicos¹⁵.

Elton¹⁶

Elton, 15 anos, foi preso ao tentar furtar¹⁷ um colar de uma mulher na rua. Após ficar durante vinte dias cumprindo medida socioeducativa de internação provisória no Instituto Padre Severino, recebeu medida socioeducativa de liberdade assistida.

Este foi o único caso atendido, no âmbito da pesquisa, que o adolescente não estava cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade. Foi atendido no período de novembro de 2007 a maio de 2008.

Logo na primeira entrevista, Elton diz que “achou bom ter que conversar com um psicólogo, porque o Juiz mandou” (sic).

A mãe comparecia para atendimento sempre que solicitado. Mostrava-se preocupada, sempre telefonava para saber se o filho compareceu para atendimento. Sobre o ato infracional praticado pelo filho, afirmou que não esperava que ele fizesse o que fez. Quando soube que ele foi preso, sentiu raiva e pena.

Conta a sua história. Relata que foi morar com o pai de Elton aos 14 anos. Foram morar na casa dos pais dele. Engravidou aos 16 anos. Foi uma gravidez com muitos problemas, pois teve pressão alta. Elton nasceu com oito meses de gestação.

O relacionamento já não ia bem, quando engravidou de sua segunda filha. Descobriu que ele tinha outra mulher. Tiveram uma “briga feia” (sic), ele bateu muito nela. Depois desse dia resolveu que iria se separar dele. Começou a tirar seus documentos, a trabalhar e foi morar com a mãe dela. Afirma que não o perdoa, não pode ouvir falar nele.

O pai não deixou que levasse Elton. Ela mudou-se apenas com a filha, ainda bebê, para a casa da mãe dela, que é no mesmo bairro. Elton ficou sob os cuidados da avó paterna. O pai foi morar com a outra mulher e ficava tempos sem dar notícias.

Quando estava com 8/9 anos, Elton viu no jornal da tarde, na televisão, a reportagem sobre a prisão do pai, envolvido em uma tentativa de assalto a banco. A avó desligou a televisão e o mandou sair da sala. Não falou mais no assunto. O pai estava cumprindo pena de 14 anos de prisão. Tinha contato com o pai pelo telefone, mas, não

¹⁵ Os nomes usados para identificar os casos são fictícios.

¹⁶ Este caso foi apresentado no encontro “Samparioca” em São Paulo promovido pelo Instituto de Psicanálise Lacaniana (IPLA/SP) e Núcleo Sephora de Pesquisa, e no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental.

¹⁷ Ato infracional análogo ao artigo 155 do Código Penal: “Subtrair para si ou para outrem coisa alheia, móvel”.

perguntava sobre o ocorrido, e todos evitavam falar sobre o assunto. Segundo relato da mãe, após a prisão do pai, Elton começou a apresentar problemas na escola. Foi encaminhado para tratamento psicológico. Com o tratamento, melhorou, mas depois voltou a “aprontar”. A avó não agüentou “tantos problemas” e pediu que ele fosse morar com a mãe.

Aos 14 anos, ele foi morar com a mãe. A avó, então, resolveu lhe contar o que realmente acontecera com o pai. O pai era “bandido” (sic) e matou uma pessoa nessa tentativa de assalto. Logo depois, aos 15 anos, Elton praticou o ato infracional.

Elton falava pouco nas sessões. Às vezes desenhava e, através de seus desenhos falava da namorada, do cumprimento da medida socioeducativa, etc.

Em uma sessão desenhou um jogador de futebol, com roupas da Nike e um grande colar com a inicial do seu nome. Falou do ato praticado. Não sabia dizer por que fez isso. Foi uma “besteira”. Não estava pensando em fazer o que fez, mas quando desceu do ônibus e viu a moça com o colar, resolveu pegá-lo. “- Eu já estava querendo um colar há um tempão... acho bonito... meus amigos falavam que era tranqüilo, mole, fui tentar e deu nisso.... mas não vou fazer mais...”

Diz que depois que foi preso, começou a levar a vida mais a sério. Antes quando jogava futebol não obedecia. O professor mandava correr, ele andava. Não sabia por que fazia isso. Levava tudo na “zoação”. Acha que agora tudo mudou, sabe que tem que “cumprir as regras, obedecer”.

Totalmente tomado pela sua vida amorosa, Elton começou a falar das brigas que tinha com a namorada. Conta que “brigou feio, quase bateu nela”, pois ela foi ao baile sozinha. “Mulher minha não faz isso” (sic). Agora, não queria saber dela. Ela ficava procurando por ele, mas ele não respondia. Iria namorar a prima dela, que sempre “deu mole” para ele.

Tempos depois começou a namorar a prima. Outro relacionamento marcado por brigas de ciúmes. Quando brigavam ficava com a “cabeça quente”, tinha que sair de perto para não bater nela e acabava estourando com os colegas.

Em outra sessão relatou que a ex-namorada o chamou para conversar e disse que estava grávida e que iria “tirar”. Ele não acreditava, achava que era “armação” para ele não terminar com ela. Não queria saber se ela estava realmente grávida ou se iria “tirar”. Não queria saber...

Questionado sobre o não querer saber sobre o seu filho, Elton se embaraça e diz: “- Não, eu não quero saber dela...”

Voltou na outra semana dizendo que andou pensando... Queria ter um filho com a menina que ele ‘gostasse sério’, que ele escolhesse como sua mulher. Iria ter mais cuidado. Só transar com camisinha. Não queria ter um filho fora de hora.

Começou a falar do pai. Ele saía da cadeia e estava cumprindo pena de semiliberdade. Estava saindo com o pai e com a namorada deste. Sobre o crime praticado pelo pai afirmou: “É com ele mesmo. Errou tem que pagar...”

Algo começou a se operar em Elton. As namoradas já não eram o foco principal de sua fala. Começou a falar dos seus planos futuros. Inscreveu-se em um curso da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Receberia uma bolsa auxílio de duzentos reais. Também estava levando os estudos mais a sério. Estava conseguindo prestar atenção na aula e “entender matemática...”.

Estava saindo com outra garota. Diz que ela é muito ciumenta. Ela está sempre achando que ele “dá mole” para outras garotas e ele acha tudo muito engraçado, deixa que ela pense isso, pois não tem nada demais, homem pode ter outras garotas. Mas, ele não tem.

Elton já não briga, acha graça.

Algumas considerações

Elton, 15 anos, vive intensamente as questões com os quais um adolescente se vê confrontado: separação do Outro, busca da identidade sexual, encontro com o real do sexo.

Como vimos o que Freud demarca como sexualidade, faz furo no real. Real que irrompe de forma particular na adolescência e coloca o sujeito frente ao enigma que representa as mulheres, obrigando-o a se ressituar em relação à diferença sexual, à assunção de seu próprio sexo e em relação ao seu desejo.

É ao ter que eleger uma mulher como causa de seu desejo que Elton se embaraça. Seu ato infracional não é um ato de rebeldia contra a lei simbólica, é uma atuação que surge como resposta do real diante das exigências pulsionais da sexuação na adolescência, revelando o seu embaraço em tomar posse do atributo fálico.

Vimos que para entrar na dialética fálica, o menino tem que se deparar com o fato de que não tem aquilo que tem. Assumir uma posição viril implica em abrir mão do narcisismo do órgão. O primeiro nó do desejo masculino com a castração se dá no momento em que o *a* se desprende, cai de *i* (*a*), a imagem narcísica. É nesse momento que a falta apontada pelo falo se coloca para o sujeito pela primeira vez. O homem experimenta no mecanismo da tumescência e da detumescência a verdade da castração. O pênis faz semblante

do falo, contudo evidencia na detumescência que, no ápice do encontro sexual, o falo se presentifica como ausência.

O que está em jogo na lógica masculina da sexuação é o falo como objeto perdido que se visa recuperar. Vimos, aí, a importância da transmissão paterna do semblante fálico. É o pai, como exceção que funda a regra, que desvela para o sujeito a impossibilidade de ter o falo, de outro modo que não seja pela falta, ao mesmo tempo em que instaura a possibilidade de se utilizar das insígnias fálicas como semblante. Se o pai falha ao transmitir a dimensão do semblante, no qual o falo se inscreve, o sujeito fica preso na crença de que é possível ter o falo de outro modo que não seja por sua ausência.

Aos 15 anos, tomado pelas suas questões amorosas, quando tem que realizar algo da identificação sexuada, viril, o significante do Nome-do-Pai falha e aparece o *acting out*, como uma manifestação do inconsciente.

Quando precisa se identificar a algo do pai na adolescência, para construir uma posição entre outros homens, ele não consegue se servir do pai. Não é tanto porque o pai se ausentou ou foi preso, mas porque sobre isso pesou o recalque. A consequência do recalque é que ele recupera isso pela via do inconsciente. Ele constitui uma identificação ao pai a partir daquilo sobre o qual não se fala. Como salienta Lacan (1954a, p. 391), aquilo que é subtraído pelo sujeito da possibilidade da fala, vai aparecer no real.

O pai matou alguém e foi preso, mas a mãe também lhe diz que saiu de casa, porque o pai bateu nela e tinha outras mulheres. No legado desse menino, quanto a escolha amorosa, ele tem um pai que bate na mãe e tem muitas mulheres. Elton ataca uma mulher na rua na tentativa de pegar um colar de ouro. Como aparece em seus desenhos, o colar é o signo de poder, dinheiro e sucesso com as mulheres.

O apelo ao pai encontra na intervenção do Juiz uma resposta, que sob a forma de medidas socioeducativas apazigua a culpabilidade. Elton diz que depois que foi preso leva a vida mais a sério.

Frente à necessidade de se separar do Outro, de responder singularmente como sujeito, quando confrontado com o real do sexo, a fantasia falha e aparece o *acting out*. A sentença do Juiz tem uma função de pacificação, busca de apaziguamento, frente à angústia de castração.

Como assinali no capítulo três, o encontro entre o homem e a mulher é um encontro sempre faltoso e desvela o falo na posição de $-\phi$. Ao se deparar com a negativização do falo, o homem se precipita na angústia e se dirige à mulher como objeto do desejo, acreditando que é do lado dela que o falo se encontra. O encontro com a falta do falo é

problemático para o homem, pois, deixar que se veja o seu desejo pela mulher, é deixar ver o que ele não tem. É nesse sentido, como vimos, que Lacan (1963, p. 210) formula que no reino dos homens há sempre a presença de uma certa impostura. Na corte amorosa, o homem faz semblante de ter o falo que não tem. Se, para entrar na dialética fálica, o homem abre mão do que tem, no encontro com o outro sexo, faz semblante de ter o que não tem.

No caso em questão, pela equação ‘filho-escolha de uma mulher’, entra em jogo a castração. Elton formula a importância de eleger uma mulher como causa de seu desejo - ser o falo para aquela mulher e o objeto *a* para aquele homem.

A parte inferior das fórmulas da sexuação explicita essa operação. Vendo-se dividido ($\$$) o homem se dirige à mulher elevando-a à condição de objeto *a* causa do desejo. É na posição de objeto *a*, um dos termos que figura no fantasma do homem ($\$ \diamond a$), que a mulher responde à contingência do encontro no amor, em suplência à relação sexual que não existe.

Ao eleger uma mulher como causa do seu desejo e, com isso, encobrir a angústia provocada pelo $-\phi$, presentificado como castração, Elton inaugura um modo de suplência para a ausência da relação sexual.

Elton consegue, então, lançar mão de uma certa impostura na relação amorosa. Deixa que a namorada pense que ele “dá mole” para outras garotas, mesmo que isso não aconteça. Como na relação entre os sexos não está em jogo a complementaridade, mas o semblante, pela via do semblante, Elton torna possível o encontro entre os sexos.

O encontro com o analista permitiu que Elton traduzisse em palavras o que aparecia realizado em ato, construindo um saber em torno desse real, que aponta para a impossibilidade de se representar a relação sexual, a complementaridade entre os sexos, o gozo absoluto.

Cláudio

Cláudio é um dos muitos casos de adolescentes envolvido no tráfico de drogas. Foi preso aos 17 anos com um grupo de amigos após saírem de uma festa na tentativa de roubar¹⁸ um celular. Estavam alcoolizados. É sua primeira passagem pelo sistema socioeducativo e está cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade.

¹⁸ Ato infracional análogo ao artigo 157 do Código Penal: “Subtrair coisa móvel, alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à possibilidade de resistência”.

Este é um caso interessante, porque Cláudio tem uma típica família de classe média baixa, cujos pais trabalham e sempre se preocuparam com a educação e a formação profissional dos seus filhos, mantendo-os na escola e em cursos profissionalizantes. Cláudio estava participando de um projeto da FIA de jovens patrulheiros e inserido no mercado de trabalho. Tem boa escolaridade, considerando a média dos adolescentes que entram no sistema socioeducativo. Está cursando a 1ª. série do Ensino Médio.

Diferente, também, da maioria dos casos em que aparece a mãe como a única responsável pelo filho, neste é o pai quem acompanha o filho desde sua apreensão. Contudo, fica evidente nas entrevistas, a dificuldade do pai de impor limites claros ao filho e perceber o seu envolvimento nos atos infracionais.

Os pais são naturais da Paraíba. O pai trabalha como auxiliar de serviços gerais em um curso de inglês, mas já trabalhou em projetos sociais na comunidade e por isso tinha facilidade em incluir os filhos nessas atividades. É conhecido como aquele que ajuda todo mundo, mas, por outro lado, o que consegue é com a ajuda dos outros (sic).

A mãe, por sua vez é uma mulher firme e desconfiada. Trabalha como empregada doméstica. Não hesitou em entrar com uma ação trabalhista contra os patrões, para quem trabalhou durante anos, quando após a apreensão do filho, pediu férias e eles não concederam. Atualmente está desempregada, mas recebendo o dinheiro da indenização.

Eles têm três filhos. Relatam bom relacionamento familiar e que foram pegos de surpresa diante da apreensão do filho, o que abalou a harmonia familiar. O pai acha que a esposa passa muito a mão na cabeça do filho e que não adianta falar, porque ela não lhe dá ouvidos (sic). Definem Cláudio como um filho responsável e ligado ao grupo familiar. Negam a responsabilidade do filho na prática do ato infracional, apesar da apuração dos fatos. Atribuem o fato ocorrido à influência dos colegas e ao uso do álcool.

Enquanto o pai se coloca na posição daquele que não pode fazer nada. A mãe, demonstrando fascinação pelo único filho homem, encobre seus atos e afirma que a única coisa que quer saber é o que ela pode fazer para tirá-lo logo dali.

Cláudio expressa-se com facilidade, no início com muitas reservas, depois conta a sua história. Diz que foi morar com a avó, que reside próximo a casa dos pais, depois que o avô morreu para fazer companhia para ela. Na casa da avó tinha um quarto só para ele e mais liberdade. Tinha na ocasião 12 anos. Nesse momento começou a se envolver com o tráfico de drogas. Saía para ir à escola, mas ficava com os amigos na rua. Os amigos foram se envolvendo e ele também. Gostava da vida fácil: dinheiro, fama, mulher. Quantas ele

quisesse. Na comunidade o bandido tem prestígio. “Na vida do crime a gente consegue tudo rápido. Não precisa esperar” - afirma.

Conta que quando foi preso já estava afastado do tráfico, pois a milícia acabou com tráfico na sua comunidade. Muitos amigos foram para outro lugar para continuarem no tráfico de drogas, mas ele preferiu se afastar. Gostava de sair para “zoar” com os amigos e roubar. Compara o roubo a um vício. Estava nessa vida porque gostava, mas agora não tem mais graça, já vai fazer 18 anos, não pode vacilar....

Cláudio não traz questões, nem em relação aos seus casos amorosos, nem em relação à família ou mesmo a prática dos atos infracionais. Tudo que exige renúncia, tempo, investimento ele não quer saber, afinal sabe como conseguir o que quer com o mínimo esforço possível: prestígio, dinheiro, mulheres. Nesse momento só quer sair logo dali e se vai para escola ou para cursos é apenas para cumprir o que está determinado judicialmente. Ele não quer nada. Onde está o sujeito do desejo?

Na posição de mais-de-gozar, identificado ao objeto de gozo - que é o que lhe dá prestígio e mulheres sem precisar renunciar a nada - aparece apagado da sua posição de sujeito.

Cláudio não quer confrontar-se com a causa de seu desejo. Essa fantasia de ter todas as mulheres evidencia sua dificuldade de extração do objeto *a* como causa de seu desejo.

No final do seu ensino, Lacan acentua em RSI (1974-75), que o pai não pode transmitir a castração a não ser submetendo-se a ela: “a *père-version* é a única garantia da função paterna”¹⁹, isto é o modo particular pelo qual o pai faz sua escolha amorosa, sua escolha sexual “ao tomar uma mulher como causa do seu desejo”, indicando a presença de um pai desejante, submetido à castração. Nesse viés um pai é aquele que, a partir do exercício sutil de sua *père-version*, nomeia o que é próprio ao desejo e transmite não só o falo como objeto desejado, mas ainda um uso vivo e particularizado do objeto *a*.

A adolescência é o de subjetivação desse desejo, momento em que o sujeito se vê confrontado com a possibilidade do encontro com o Outro sexo. As circunstâncias em que acontece esse encontro com o parceiro sexual presentificam o modo como, nesse segundo tempo, a castração foi simbolizada e validada, que no caso do homem se coloca pelo uso que se pôde fazer da função fálica.

¹⁹ Lacan, J. 1974-75, Seminário inédito, aula de 21/01/75.

No caso em questão parece que a função do pai de transmitir ao seu filho a promessa do exercício legítimo da virilidade não se deu. Um pai que não particulariza o seu desejo como homem, impotente, cuja palavra aparece esvaziada no discurso da mulher e do filho.

Esse caso ilustra bem o que articulamos na teoria. Quando o adolescente não encontra um pai para responder às questões: o que uma mulher quer de um homem? Como um homem escolhe uma mulher? Ele se embarça. Sem ter o apoio na relação particular de um homem por uma mulher, para quem entre, aí, a castração - ser o falo para aquela mulher e ser o objeto *a* para aquele homem - eles constroem a fantasia de que o que elas querem é um homem todo poderoso, um homem que pode tudo. Imaginariamente, o único homem capaz de responder a isso é o bandido, o traficante, àquele que porta a arma, não tem medo, tem dinheiro e poder.

Vimos que o ideal masculino comporta a identificação com a posição viril do herói, porém, como potência desde sempre perdida. Não querendo confrontar-se com a castração, Cláudio não quer abrir mão dessa posição encarnada do 'bandido', que tem prestígio e mulheres.

Cláudio diz que estava nessa vida porque gostava e compara o roubo a um vício, que ele não quer largar. Sem conseguir se identificar às insígnias do pai, de fazer uma escolha de objeto, de particularizar o seu desejo, Cláudio se vê desprovido de um ideal, não tem projetos para o futuro, não tem nada a realizar. É no "crime", que ele vai buscar, de maneira imediata, o objeto-*gadget* que tampona a sua divisão com o falso mais-de-gozar e lhe garante prestígio e o sucesso com as mulheres, protegendo-se, dessa forma, de se confrontar com o seu desejo, com a impossibilidade de tudo representar - o sexual, a mulher, a morte - que constitui nossa condição de sujeito atravessado pela linguagem.

2. Os impasses na execução de medidas sócio-educativas.

O desenvolvimento desse trabalho de atendimento individual sistemático aos adolescentes visando à responsabilidade e ao assentimento subjetivo à punição teve um efeito na própria rotina da instituição e outras intervenções se fizeram necessárias.

Como apresentei no primeiro capítulo, os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) são Unidades de execução de medida socioeducativa de semiliberdade. O tempo de permanência do adolescente na Unidade é de até seis meses. A medida socioeducativa de semiliberdade pode ser determinada desde o início ou como

progressão da medida socioeducativa de internação ou, ainda, como regressão da medida socioeducativa de liberdade assistida.

Como estabelece o artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o regime de semiliberdade visa à escolarização e a profissionalização de maneira obrigatória:

Art.: 120 - O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilita a realização de atividades externas, independente de autorização judicial.

§ 1º É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo sempre que possível, ser utilizado os recursos existentes na comunidade.

Contudo, retomando o que apresentei no primeiro capítulo, são muitas as dificuldades que se apresentam nesse serviço: o alto número de evasões e descumprimentos dos adolescentes; falta de recursos; espaços físicos inadequados para os atendimentos e desenvolvimento das atividades; dificuldade de estabelecer parcerias para inserção dos adolescentes em cursos profissionalizantes; a disciplina imposta pelo uso da violência e da intimidação e não pela lei; a falta de integração entre os profissionais da Unidade, a tentativa recorrente dos adolescentes de entrarem com drogas na Unidade; a falta de envolvimento das famílias na execução da medida socioeducativa de seus filhos, entre outros.

Dessa forma, logo se evidenciou a importância de outras intervenções, além do atendimento individual ao adolescente, que envolvesse a família e os agentes de disciplina.

Assim, utilizando como metodologia de intervenção a “Conversação”, propus desenvolver um trabalho de grupo com os adolescentes, com as famílias e com os profissionais da Unidade.

É importante ressaltar, ainda, que ao chegar no CRIAAD - Ilha, com a proposta de desenvolver essa pesquisa, encontrei um Diretor muito envolvido com o trabalho com os adolescentes, com uma visão socioeducativa e uma intervenção muito particular: conseguindo impor autoridade, sem ser autoritário; fazendo valer a lei, sem se confundir com ela; respeitando o trabalho em equipe e nos dando autonomia para desenvolvê-lo. Deste modo, a proposta de desenvolvimento desse trabalho de grupo com as famílias e com os agentes foi imediatamente aprovada pelo Diretor e acolhida pela equipe, cujo apoio foi fundamental.

E pudemos perceber os efeitos desse trabalho: menos tumulto entre os adolescentes, que ficaram mais comprometidos com suas atividades, com seus tratamentos e mais harmonia entre os profissionais, que aos poucos começaram a sair de suas ações burocráticas e se envolverem em ações socioeducativas.

3. A implementação dos projetos: Os avanços.

Foi através dessa pesquisa, sob a orientação da Professora Tânia Coelho dos Santos, que encontrei estratégias de intervenção, a partir da psicanálise aplicada, para dar conta do mal-estar que se apresenta nesse serviço, daquilo que se repete e retorna como fracasso, se manifestando no imobilismo dos profissionais, que não acreditam no efeito do seu trabalho. É comum ouvirmos os profissionais afirmarem que “estão enxugando gelo” e que suas ações caem no vazio, já que esses jovens “não têm jeito mesmo”.

Freud já estava atento aos impasses experimentados pelo sujeito na civilização e alertou sobre o impossível que há no ato de governar, educar e analisar. Segundo Freud, estas são profissões ‘impossíveis’ “[...] quanto às quais de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insatisfatórios.” (FREUD, 1937, p. 282).

Podemos dizer que o impossível reside no fato do simbólico não recobrir inteiramente o real, que se manifesta como *acting-out*, passagem ao ato, como aquilo que não funciona, que não vai bem e não pode ser traduzido em palavras. Por isso, é importante destacar a questão dos limites do nosso trabalho e a forma que encontramos ou inventamos para encarar esse impossível que se apresenta no dia-a-dia desse serviço. Não devemos recuar, mas, sim, avançar.

Como salienta Santiago (2009, p. 69) seguindo Miller, o exercício da psicanálise nas instituições, em conexão direta com o social, faz-se sob a égide dos princípios que regem a prática analítica, sempre com base em uma reflexão constante sobre as condições de sua aplicação. O desafio dessa iniciativa, segundo a autora (Ibid., p. 70), “é o de se mobilizarem as formas cristalizadas de fracasso, para se resgatar o laço social”. Essa foi a proposta deste trabalho.

3.1. A ‘Conversação’ como metodologia de intervenção.

A ‘Conversação’ foi sugerida por Jacques Alain-Miller como dispositivo para os encontros clínicos do Campo Freudiano (MILLER, 2003), e é utilizada como metodologia por Ana Lydíia Santiago (2009) no seu trabalho de pesquisa-intervenção, no âmbito da educação, realizado no Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Educação (Nipse) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ana Lydíia apresentou esse trabalho no Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e Contemporâneo.

A proposta da Conversação, segundo a autora (2009), é promover uma circulação do discurso em torno das questões que se apresentam como mal-estar ou como sintoma. O objetivo é promover um debate, uma reflexão e discussão viva entre os participantes, visando à produção de algo inédito, pela circulação de um discurso, de uma conversa. É um espaço de oferta da palavra, abertura para uma nova idéia, uma invenção.

O analista possibilita que o falar livremente daquilo que incomoda, daquilo que não vai bem assuma a forma de uma questão, possibilitando que apareça um outro sentido no que é dito, um sentido que, muitas vezes, vale como resposta para o problema. Espera-se, a partir daí, um efeito de saber, permitindo que o sujeito saia da paralisação que o impede de tomar a palavra e agir.

A aposta na Conversação consiste na possibilidade de se “atingir a particularidade de cada sujeito através de uma conversa com muitos.” (LACADÉE, 2000, p. 7)

Como afirma Jacques Alain-Miller “...quando tudo corre bem, os significantes de outros me dão idéias, me ajudam, e, finalmente, às vezes resultam em algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas” (MILLER, 2003, p. 15-16)

3.1.1. A ‘Conversação’ com os adolescentes - Projeto “Adolescentes em debate”.

A proposta da ‘Conversação’ com os adolescentes surgiu a partir das recorrentes atuações dentro da Unidade, tais como, confronto com os agentes, tentativas de entrada com drogas dentro da Unidade, mesmo sabendo da proibição e das conseqüências desse ato. Percebemos essas atuações como sendo da ordem de um *acting out*, um apelo a que se fizesse algum tipo de intervenção, já que as sanções disciplinares como forma de dar limite ao gozo não estavam funcionando.

Eu e a pedagoga da Unidade resolvemos, então, reuni-los para conversarmos sobre o uso de drogas e que gostaríamos que dessem suas opiniões sobre esse assunto.

É importante esclarecer que esse trabalho não se faz sem transferência. Nesse momento, já havia uma transferência com o trabalho que eu vinha desenvolvendo dentro da Unidade. Em parceria feita com a equipe de profissionais do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (NESA), promovi um debate sobre vários temas, tais como: saúde, sexualidade, métodos contraceptivos, AIDS, cidadania, etc. Durante três meses todos os adolescentes foram levados ao NESA uma vez por semana e participaram com interesse das dinâmicas promovidas pelos diversos profissionais: médicos, psicólogos, assistentes sociais e dentistas.

Mostraram-se, então, receptivos quando nesse momento nos reunimos para conversarmos sobre o uso de drogas. Deixamos que falassem livremente. Começaram a falar de suas experiências com o uso de drogas: “Dá onda, é legal”. “Uma onda nunca é igual a outra, às vezes é legal, às vezes não. Depende da nossa mente.” “Não pode é vacilar. Quando tá na ativa tem que se ligar.”

Falaram como costumavam usar a droga, como conseguiam a droga e o efeito das diferentes drogas que já experimentaram: maconha, cocaína, crack, etc. Por associação livre outros assuntos começaram a surgir: A vida no tráfico de drogas, pegar em armas, as garotas, o ganho de dinheiro fácil. Mas, também, a prisão, a morte, o preço que se pagava por estar nessa vida.

Sugeriram que conversássemos mais sobre isso e que eu deveria trazer o filme “Cidade de Deus”. Queriam falar mais sobre a vida no tráfico e me mostrar “a real.”

Comecei, então, a trazer os filmes e promover um amplo debate. Outros adolescentes, que chegavam para cumprir a medida na Unidade, se juntavam para participar da atividade.

Toda semana passávamos um filme e abríamos para debate: “Meu nome não é Johnny”, “Parada 174”, “Era uma vez”, “Escritores da liberdade”, entre outros.

Os adolescentes interagiam entre si, davam suas opiniões, vibravam e sofriam com os personagens. Através dos filmes e dos personagens, que retratavam sua realidade e ao mesmo tempo o distanciavam dela, os adolescentes conseguiam falar daquilo que os angustiavam e os paralisavam - o amor e a morte.

Com esse trabalho conseguimos reduzir a zero as atuações dos adolescentes em relação à tentativa de entrada com drogas na Unidade.

Nas “conversações”, adotamos como estratégia de intervenção, a redução de danos: ‘Se quiserem fazer uso de drogas, não o façam na unidade e venham conversar com a equipe’. Dessa forma, tratando o uso de drogas como uma questão de saúde, os jovens começaram a falar abertamente das suas questões dando outro limite ao gozo diferente da pura transgressão às normas sob a forma do *acting out*.

3.1.2. A ‘Conversação’ com as famílias - Projeto “Educar: a importância de uma transmissão”.

Outro aspecto importante é o envolvimento da família em todo esse processo. Já ficou provado que o jovem que tem o apoio da família é mais comprometido com o cumprimento da medida socioeducativa e tem mais possibilidade de não reincidir.

A ‘Conversação’ com as famílias ocorre uma vez no mês. Partimos de um determinado tema que os leva a refletir sobre a relação com o filho adolescente: “Refletindo sobre a relação pais-filhos”, “Convivendo com o nosso filho adolescente”, “A educação dos filhos: da rigidez ao vale-tudo”, etc., mas priorizamos as questões que surgem a partir do desenvolvimento de cada encontro. Através desses temas eles conseguem localizar o que não vai bem, o que se apresenta como mal-estar na relação ou no processo de transmissão. A fala de uma mãe às vezes mobiliza a outra, outras vezes dá idéias. Formulam questões, encontram respostas. A presença dos pais é quase unânime.

Em uma reunião com as famílias realizada após uma situação de conflito entre adolescentes e agentes na noite anterior, mobilizou muito os pais. Esse fato teve como consequência uma ocorrência de auto de infração por desacato e ameaça para cinco adolescentes, que foram levados para o Centro de Triagem e Recepção do DEGASE (CTR), onde ficaram acautelados até serem apresentados ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude em audiência especial.

A reunião foi em torno do fato ocorrido. Deixamos que falassem livremente.

Uma mãe, cujo filho, apesar de ter participado do tumulto, não foi autuado, era a mais mobilizada. Conhecia o filho, com quem tinha muitos conflitos, pois imaturo e indisciplinado, transgredia as regras, manipulava para conseguir o que queria. A mãe, contudo, vitimizava o filho e responsabilizava os agentes pelo ocorrido. Queria providências. “Não é a primeira vez que o meu filho reclama desse plantão” - afirmou.

A irmã de um jovem, que é responsável por ele desde que a mãe faleceu, afirmou estar surpresa com o que aconteceu, mas que conversou com o irmão antes da reunião, e percebeu que ele também foi responsável por ter se inflamado contra o agente. “- Conheço meu irmão e sei que nessas horas ele age com agressão. Gosta de tomar as “dores” dos outros, parece que quer ser punido”. Ela só não entendia por que.

Outra mãe disse acreditar que, se todos reclamavam desse agente de disciplina, algo deveria ser feito, pois não era normal uma pessoa ser tão apontada. Mas, achava que os adolescentes deviam respeitar e não bater de frente com os agentes, porque iriam perder sempre. Não deviam se misturar em “patotinhas”. Disse, ainda, que sempre aconselhava o filho a não se envolver. Seu filho realmente não se envolveu.

Outra mãe, cujo filho foi levado para o CTR, afirmou que vinha notando um grande progresso em seu filho. Queria saber o que aconteceu, pois só naquele momento ficou sabendo do ocorrido e do envolvimento do filho na confusão. Quando terminasse a reunião iria conversar com ele no CTR. Queria saber a sua parcela nisso tudo. Por que agiu dessa maneira a ponto de ser autuado?

Outra mãe, que conhecia a rotina de uma Instituição, pois já cumprira medida socioeducativa de internação na antiga FUNABEM, afirmou que, devido ao histórico dos adolescentes dentro da Instituição, eles viam os agentes como seus inimigos e isso era um dado que deflagrava brigas.

Nesse momento, eu intervim. Realmente, havia um mal-estar na relação com os agentes que não seria eliminado. Os filhos estavam “presos”. Não podiam fazer tudo o que queriam, na hora que queriam, como em suas casas. Acostumados a transgredir regras e normas reagiam às imposições disciplinares e era mais fácil culpar o outro do que recolher sua responsabilidade no ocorrido. Sem dúvida, as situações de confronto poderiam ser evitadas, mas, quando aconteciam, era importante recolher as responsabilidades, tanto do lado dos agentes, quanto do lado dos adolescentes.

À mãe que estava mais mobilizada foi dito sobre o olhar diferenciado dos agentes sobre o seu filho, pois não o autuaram. Mas, por que tratá-lo como vítima? A mãe começou a falar, então, da sua dificuldade em dizer ‘não’ ao filho. Por mais que ela fizesse suas vontades, ele queria sempre mais. Ao falar sobre isso, a mãe concluiu: “Eu só consigo dizer ‘não’ ao meu filho quando eu brigo, por isso brigamos.” Ao produzir um saber sobre o conflito na relação com o filho, um outro sentido no que foi dito pode aparecer. Um sentido que teve o valor de resposta àquilo que se colocou como questão.

Esse trabalho vem dando espaço para que as famílias coloquem em palavras suas dificuldades com seus filhos, troquem experiências e retifiquem aquilo que não vai bem na relação.

Como efeito, os pais, mães em sua maioria, têm encontrado uma maneira de intervir com o seu filho diferente da permissividade ou do abandono.

[...] a mediação do analista, pela oferta de palavra, deve ser de outra ordem. Segundo Miller, o analista deve visar a uma mutação no falar à toa - ou seja, a possibilitar que o falar descompromissadamente sobre o sintoma assumia a forma de uma questão e a própria questão a forma da resposta. [...] E, desse modo, a resposta que surge revela seu valor de saber inconsciente. Quando esse processo ocorre, pode-se falar de uma *‘mutação do falar livremente’*, mutação que resulta na *transferência* e caracteriza a ocorrência do ato analítico como o que produziu uma

divisão em um antes e um depois (MILLER, 2008, apud SANTIAGO, 2009, p. 73 - grifos no original)

3.1.3. A ‘Conversação’ com os profissionais - Projeto “Diálogos - Trabalhando com aqueles que trabalham”.

A ‘Conversação’ com os profissionais buscou criar um espaço para que os agentes de disciplina pudessem falar do mal-estar que se apresentava nesse serviço e que se manifestava no confronto, às vezes inevitável, com os adolescentes.

Como já assinalei, esse trabalho não se faz sem transferência. Nesse caso, foi a transferência dos profissionais com o diretor do CRIAAD que sustentou o desenvolvimento desse trabalho, inicialmente acolhido com muita desconfiança pelos agentes.

A proposta da ‘Conversação’ era refletir sobre a prática profissional no DEGASE a partir da seguinte questão: “O que deve ser feito no enfrentamento de situações de violência, que envolvem adolescentes enquanto autores de ato infracional ou vítima de violação de direitos no cumprimento de medidas socioeducativas?” (SINASE). Outros temas debatidos foram: A violência intrafamiliar; Autoridade x autoritarismo; As dificuldades encontradas no dia-a-dia desse serviço, etc.

Uma vez por semana, reuníamos a equipe de plantão: quatro agentes de disciplina, uma assistente social, uma pedagoga e as estagiárias de psicologia e de pedagogia, de modo que no final do mês todos os profissionais participaram pelo menos uma vez da ‘Conversação’. Essa atividade foi desenvolvida, semanalmente, no período de agosto a dezembro de 2009.

A maioria dos profissionais são funcionários públicos concursados. Trabalham no DEGASE desde 1998. Todos são sérios no trabalho que realizam e têm muita prática. Logo, foi se evidenciando que os agentes que estavam mais identificados com a sua função eram aqueles que ficavam mais tomados pelos “desacatos” dos adolescentes e se sentiam afrontados, às vezes, com um olhar que interpretavam como desafiador.

Inicialmente, falaram de como foram “jogados” nessa atividade sem o menor preparo. Como consequência, muitos profissionais, sem recursos subjetivos para lidarem com as situações que se apresentavam no dia-a-dia, adoceram ou pediram exoneração do cargo.

Alguns são policiais e falaram do conflito que enfrentavam, pois viam os adolescentes como “bandidos” que nas ruas tinham que “prender” e nas Unidades, como agentes de disciplina, tinham que “cuidar”.

Esses eram os que se mostravam mais inibidos em suas funções. Não atrapalhavam, mas também não colaboravam com as ações socioeducativas. Limitavam suas ações a ficar na portaria regulando a entrada e a saída dos adolescentes para as atividades externas. Diziam que não eram “babás”. Achavam que alguns “garotos” precisavam de ‘uma correção’ e que a equipe técnica ficava de “mamãezada”, passando a mão na cabeça dos garotos e tratando-os como vítima.

A relação entre agentes de disciplina e equipe técnica foi um aspecto abordado por todos os grupos que participaram da ‘Conversação’. Afirmaram que essa ação dos técnicos, contrária a atuação dos agentes, desautorizava os agentes e favorecia a manipulação por parte dos adolescentes, que eram dissimulados.

A ‘Conversação’ possibilitou retificar essas questões. Devemos pautar as nossas ações na lei, na disciplina, na responsabilidade e na ética.

Foi importante debater o valor da punição na retificação subjetiva. É através do cumprimento da medida socioeducativa aplicada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, que esses adolescentes são convocados a responder pelo ato cometido. Contudo, a punição por si só, muitas vezes, pautada na violência, faz com que o sujeito se sinta injustiçado, o que impede de recolher a sua participação subjetiva nesse ato. Da mesma forma, se o tratarmos como vítima.

O efeito desse trabalho logo se refletiu no dia-a-dia da Unidade. A integração do trabalho entre os profissionais - equipe técnica e agentes - possibilitou uma maior harmonia dentro da Unidade, minimizando as manipulações dos adolescentes e os tumultos.

Os adolescentes, agora, mais comprometidos com suas atividades, seus tratamentos e com a disciplina começaram a reivindicar aquilo que achavam ser seu direito, encaminhando seus argumentos sem precisar usar a força ou a violência para conseguir o que queriam. Os limites e as normas, colocados de forma clara pelo diretor e respeitados por todos, pacificaram a Unidade. O que pode, pode. O que não pode, não pode. A lei vale para todos.

Mesmo a chegada de novos adolescentes não abalou a rotina dentro do CRIAAD, pois os próprios adolescentes começaram a não permitir lideranças negativas entre eles. Só ficava no CRIAAD aquele que queria cumprir a medida socioeducativa aplicada.

Esse trabalho possibilitou, ainda, que os profissionais saíssem do imobilismo institucional e encontrassem outras formas de intervenção diferentes dos modelos correccionais, adaptativos e repressivos.

Mais motivado e envolvido com as ações socioeducativas, um agente propôs envolver os adolescentes na elaboração de um jornal. Outro propôs elaborar um projeto para difundir os resultados do trabalho realizado no CRIAAD nas escolas de internação.

Em uma ‘Conversação’, um agente disse: “- Sabe, eu estou saindo dos meus plantões sem dores de cabeça. Isso é um bom sinal. No início, eu achei que essas conversas não valiam para nada, mas acho que está sendo bom.”

Esse trabalho foi logo divulgado dentro do DEGASE. Recebi, então, a proposta de replicá-lo às outras Unidades de Semiliberdade e de Internação. Esse é o próximo desafio...

Assim, para dar conta das demandas subjetivas que estão associadas ao uso de drogas e à violência, além de políticas sociais articuladas, é importante promovermos a troca de experiências, onde a psicanálise tem muito a contribuir ao apostar no inconsciente e na emergência do sujeito.

Por essa via, a psicanálise vai transmitindo que não se trata de segregar, mas, sim, de intervir na relação do sujeito ao gozo, a fim de que este se modifique. (OTONI, 2004)

CONCLUSÃO

Nous naissons, pour ainsi dire, em dois fois: l'une pour l'espèce et l'autre pour le sexe [...] (Rousseau, 1969 apud Lacadée, 2007a, p. 23)²⁰

Eis que chega o momento de concluir. O mergulho teórico na teoria psicanalítica não se faz sem efeitos. O percurso na elaboração dessa tese teve como efeito encontrar estratégias de intervenção para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, no âmbito do cumprimento da medida socioeducativa, a partir da psicanálise aplicada e tendo como referenciais o Estatuto da Criança e do Adolescente e o SINASE.

Partimos das seguintes questões: Como operar com o discurso psicanalítico nesse campo onde predomina o discurso jurídico, correcional e repressivo? Como promover uma mudança subjetiva nesses jovens capturados pela pobreza e pela fragilidade dos laços sociais? A que seus atos infracionais vêm responder?

Concluimos, com base nos estudos sociais e antropológicos de Alba Zaluar e nos atendimentos aos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, que o envolvimento desses jovens com os atos infracionais não se deve à pobreza, ao desemprego ou à necessidade de dinheiro, mas apontam para o impasse do sujeito com a castração.

Desenvolvemos, então, a hipótese de que o ato infracional do adolescente, para além de uma transgressão à lei, surge como uma resposta do real diante das exigências pulsionais da sexuação na adolescência, revelando os seus impasses no campo das identificações sexuais e da escolha de objeto.

Na puberdade, o corpo se transforma e o sujeito se confronta, de maneira lógica, com a 'não relação sexual'. É o momento onde a pulsão sexual se coloca a serviço da função reprodutiva, colocando à disposição do sujeito o ato sexual. Contudo, longe de tornar a relação sexual possível, suscita fantasias que o afastam dela, revelando aí um paradoxo. Ao mesmo tempo em que a maturação torna possível a realização do ato sexual, faz com que o sujeito desperte para o impossível da relação sexual.

Os conflitos, nesse momento, são vividos intensamente, porque o sujeito não dispõe de nenhuma resposta pronta frente à confusão pulsional que se opera. Frente ao que modifica no seu corpo e ao encontro com o Outro sexo.

Para o ser humano, diferente do animal, não existe nenhum saber no real quanto ao sexo, quanto ao encontro com o Outro sexo. Privado da solução animal do instinto, mas cheio

²⁰ “Nós nascemos, por assim dizer, em duas fases: uma pela espécie e outra pelo sexo [...]” - tradução livre

da pulsão, do fato da sua inserção na linguagem, o sujeito se depara com a estrutura do buraco, este vazio da relação entre um homem e uma mulher, despertando para o impossível da relação sexual. (LACADÉE, 2007a)

A delicada transição da adolescência, momento de encontro com esse real do sexo, provoca angústia. Tornar-se homem ou mulher envolve uma nova amarração a partir do que se operou na estrutura na passagem pelo complexo de Édipo e pelo complexo de castração e que serão ressignificados nesse momento. As circunstâncias em que acontece o encontro com o parceiro sexual presentificam o modo como, nesse segundo tempo, a castração foi simbolizada e validada, que, no caso do homem, se coloca pelo uso que se pôde fazer da função fálica.

O que aprendemos com os casos dos adolescentes envolvidos nos atos infracionais é que, diante da fragmentação dos laços familiares e da ausência de um Outro paterno que se faça representar simbolicamente de modo claro e consistente, o sujeito não consegue servir-se do Nome-do-pai para regular suas pulsões e seus laços sociais de acordo com o princípio do prazer criando um impasse na subjetivação da sua posição sexuada.

Por outro lado, a “ascensão do objeto *a* ao zênite na civilização contemporânea” (LACAN, 1970, p. 411) promove o objeto da pulsão no lugar do significante do ideal. Não conseguindo se servir adequadamente do Nome-do-Pai, esses jovens servem-se de algumas práticas de gozo oferecidas pela cultura (a droga e o objeto *a* ser consumido a qualquer preço), que encobrem o verdadeiro conflito entre o desejo e o eu e que impedem de elaborar uma resposta sintomática, subjetiva e singular. Sem referências identificatórias eles não fazem laços com o Outro e tamponam a sua divisão com o falso mais-de-gozar implícito nos *gadgets*.

Assim, diante do declínio da função paterna e da fragilidade dos laços familiares que assistimos na cena contemporânea, o sujeito tem mais dificuldade de subjetivar a lei, inscrever a castração e, conseqüentemente, se embaraça ao ter que assumir uma posição sexuada.

Como vimos, seguindo Lacan, os discursos, que aparelham os laços sociais e regulam o gozo, se articulam em uma ordem precisa e se apóiam na tese de que o real é impossível e que não há outro modo de articulá-lo senão por meio da lei, da proibição que divide o sujeito. A lógica fálica, edipiana, ao situar o real como o gozo impossível, proíbe o gozo primordial da mãe e, por outro lado, no que diz respeito ao gozo do órgão, o torna possível pela via do desejo.

O discurso do capitalista apaga o efeito de impossibilidade e promove um empuxo ao consumo e ao gozo. Os objetos são oferecidos ao sujeito como meio de recuperação da satisfação pulsional. Esse discurso, ao abolir a categoria do impossível, anula o sujeito do inconsciente, fazendo-o acreditar que o objeto lhe é acessível. Como efeito, o sintoma, como resposta de um sujeito do inconsciente, não se formula. Em seu lugar surge o ato. Os atos surgem no lugar de uma estrutura simbólica. Nesta perspectiva, o ato infracional apontaria para um rompimento com a significação fálica em relação à questão do desejo e do gozo. Com o seu ato, o adolescente vai em busca do objeto fora da sua significação fálica de um gozo não regulado pela castração.

O que vemos emergir, a partir dessa falência do Édipo como normatizador das relações sociais é o ato. Isto é, o que deveria ser simbolizado pelo complexo de Édipo aparece realizado em ato. O ato infracional praticado pelo adolescente, tipificado como crime, empurra para uma satisfação direta, uma satisfação que não entrou nos circuitos do desejo, da simbolização da castração como falta. É no real, através do ato, que encontra a lei que faria barrar o gozo.

Através do atendimento individual ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e da prática da “Conversação” com as famílias, com os profissionais e com os adolescentes encontramos formas de dar tratamento ao gozo e estratégias para dar conta do mal-estar que se apresenta nesse serviço e se manifesta no imobilismo dos profissionais ou no confronto, muitas vezes inevitável, com os adolescentes nas Instituições.

A trajetória de vida desses jovens, onde o laço social é fundado no abandono, na agressividade e na violência, deixa marcas em sua constituição subjetiva. É através de uma intervenção na dimensão clínica, educativa, social e política que se busca reconstruir com eles um novo caminho.

É importante criar condições para que eles reflitam sobre a sua realidade, contem suas histórias, formulem suas questões, se impliquem, se posicionem em relação ao seu dizer e que não fiquem, simplesmente, capturados em seus destinos, sem saídas e sem escolhas.

Por outro lado, é importante que os profissionais envolvidos no atendimento ao adolescente tenham uma escuta que, fundada na ética, faça surgir o sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas. Daí a importância da capacitação permanente dos profissionais envolvidos nesse trabalho e da troca de experiências.

As mudanças são lentas. Mas, acreditamos que o reordenamento da estrutura e da doutrina do sistema socioeducativo, a mobilização e a organização dos profissionais na busca

pela efetivação de políticas públicas são passos importantes para a busca de soluções de maneira integrada.

Há muito trabalho a ser feito e é fundamental que, como profissionais de saúde, estejamos sempre numa posição de questionamento e de ruptura com o que está instituído. Que apontemos outras saídas, sem perder de vista que estamos lidando com sujeitos, de modo que o trabalho deve estar sempre comprometido com a ética, com a singularidade e com a diferença.

Freud (1910c) em seu texto “Contribuições para uma discussão acerca do suicídio”, afirma que a função dos educadores e da escola é a de despertar nos jovens o interesse pela vida e pelo mundo exterior, além de oferecer-lhes apoio e amparo em uma época delicada de suas vidas. Recomendações que podem fundamentar o trabalho com crianças e adolescentes.

[...] Eles estão diante de nós

Alguns em crise, desacreditados,
adormecidos em aventuras perdidas
e voltando, quem sabe, de caminhos
que lhes roubaram a esperança e
os fizeram apenas lagartas
a magia das asas das borboletas
eles não viram acontecer,
porque não aconteceu na vida deles.

Embalados nesta cruel barra

do seu tempo, esses jovens adolescentes,
contam conosco para acreditar
que, apesar do perigo,
a ousadia do sonho ainda é possível.

(Tão fortes... Tão frágeis. Marina Corrêa Machado.
Pedagoga do DEGASE)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, S. (1991) **O que quer uma mulher?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2ª. Edição.

ASSIS, S. G. (1999) **Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores.** Rio de Janeiro/Brasília: Fiocruz/Claves/Unesco/Departamento da Criança e do adolescente – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – Ministério da Justiça.

COELHO DOS SANTOS, T. (2001) **Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico: Novos discursos e Novos laços sociais.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2005) A prática lacaniana na civilização sem bússola. In: COELHO DOS SANTOS, T. (org.) **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 61-92.

_____. (2005b) **Sobre o Gozo.** Aula ministrada na UFRJ no curso de pós-graduação. Disponível em: <<http://www.nucleosephora.com/>>

_____. (2005c) O Sinthoma e a insígnia: Fantasia ou caráter?. In: **Latusa**, n. 10. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de psicanálise, Contracapa, p. 36-49.

_____. (2006) **Sinthoma: corpo e laço social.** Rio de Janeiro: Sephora/UFRJ.

_____. (2006b) O psicanalista é um sinthoma. In: **Latusa**, Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise, n. 11, p. 57-72.

_____. (2007) Família: resíduo de um desejo que não é anônimo. Editorial da revista eletrônica **aSEPHallus**, vol. 2, número 4, maio a outubro de 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_04/editorial.html>

_____. e FREITAS, R. A. (2007) Famílias dissolvidas: luto, atos infracionais e exposição a maus tratos na infância e na adolescência. In: **Cartas de psicanálise**, UNILESTE, Ano 2, volume 2, Dezembro de 2007, p. 72-79.

_____. (2008) Entre tapas e beijos: sobre a vacilação dos semblantes da diferença sexual. In: **Latusa**, n. 13. Rio de Janeiro: Contracapa. Escola Brasileira de Psicanálise, p. 201-212.

_____. (2008a) “Sobre a clínica da psicanálise de orientação lacaniana: dos impasses da sexualização à invenção do parceiro sintoma”. In: **Àgora, Ensaios em teoria psicanalítica.** Rio de Janeiro: Contracapa. Julho de 2008.

_____. (2008b) Lacan pensava que é proibido proibir? In: MRECH, L. e AQUINO, J. G. (orgs.) **Lacan pensa a educação. Coleção Biblioteca.** São Paulo: Editora Segmento, vol. 8, p.

_____. e Zucchi, M. A. (2008c) Estrutura e gozo: os novos sintomas como solução na neurose e nas psicoses. In: FREIRE, A.B. (org.) **Apostar no sintoma**. Rio de Janeiro: Contra Capa.

COLELHO DOS SANTOS, T. (Inédito a) **Sobre os finais de análise: sexuação e invenção**.

_____. (Inédito b). **A política do psicanalista: o saber da psicanálise entre ciência e religião**. Trabalho apresentado no Colóquio do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/IP/UFRJ realizado em 30/11/2007.

_____. (Inédito c) **Ciência e clínica psicanalítica: sobre o estruturalismo e as estruturas clínicas**. Ensaio sobre o Seminário XVI de Jacques Lacan, estabelecido por Jacques Alain-Miller.

COSTA-MOURA, F. e FREIRE, A.B. (2008) Adolescência e tratamento do impossível hoje. In: CARDOSO, M.R. e MARTY, F (org.) **Destinos da Adolescência**. Rio de Janeiro: 7Letras Editora, p.181-199.

COTTET, S. (1989) **O paradoxo do gozo**. Salvador: Fator, junho, 1989.

_____. (1996) Estrutura e Romance familiar na adolescência. In: RIBEIRO, H. C. e POLLO, V. (org.) **Adolescência: O despertar**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. p. 07-20.

_____. (2005) Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica contemporânea. In: COELHO DOS SANTOS, T. (org.) **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 11-40.

_____. (2005) A aceleração dos efeitos terapêuticos em psicanálise. In: COELHO DOS SANTOS, T. (org.) **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 11-40.

_____. (2009) Criminologia Lacaniana. In: COELHO DOS SANTOS, T. (org.) **Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 163-184.

FREDA, H. (1996) O Adolescente Freudiano. In: RIBEIRO, H. C. e POLLO, V. (org.) **Adolescência: O despertar**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 21-30.

FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

(1950[1895]) Projeto para uma psicologia científica, vol. I, p. 381-452.

(1950[1892-1899]) Extrato de documentos dirigidos a Fliess. Cartas 69 e 71, vol. I, p. 350-352 e 356-359.

(1905 [1901]) Fragmentos da análise de um caso de histeria, vol. VII, p. 05-128.

- (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, vol. VII, p. 129-250.
- (1906 [1905]) Meus pontos de vista sobre o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses, vol. VII, p. 283-292.
- (1908) Caráter e erotismo anal, vol. IX, 175-181.
- (1908) Sobre a teoria sexual das crianças, vol. IX, 213-228.
- (1909) Análise de uma fobia em um menino de cinco anos, vol. X, p. 15-152.
- (1910) Cinco lições de psicanálise, vol. XI, p. 03-51.
- (1910a) Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (contribuições à psicologia do amor I), vol. XI, p. 149-157.
- (1910b) Contribuições para uma discussão acerca do suicídio, vol. XI, p. 217-218.
- (1912) Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à Psicologia do amor II), vol. XI, p. 163-173.
- (1913 [1912-13]) Totem e tabu, vol. XIII, p. 17-191.
- (1914) Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar, vol. XIII, p. 285-288.
- (1914a) Sobre o narcisismo: uma introdução, vol. XIV, p. 89-135.
- (1915) Os instintos e suas vicissitudes, vol. XIV, p. 137-162.
- (1916) Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico, vol. XIV, p. 351-377.
- (1917) Luto e Melancolia, vol. XIV, p. 275-291.
- (1917a) A teoria da libido e o narcisismo, Conferencia XXVI, vol. XVI, p. 481-502.
- (1919) Uma criança é espancada: Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais, vol. XVII, p. 225-253.
- (1919a) O Estranho, vol. XVII, p. 275-314.

- (1920) Além do princípio do prazer, vol. XVIII, p. 17-85.
- (1920a) A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher, vol. XVIII, p. 185-212.
- (1921) Psicologia de grupo e análise do ego, vol. XVIII, p. 91-179.
- (1923) O ego e o id, vol. XIX, p. 23-83.
- (1923a) A organização genital infantil: Uma interpolação na teoria da sexualidade, vol. XIX, p. 179-184.
- (1924) Neurose e Psicose, vol. XIX, p. 189-193.
- (1924a) A dissolução do complexo de Édipo, vol. XIX, p. 217-224.
- (1924b) A perda da realidade na neurose e na psicose, vol. XIX, p. 229-234.
- (1925) “A negativa”, vol. XIX, p. 295-300.
- (1925a) Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos, vol. XIX, p. 309-320.
- (1925b) Inibições, sintomas e ansiedade. Vol. XX, p. 107-198.
- (1927) Fetichismo, vol. XXI, p. 179-185.
- (1930[1929]) Mal-estar na civilização, vol. XXI, p. 81-171.
- (1931) Sexualidade feminina, vol. XXI, p. 259-279.
- (1933 [1932]) Por que a guerra?, vol. XXII, 241-259.
- (1933 [1932]) Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise: Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica, vol. XXII, p. 75-102.
- (1933 [1932]) Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise: Conferência XXXII: Ansiedade e vida instintual, vol. XXII, p. 103-138.
- (1937) Análise terminável e interminável, vol. XXIII, p. 247-287.

GEREZ-AMBERTÍN, M. (2009) **As vozes do supereu: na clinica psicanalítica e no mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Cia de Freud.

GOROSTIZA, L. (2005) “A nobreza do sintoma”, In: **Latusa Digital**. Rio de Janeiro, no. 21. Disponível em: <<http://www.latusadigital.com.br/>>

LACADÉE, P. (1999/2000). De la norme de la conservation au détail de la conversation. In: LACADÉE, P., MONNIER, Françoise (Orgs). **Le pari de la conversation**. Institut du Champs Freudien: CIEN-Centre Interdisciplinaire sur l'Enfant. Paris, (Brochure)

_____. (2007) A passagem ao ato nos adolescentes. In: **aSEPHallus** – Revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e contemporâneo, vol. 2, n. 04. Maio a outubro de 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_04/traducao_02.html>

_____. (2007a) **L'éveil et l'exil. Enseignements psychanalytiques de la plus délicate des transitions: l'adolescence**. Paris: Psyché. Éditions Cécile Defaut.

LACAN, J. (1938) Os complexos familiares na formação do indivíduo – ensaio de uma função em psicologia. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 29-90.

_____. (1950) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 127-151.

_____. (1950a) Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia In: **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 127-131.

_____. (1951) Intervenção sobre a transferência In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 214-225.

_____. (1954) Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 370-382.

_____. (1954a) Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 383-401.

_____. (1956-57) **O Seminário, Livro 4: As relações de Objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. (1957-58) **O Seminário, Livro 5: As Formações do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. (1956) A coisa freudiana. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 402-437.

_____. (1957) A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 496-533.

_____. (1958) A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 591-652.

_____. (1958a) A significação do falo. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 692-703.

_____. (1959-60) **O Seminário, Livro 7: A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

_____. (1959) À memória de Ernest Jones: Sobre sua teoria do simbolismo. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 704-725.

_____. (1960). Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 807-842.

_____. (1960a). Posição do Inconsciente no Congresso de Bonneval. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 843-864.

_____. (1960-61) **O Seminário, Livro 8: A Transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1992.

_____. (1962-63) **O Seminário, Livro 10: A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. (1963). Kant com Sade. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 776-803.

_____. (1963a). Introdução aos Nomes-do-Pai. In: LACAN, J. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 55-87.

_____. (1964) **O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

_____. (1965). A Ciência e a Verdade. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 869-892.

_____. (1969) Nota sobre a criança In: **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 369- 370.

_____. (1968-69) **O Seminário, Livro 16: De um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1969-70). **O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1970) Radiofonia. In: **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 400-447.

_____. (1971). **O Seminário, Livro 18: De um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. (1972) O aturdido. In: **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 448-497.

_____. (1972-73). **O Seminário, Livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1982.

_____. (1973) Televisão. In: **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 508-543.

_____. (1974) Prefácio a O despertar da Primavera. In: **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 557-559.

_____. (1974) **O Triunfo da Religião precedido de Discurso aos Católicos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. (1974-75). **O Seminário, Livro 22: RSI**. Inédito.

_____. (1975-76) **O Seminário, Livro 23: O sintoma**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

_____. (1984) Du discours psychanalytique. In: Bulletin de l'Association Freudienne, Paris, n. 10.

LAIA, S. (2006) Declinações do Pai em Lacan. In: **Latusa**, Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise, n. 11, p. 39-56.

LAIA, S. (2007) Demissão do pai, domínio da mãe e violência urbana. In: **@gente** Revista digital de Psicanálise, n. 04, dezembro. Bahia: Escola Brasileira de Psicanálise. Disponível em: <<http://ebp.org.br/bahia/agente/pagina3.html>>

LAURENT, E. (1997) Alienação e separação I e II. In: FELDSTEIN, R., FINK, B., JAANUS, M. **Para ler o seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 31-51.

_____. (2000) “Há algo de novo nas psicoses”. In: **Curinga**. n. 14. Belo Horizonte, abr. p. 152-163.

_____. (2002) “Sintoma y nombre proprio”. In: **Sintoma y nominación**. Buenos Aires, DIVA.

LIMA, N. L. e SANTIAGO, A. L. (2009) A escrita íntima na puberdade: A tessitura de um véu no encontro com o feminino. In: **aSEPHallus** - Revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e contemporâneo, vol. 4, número 08. Maio a outubro de 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_08/artigo_05_port.html>

LOPES, R. G. (2007) “**Sobre o desejo do analista e o discurso da ciência**”. Tese de doutorado em Teoria Psicanalítica. Orientação da Prof. Dra. Tania Coelho dos Santos. PPGTP/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj/pdfs/tese_rosalopes.pdf>

MAURANO, D. (1999) **Nau do desejo: O percurso da ética de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2ª. edição.

MILLER, J-A. (1981) Clínica del superyo. In: **Recorrido de Lacan**. Buenos Aires: Manantial, 1984, p.131-148.

_____. (1994-95) **Silet: os paradoxos da pulsão, de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____ & LAURENT, E. (1998) “O Outro que não existe e seus comitês de ética”. In: **Curinga**, n. 12. Belo Horizonte, setembro, p. 04-18.

MILLER, J-A. (1999) **Perspectivas do Seminário 5 de Lacan: As formações do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2000) Os Seis Paradigmas do Gozo. In: **Opção Lacaniana**, n. 26/27. São Paulo: Eólia, 1999, p. 87-105.

_____. (2000a) La pulsion es palabra. In: **El lenguaje aparato del goce**. Buenos Aires: Coleccion Diva.

_____. (2003) Problemas de pareja, cinco modelos. In: *La pareja e el amor; conversaciones clínicas en Barcelona*. Barcelona: Eólia, 2003.

_____. (2003 [1997-1998]) Uma partilha sexual. In: **Clinique**, n.2. Belo Horizonte: Instituto de psicanálise e saúde mental de Minas Gerais, p.13-29.

_____. (2004) Lacan e a Política. In: **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 40, ago., p. 07-20.

_____. (2004b). Uma fantasia. **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 42, fev., p. 7-18, 2002.

_____. (2005). Introdução à leitura do Seminário da angústia, de Lacan. In: **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 43, maio, p. 7-81.

_____. (2005-06a). **Iluminações profanas**. Seminário de orientação lacaniana, ministrado no Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII. Inédito.

_____. (2005-06b). Uma leitura do Seminário, livro 16: de um Outro ao outro. In: **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 48, mar., p. 9-42, 2007.

OTONI, F. B. (2004) **A ação lacaniana na cidade. A clínica do louco infrator**. In: Colóquio da Escola Brasileira de Psicanálise, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.ebp.org.br/biblioteca/pdf_biblioteca/Fernanda_Otoni_A_acao_lacaniana_na_cidade_a_clinica_do_louco_infrator.pdf>

PLATÃO. O banquete. Rio de Janeiro: Tecnorpint, 1986, p. 95.

Reportagem “Apagão no Ensino”. In: Jornal **O Globo** de 23 de dezembro de 2007.

SALUM, M. J. G. (2009) **A psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea**. Tese de

doutorado em Teoria Psicanalítica. Orientação da Prof. Dra. Tania Coelho dos Santos. PPGTP/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj/pdfs/tese_mariajose.pdf>

SANTIAGO, A. L. e COUTO, M. P. (2007) Família e Fracasso Escolar. In: **aSEPHallus** – Revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e contemporâneo, vol. 2, n. 04. Maio a outubro de 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_04/artigo_04.html>

SANTIAGO, A. L. (2009) Psicanálise aplicada ao campo da educação: intervenção na desinserção social na escola. In: COELHO DOS SANTOS, T. (org.) **Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 66-82.

SANTIAGO, J. (2001) **A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2006) O charme naturalista da castração no homem. In: **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 47, Dezembro, p. 64-68.

SOLER, C. (2005) **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

TEIXEIRA, M. A. (2007) **A violência no discurso capitalista: Uma leitura psicanalítica**. Tese de doutorado em Teoria Psicanalítica. Orientação da Prof. Dra. Tania Coelho dos Santos. PPGTP/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj/pdfs/tese_mariaangelia.pdf>

TENDLARZ, S.E. (2005) Incidências na clínica das versões do Nome-do-Pai. In: **aSEPHallus**, Revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo, Ano 2, n. 03. Rio de Janeiro. nov/2006 a abr/2007. Disponível em: <<http://www.nucleosephora.com/asephallus>>

ZALUAR, A. (1992) Nem líderes, nem heróis: A verdade da história oral. In: ZALUAR, A. (org.) **Violência e Educação**, São Paulo: Livros do Tatu/Cortez Editora, p. 19-35.

ZALUAR, A. (1993) Teleguiados e Chefes: Juventude e Crime. In: RIZZINI ... [et al.] **A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio**, Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, p. 191-212.

ZALUAR, A. (1996) A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G. **Cidadania e Violência**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 48-88.

ZALUAR, A. (1997) Gênero e Educação Pública: uma Comparação entre o CIEP e a Escola Comum. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 78, n. 188-190, p. 157-194, jan/dez.

ZALUAR, A. (2002) Oito temas para debates: Violência e segurança pública. In: **Sociologia , Problemas e Práticas**, n. 38, p. 19-24. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a02.pdf>

ZALUAR, A. (2004) **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 440p.

ZALUAR, A. (2007) Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estudos Avançados [online], vol. 21, numero 61, p. 31-49. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161.pdf>>

ZEITOUNE, C. M. (2008) Educação, Ilegalidade e Violência. In: COLEHO DOS SANTOS, T. e DECOURT, M. (orgs.) **A cabeça do brasileiro no divã**. Rio de Janeiro: Sephora - Núcleo de Pesquisa.

ZEITOUNE, C. M. (2009) Ética, Lei e responsabilidade - Considerações sobre o atendimento clínico aos adolescentes em conflito com a lei. In: **aSEPHallus** – Revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e contemporâneo, vol. 4, n. 08. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_08/artigo_03_port.html>

ZIZEK, S. As estruturas não caminham nas ruas. Artigo publicado pelo jornal **La Republica**, 17/04/2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>

Anexo

Unidades do DEGASE

- UNIDADES DE INTERNAÇÃO

- ✓ Unidades de Internação para meninos

Instituto Padre Severino (IPS),
Educandário Santo Expedito (ESE),
Escola João Luiz Alves (EJLA),
Centro de Atendimento Integrado de Belford Roxo
Centro de Triagem e de Recepção (CTR)

- ✓ Unidades de Internação para meninas.

Escola Santos Dumont (ESD).

- UNIDADES DE SEMILIBERDADE

São os CRIAADs (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente).

Nestas unidades os adolescentes saem pela manhã para estudarem e fazerem cursos, só retornando à noite para dormir. A maioria vai para a casa dos responsáveis durante os fins de semana.

- ✓ Unidades na Capital

CRIAAD Ilha do Governador
CRIAAD Penha
CRIAAD Santa Cruz
CRIAAD Bangu
CRIAAD Ricardo de Albuquerque - Destinado exclusivamente a adolescentes do sexo feminino.

- ✓ Unidades no Grande Rio

CRIAAD Niterói
CRIAAD São Gonçalo
CRIAAD Nova Iguaçu
CRIAAD Duque de Caxias
CRIAAD Nilópolis

- ✓ Unidades no Interior

CRIAAD Teresópolis
CRIAAD Nova Friburgo
CRIAAD Cabo Frio
CRIAAD Macaé
CRIAAD Campos
CRIAAD Volta Redonda
CRIAAD Barra Mansa

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)